

M 2018



# **PERMANECER, ABANDONAR OU RETOMAR À RELAÇÃO ABUSIVA**

PERCEÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

MARIANA GONÇALVES PINTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM

CRIMINOLOGIA

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo explorar a percepção de mulheres vítimas de violência conjugal relativamente aos motivos que as fazem ou fizeram manter, abandonar ou retomar uma relação abusiva. Com este propósito, 21 mulheres que procuraram ajuda numa estrutura de apoio à vítima de crime foram entrevistadas. Entre os influenciadores da permanência na relação abusiva identificados pelas participantes destacamos a dependência emocional, as questões relacionadas com a habitação e a acomodação ao estilo de vida. Os principais motivos apontados como influenciadores do abandono da relação são a infidelidade do parceiro, as insinuações de que a mulher lhe seria infiel e a existência de filhos. O retorno a uma relação abusiva é motivado pelo medo, dependência emocional, pedidos de desculpas por parte do agressor e pela solidão sentida. Na amostra de mulheres entrevistadas, as que permanecem na relação e as que apresentam historial de separações e reconciliações, afirmam, em maior número do que as abandonaram a relação, ter uma relação negativa com os pais/cuidadores e ter presenciado violência interparental durante a infância.

No geral, a relação abusiva na sua fase inicial é caracterizada por comportamentos de posse e ciúmes, através dos quais o parceiro procura controlar o quotidiano da vítima. Enquanto possíveis explicações para a perpetração da violência, as vítimas identificam, em conjunto com os ciúmes, as características psicológicas, as patologias e os comportamentos aditivos. A escalada da violência (ou o medo desta), a necessidade sentida de quebrar o medo, uma primeira agressão física ou um episódio mais intenso, bem como a existência de filhos, são os motivos apontados como *triggers* para a vítima efetuar uma denúncia formal da situação de vitimação. Relativamente ao futuro, as mulheres que terminam uma relação abusiva, afirmam que não pretendem regressar à relação, que estão focadas família, em particular nos filhos, mas também na procura de emprego e de habitação.

Palavras-chave: violência conjugal, motivos, permanência, abandono, retorno.

## **Abstract**

The purpose of this study is to explore the perception of women victims of intimate partner violence in relation to the reasons that makes ou made them stay, leave ou return to an abusive relationship. With this aim, 21 women who sought help in a victim support structure were interviewed. Among the reasons identified for maintenance of the abusive relationship, we enhance the emotional dependence, issues related with housing and the accommodation to the lifestyle. The main reasons cited as influencing the abandonment of the relationship are the infidelity of the partner, the insinuations that the woman was unfaithful and the existence of children. The return to an abusive relationship is motivated by fear, emotional dependence, apologies from the abuser and the loneliness felt. In the sample of women interviewed, those who remain in the relationship and those who have a history of separations and reconciliations, affirm, in greater numbers than those who left the relationship, to have a negative relationship with her parents/caregivers and to have witnessed interparental violence during childhood.

In general, the abusive relationship in its initial phase is characterized by tenure and jealousy behaviors, through which the partner seeks to control the victim's daily life. As possible explanations for the perpetration of violence, victims identify, along with jealousy, psychological characteristics, pathologies and addictive behaviors. The exasperation of violence (or fear of it), the need to break the fear, a first physical aggression or a more intense episode, as well as the existence of children, are the reasons pointed out as triggers for the victim to make a formal report of the situation of victimization. As for the future, women who ended an abusive relationship, claim that they don't want to return to the relationship, that they are focused on the family, especially on their children, but also on the search for jobs and housing.

**Keywords:** intimate partner violence, motives, permanence, abandonment, return.

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Rosa Saavedra e ao Professor Doutor Jorge Quintas, um agradecimento especial e sincero, pela orientação e disponibilidade. Ao longo de todas as fases da realização desta dissertação motivaram-me, conseguindo transmitir conhecimento e confiança. Agradeço as palavras de incentivo, a paciência, mas também as críticas construtivas que me ajudaram a melhorar durante este percurso.

À Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, mais concretamente ao Gabinete de Apoio à Vítima do Porto e ao Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira. Em especial à Doutora Ana Castro Sousa e Doutora Marlene Fonseca, por terem permitido a recolha de dados nos respetivos gabinetes, pelo conhecimento e apoio ao longo destes últimos três anos.

Às minhas colegas na APAV por todas as sugestões e porque sempre se mostraram disponíveis para me apoiar. Em especial à Filipa e à Alice pela partilha e conversas, à Tânia pelo tão necessitado açúcar e à Carla que sempre compreendeu os meus suspiros.

Aos colegas de mestrado pois somos companheiros neste longo percurso, partilhando não só conquistas, mas também obstáculos. Com especial carinho, agradeço à Joana e ao Rogério por não saírem do meu lado e procurarem ajudar-me em todas as fases deste processo.

Por fim, aos meus pais e à minha irmã, pelo incentivo, apoio, paciência e motivação durante todo o meu percurso académico.

Obrigada.

## Sumário

Resumo.....	2
Abstract .....	3
Agradecimento .....	4
Sumário .....	5
Índice de figuras .....	8
Índice de tabelas .....	8
Índice de anexos .....	9
Introdução .....	10
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>12</b>
1. Definição do objeto de estudo: violência conjugal .....	12
2. O panorama internacional e nacional da violência conjugal .....	14
2.1. Evolução dos dados estatísticos sobre violência conjugal exercida contra as mulheres em Portugal .....	16
3. Explicações etiológicas da violência conjugal .....	18
3.1. Perspetivas intra-individuais .....	18
3.2. Perspetivas diádicas-familiares .....	19
3.3. Perspetivas socio-culturais .....	20
4. Modelos explicativos dos obstáculos ao término de uma relação abusiva: processos e dinâmicas abusivas envolvidas.....	21
4.1. Teoria do ciclo de violência .....	22
4.2. Teoria <i>Learned Helplessness</i> .....	23
4.3. Teoria <i>Learned Hopefulness</i> .....	24
4.4. Teoria <i>Psychological Entrapment</i> .....	25
4.5. Roda do Poder e do Controlo .....	25
4.6. Teoria da Troca.....	26
5. Permanência, abandono e retorno à relação abusiva: estudos empíricos .....	27
5.1. A permanência na relação abusiva .....	28
5.2. O abandono de uma relação abusiva .....	34
5.3. O retorno a uma relação abusiva .....	37
<b>CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO.....</b>	<b>40</b>
1. Objetivos .....	40
2. Amostra .....	40
3. Procedimentos .....	44
4. Instrumentos .....	45
4.1. Questionário sociodemográfico.....	45
4.2. Entrevista qualitativa .....	46
<b>CAPÍTULO III – RESULTADOS, DISCUSSÃO E CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>
1. Apresentação dos resultados .....	49
I. Motivos percebidos para a permanência, abandono e retorno à relação abusiva .....	50

I.1. Motivos para a permanência na relação .....	50
I.1.1. Dependência emocional da vítima .....	50
I.1.2. Questões relacionadas com a habitação .....	51
I.1.3. Dependência financeira e desemprego .....	51
I.1.4. Acomodação .....	52
I.1.5. Esperança de mudança do comportamento do agressor .....	53
I.1.6. Medo.....	53
I.1.7. Situação de doença .....	53
I.1.8. Outros motivos .....	54
I.2. Motivos para o abandono da relação abusiva .....	55
I.2.1. Infidelidade do parceiro.....	56
I.2.2. Insinuações de infidelidade .....	56
I.2.3. Existência de filhos .....	57
I.2.4. Expectativas diferentes relativamente ao conceito de família.....	58
I.2.5. Escalada da violência .....	58
I.2.6. Violência perante terceiros .....	58
I.2.7. Autonomia financeira .....	58
I.2.8. Violência sexual .....	59
I.2.9. Receio relativamente ao contágio de IST associado à infidelidade .....	59
I.2.10. Comportamentos aditivos por parte do agressor .....	59
I.3. Motivos para retornar à relação abusiva .....	61
I.3.1. Medo.....	61
I.3.2. Dependência emocional .....	61
I.3.3. Pedido de desculpa e segundas oportunidades .....	61
I.3.4. Solidão.....	62
II. Dados sociodemográficos.....	63
III. Experiências diretas e indiretas de violência doméstica .....	64
III.1. Historial de violência familiar .....	64
III.2. Relações íntimas passadas .....	67
IV. Relação abusiva.....	68
IV.1. Descrição da relação abusiva .....	68
IV.2. Explicações para a violência .....	70
IV.2.1 Personalidade do agressor .....	71
IV.2.2. Patologia do agressor.....	71
IV.2.3. Ciúmes por parte do agressor .....	72
IV.2.4. Comportamentos aditivos .....	72
IV.2.5. Outras explicações.....	73
IV.3. Formas de violência e estratégias do agressor .....	75
IV.3.1. Estratégias das vítimas para lidar com a violência .....	77
IV.4. Consequência da vitimação .....	78
IV.5. Crenças sociais e culturais e expectativas relativamente à relação, casamento e ao papel da mulher .....	79
V. Tomada de decisão .....	81

V.1. <i>Triggers</i> para a denúncia a órgãos de polícia criminal .....	81
V.2. Mudanças pós-denúncia .....	83
V.3. Percepção como vítima de violência conjugal .....	84
VI. Rede de apoio formal e informal.....	84
VI.1. Apoio formal .....	84
VI.2. Apoio informal .....	87
VII. Expectativas para o futuro .....	88
VII.1. Motivações para o futuro .....	89
VII.2. Ponderar retomar à relação abusiva .....	89
VII.3. Sensação de paz e liberdade.....	90
2. Discussão dos resultados .....	91
2.1. Motivos para a permanência na relação abusiva .....	91
2.2. Motivos para o abandono da relação abusiva.....	92
2.3 Motivos para o retorno à relação abusiva.....	93
2.4. Experiências diretas e indiretas de violência doméstica.....	93
2.5. Explicações para a violência .....	94
2.6. Características da relação abusiva .....	94
2.7. Tomada de decisão para a denúncia .....	95
2.8. Ponderar retomar à relação abusiva.....	96
3. Conclusão .....	96
Bibliografia.....	99

## Índice de figuras

Figura 1 – Tipo de violência praticada segundo a tipologia de vitimação, quando as vítimas são mulheres (com 18 ou mais anos) e os denunciados são homens (2016) .....	18
Figura 2 – Fases do ciclo de violência .....	22
Figura 3 - <i>Learned Helplessness</i> .....	24
Figura 4 – <i>Learned Hopefulness</i> .....	25
Figura 5 – Experiência de violência familiar .....	67

## Índice de tabelas

Tabela 1 – Violência exercida numa relação abusiva .....	13
Tabela 2 – Evolução dos dados do crime de violência doméstica .....	17
Tabela 3 – Motivos para recusa na participação no presente estudo .....	41
Tabela 4 – Critérios para divisão por grupo de análise .....	42
Tabela 5 – Dados sociodemográficos .....	43
Tabela 6 – Motivos para permanecer na relação abusiva .....	55
Tabela 7 – Motivos para abandonar a relação abusiva .....	60
Tabela 8 – Motivos para retomar a relação abusiva .....	62
Tabela 9 – Dados sociodemográficos por grupo de análise .....	63
Tabela 10 - Número de participantes por grupo de análise que afirmam ter uma relação negativa com os pais/cuidadores .....	64
Tabela 11 – Início precoce da relação .....	69
Tabela 12 – Início da relação saudável .....	70
Tabela 13 – Explicações para a violência por grupos de análise .....	74
Tabela 14 – Tipos de violência exercida no seio da relação abusiva .....	75
Tabela 15 – Tipo de violência exercida no seio da relação abusiva: divisão por grupos de análise .....	76
Tabela 16 – Estratégias das vítimas para lidar com a violência por grupos de análise .....	78
Tabela 17 – <i>Triggers</i> para a denúncia por grupos de análise .....	83



## **Índice de anexos**

Anexo A – Roda do Poder e do Controlo .....	106
Anexo B – Roda da Igualdade .....	107
Anexo C – Dados sociodemográficos .....	108
Anexo D - Guião de entrevista .....	109
Anexo E – Apresentação dos resultados por grupo de análise .....	111

## **Introdução**

O presente estudo, pretende compreender os motivos que, de acordo com a perspectiva de mulheres vítimas de violência conjugal, as influenciam a permanecer numa relação abusiva, a abandoná-la ou, por outro lado, a retomar à mesma. Procura-se ainda explorar as circunstâncias individuais das mulheres - nomeadamente o seu nível de escolaridade, situação laboral, a duração da relação e a situação atual da relação -, bem como a perceção das mesmas relativamente ao papel do apoio formal e informal na tomada de decisão associada à permanência ou abandono. Adicionalmente, procura-se compreender como é que as mulheres que abandonam a relação abusiva percecionam a probabilidade de a retomarem no futuro.

O conceito de violência conjugal, enquadrando-se na temática da violência doméstica – sendo, no entanto, um conceito mais restritivo, porque se foca especificamente nas relações de intimidade com coabitação -, tem vindo, progressivamente, a adquirir visibilidade, tornando-se inquestionável a preocupação da opinião pública e política face a este problema. Outrora considerado como restrita à esfera da vida privada do casal, é hoje reconhecida, a nível mundial, como um grave problema de saúde pública (Matos, 2002).

No primeiro capítulo desta dissertação, será apresentada a definição de violência conjugal, bem como a evolução legislativa e os dados estatísticos recolhidos, a nível nacional e internacional, no âmbito da problemática. Também se procurará enquadrar brevemente a etiologia da violência no seio das relações íntimas, com base nas perspectivas teóricas mais recorrentemente referenciadas na literatura sobre esta matéria. Serão também descritos os processos e dinâmicas envolvidos numa relação abusiva, nomeadamente, o facto de a violência exercida nestes contextos conter contornos de circularidade e repetição e um potencial de escalada do ponto de vista da sua severidade.

Nos estudos empíricos que procuram compreender as razões para a permanência, o abandono, e/ou o retorno a uma relação abusiva (e.g., Cavanagh, 2003; Gelles, 1976; Kim & Gray, 2008; Ulrich, 1991), uma das principais limitações apontadas a estes estudos, relaciona-se com o facto de, na sua maioria, se focarem em apenas um dos domínios de análise: ou o domínio da permanência, ou o do abandono ou os motivos subjacentes ao retorno, sem abordarem estas questões de uma forma integrada. Com efeito, na recolha de pesquisa efetuada neste estudo não foi encontrado qualquer estudo empírico que procurasse envolver as três situações supramencionadas. Procurando colmatar tais limitações e assim promover a inovação e aumentar o conhecimento sobre a temática, este estudo procura uma análise cruzada destes três elementos através de um método de recolha de dados qualitativo – a entrevista

semiestruturada. Esta escolha assenta na necessidade de aceder aos pontos de vista subjetivos das participantes, possibilitando uma análise centrada na perspetiva da vítima. Este tipo de análise mostra-se essencial para o desenvolvimento de melhores práticas sociais focadas nas necessidades das mesmas. Como Manita (2005) refere, “se não conseguirmos compreender as dinâmicas que sustentam a interação violenta, dificilmente poderemos implementar uma adequada intervenção, quer junto da vítima, quer junto do agressor, quer ainda junto da comunidade/sociedade” (p.9). De igual forma, o conhecimento mais aprofundado das respostas adotadas pelas mulheres face à violência auxilia a compreensão da complexidade das relações abusivas e aumenta a atenção para as estratégias utilizadas pelas mulheres com o propósito de reduzir ou pôr fim à relação abusiva.

Foram definidos explicitamente três grupos de análise, ou seja, três grupos de mulheres vítimas de violência conjugal, em diferentes situações relativamente à sua relação. Assim, foram procurados os motivos percecionados como influenciadores da tomada de decisão das mulheres vítimas de violência conjugal que: permaneciam na relação abusiva; tivessem abandonado a relação abusiva; apresentassem um historial de separações e reconciliações, mas que, no momento da recolha de dados, tivessem abandonado a relação há menos de um ano.

O segundo capítulo da presente dissertação, apresenta os objetivos do estudo, os critérios para constituição da amostra e os procedimentos conduzidos para a recolha e análise de dados. A amostra, constituída por 21 mulheres que eram ou tinham sido, vítimas de violência conjugal, foi recolhida na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, mais concretamente no Gabinete de Apoio à Vítima do Porto e no Gabinete de Apoio à Vítima de Paços de Ferreira. Todas as entrevistas, baseadas num guião previamente elaborado, foram áudio gravadas e transcritas para que fossem possível a análise de conteúdo utilizando o software NVivo 10.

No terceiro e último capítulo, serão apresentados os resultados, bem como a discussão dos mesmos. Os resultados serão descritos de acordo com a lógica seguida na estrutura do guião de entrevista – apesar da flexibilidade deste aquando a realização desta. Na discussão, proceder-se-á ao enquadramento dos resultados com dados encontrados na literatura, destacando semelhanças e diferenças e clarificando as principais conclusões. Serão igualmente discutidas implicações práticas do estudo, as suas limitações do ponto de vista da sua replicação e generalização, bem como uma proposta para trabalhos futuros.

## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **1. Definição do objeto de estudo: violência conjugal**

Na literatura científica e prática sobre a temática da violência doméstica, deparamo-nos com múltiplas e diversas designações e definições relativamente a este conceito. Contudo, e apesar de diferirem conceptualmente na sua abrangência, quando comparadas, apresentam elementos de contacto. Assim, podemos conceptualizar esta forma de violência como uma prática, por ação ou omissão, de um ou mais crimes, entre pessoas que, coabitando ou não, tenham entre si uma relação de parentesco ou de intimidade (tanto heterossexual como homossexual), como (ex)cônjuge, (ex)companheiro/a, (ex)namorado/a, progenitor de descendente comum, ascendente ou descendente, podendo manifestar-se através de agressões físicas, sexuais, psicológicas, emocionais e/ou financeiras (site APAV, 2012; Matos, 2002, 2016).

Todavia, o presente estudo foca-se, de uma forma mais concreta, na questão da violência conjugal, i.e., restringindo o conceito de violência doméstica à violência perpetrada contra a mulher pelo cônjuge ou ex-cônjuge ou pelo companheiro ou ex-companheiro. Pode-se, assim, afirmar que a violência conjugal é uma das dimensões da violência doméstica, sendo a primeira mais restrita do que a segunda (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009).

Deste modo, a conceptualização de violência conjugal implica que a vítima esteja, ou tenha estado envolvida numa relação íntima abusiva. Uma relação íntima refere-se a uma relação pessoal próxima que poderá ser caracterizada pela ligação emocional, contacto regular, contacto físico e sexual, identificando-se como um casal aqueles que têm conhecimento da vida quotidiana do outro (Breiding et al., 2015). Na noção de violência conjugal, à existência de uma relação íntima, é acrescentada a existência de violência, concluindo-se que será uma relação abusiva.

A violência conjugal pode integrar, como já mencionado, diferentes tipologias de violência. Estas poderão ser encontradas de modo isolado ou combinado. Matos (2002) menciona alguns exemplos de comportamentos violentos que poderão estar presentes num relacionamento abusivo:

Tabela 1 - Violência exercida numa relação abusiva

<b>Tipo de violência exercida</b>	<b>Exemplo de comportamento</b>
<b>Maus tratos físicos</b>	Pontapear; esbofetear; atirar coisas;
<b>Isolamento social</b>	Restrição do contacto com a família e amigos; proibir acesso ao telefone; negar o acesso a cuidados de saúde;
<b>Intimidação</b>	Por ações, palavras, olhares;
<b>Maus tratos emocionais, verbais e psicológicos</b>	Ações e afirmações que afetam a autoestima da mulher e o seu sentido de autovalorização;
<b>Recurso ao privilégio masculino</b>	Recusa do maltratante em reconhecer a sua companheira como igual;
<b>Ameaças</b>	À integridade física; de prejuízos financeiros;
<b>Violência sexual</b>	Submeter a mulher a práticas sexuais contra sua vontade;
<b>Controlo económico</b>	Negar acesso ao dinheiro ou a outros recursos básico; impedir a sua participação no emprego e educação.

Fonte: Adaptado de Matos, M., (2002).

Ainda enquadrado na definição de violência conjugal, um termo incontornável na literatura é o de “síndrome de mulher batida”. Esta noção surge da analogia com a “síndrome de criança batida” quando, na década de 60, se chamou a atenção e denunciou situações de maus tratos a crianças (Matos, 2002). Assim, este conceito acabou por ser adaptado por Leonor Walker para situações em que mulheres eram maltratadas pelos companheiros. A síndrome da mulher batida consiste num padrão de sintomas identificados em mulheres que foram agredidas fisicamente, sexualmente, e/ou psicologicamente no seio de uma relação íntima (Walker, 2009). Esta síndrome poderá ser descrita como “um conjunto de sintomas psicológicos, normalmente transitórios, que são frequentemente observados, num padrão reconhecível e específico, em mulheres que afirmam terem sido física, sexual e/ou psicologicamente maltratadas de uma forma grave pelos seus parceiros masculinos (Walker, 1993, p.135, cit in Dias, 2004, p.117). Estes sintomas poderão incluir: recordação constante do evento traumático; altos níveis de ansiedade; depressão; isolamento social devido ao controlo exercido pelo parceiro; distorção da imagem corporal; problemas relacionados com a intimidade sexual (Walker, 2009). Destarte, a conceção desta síndrome, que na verdade se traduz num conjunto de indicadores do impacto da vitimação, associada à compreensão das dinâmicas e processos destas relações abusivas e que abordaremos mais adiante, veio auxiliar na compreensão da dificuldade das mulheres em libertarem-se destas relações.

## **2. O panorama internacional e nacional da violência conjugal**

A violência conjugal, enquadrada na violência doméstica, é atualmente reconhecida como um grave problema de saúde pública a nível mundial. No entanto, só a partir da década de 70, é que, no plano internacional, este problema começou a ganhar visibilidade. Até então, era tratado como uma questão da esfera privada, devendo manter-se “dentro de portas” (Matos, 2002). Com efeito, nos anos 70, começaram a dar-se os primeiros passos para que a questão da violência contra as mulheres fosse exposta à opinião pública e incluída nas agendas políticas. Em 1979, os Estados membros das Nações Unidas, adotaram a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres<sup>1</sup>. Esta, destaca as várias formas de discriminação de que as mulheres eram (e continuam<sup>2</sup>) a ser alvo e que, de facto, “é necessária uma mudança no papel tradicional dos homens, tal como no papel das mulheres na família e na sociedade” (p.2). Assim, foram abertas portas para uma crescente atenção acerca das diferenças de direitos reconhecidos entre homens e mulheres. A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993, proclamou a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, “afirmando que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos e liberdades fundamentais” (p.1). A mesma Declaração, no seu artigo 2º, inclui no conceito de violência contra as mulheres, a problemática da violência conjugal.

Para esta maior visibilidade da violência conjugal, muito contribuíram os movimentos feministas que destacavam a necessidade de emancipação económica das mulheres, bem como a maior consciencialização dos seus direitos individuais. Matos (2002) refere-se a estes movimentos como tendo tido “um papel decisivo” na proliferação dos debates e da consciencialização públicos (p.87). Importa também mencionar a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica<sup>3</sup>, mais conhecida por Convenção de Istambul, retificada pelos Estados-Membros do Conselho da Europa em Istambul a 11 de maio de 2011. Esta convenção apresenta, entre outros objetivos, este que merece especial destaque: “proteger as mulheres contra todas as formas de violência, e prevenir, processar criminalmente e eliminar a violência contra as mulheres e a violência doméstica” (p.3).

---

<sup>1</sup> Em Portugal, a Convenção entrou em vigor a 3 de setembro de 1981.

<sup>2</sup> A Organização das Nações Unidas afirma, em 2018, que ainda não se conseguiu, em nenhum país, alcançar “a plena igualdade de géneros” (site ONU, 2017).

<sup>3</sup> A Convenção foi aprovada, em Portugal, a 14 de dezembro de 2012. Sublinhe-se que “Portugal foi o primeiro país da União Europeia a ratificar este instrumento internacional, em 5 de fevereiro de 2013” (V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017).

A nível nacional, a violência conjugal obteve maior atenção pública somente a partir da década de 90, quando “começou a constituir-se como um problema na agenda política e social nacional” (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009, p.15). Uma expressão inequívoca desta mudança são Planos Nacionais desenvolvidos para o combate e prevenção da violência doméstica. Estes planos procuram definir estratégias para o combate a este crime, sublinhando a importância do apoio e acompanhamento às vítimas. Em 1999, foi aprovado o I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. A versão mais recente, que corresponde atualmente à quinta versão do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica, que está em vigor desde 2014 até ao ano de 2017, pretendeu, à semelhança dos anteriores, prevenir e combater a violência doméstica, bem como “aumentar o nível de sensibilização e conhecimento” e “dinamizar o trabalho em rede” (Resolução do Conselho de Ministros nº102/2013, p.7020). Aposta também na prevenção com a intenção de “combater a violência na sua raiz e em toda a dimensão das suas causas” (p. 7020). Em Portugal, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) é a entidade competente para a coordenação e monitorização dos planos. A Comissão da Condição Feminina (CCF), primeira designação adotada, surge no período pós-ditadura, após reconhecimento das discriminações de que as mulheres eram alvo na sociedade portuguesa. Atualmente, a visão desta comissão passa por “eliminar a discriminação baseada no género e construir uma sociedade plena da sua cidadania” (site CIG, 2018).

Na legislação portuguesa, no Código Penal Português atual, o crime de violência doméstica está contemplado no artigo 152º, permitindo a clarificação dos tipos de violência aqui abrangidos, bem como das tipologias relacionais que aqui podem ser integradas – “Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais”.

Deste modo, a violência será infligida:

- “a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) A progenitor de descendente comum em 1º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite.”

Em Portugal, o crime de violência doméstica é, desde 2000, de natureza pública. Isto significa que “face à natureza pública do crime, o Ministério Público é obrigado legalmente a

prosseguir com o inquérito, mesmo que a vítima venha a informar que não deseja procedimento criminal (o que sucede muitas vezes)” (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009). De notar, que a violência doméstica é um crime autónomo no Código Penal Português apenas desde 2007. Antes dessa data, a violência doméstica podia enquadrar-se no código como “maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges” (antigo artigo 153º do Código Penal Português de 1982).

A alteração deste crime para uma natureza pública em Portugal, permitiu que o conceito de violência doméstica se transformasse, adquirindo este um significado mais abrangente (Matos, Gonçalves, & Machado, 2011). Contudo, Pina (2013), refere que “este carácter público atribuído ao crime de violência doméstica não está isento de discussões acerca das suas conveniências ou inconveniências político-criminais” (p.285). Igualmente se poderá colocar a questão ao nível da compatibilidade da natureza pública do crime com a intenção da vítima. Esta poderá procurar que a violência cesse, mantendo, no entanto, a relação, sem desejo de que o agressor seja punido (Manita, 2005).

Acompanhando estas alterações legislativas, também a configuração do estatuto da vítima de violência doméstica auxiliou numa maior visibilidade do fenómeno a nível nacional. Tal estatuto – atribuído à vítima pelas autoridades judiciais ou órgãos de polícia criminal quando apresentada a denúncia – procura dar a conhecer os direitos e deveres de uma vítima de violência doméstica contendo “um conjunto de medidas que visam assegurar a proteção e a promoção dos direitos das vítimas de criminalidade” (lei nº130/2015 de 4 de setembro, artigo 1º).

### 2.1. Evolução dos dados estatísticos sobre violência conjugal exercida contra as mulheres em Portugal

Para auxiliar a compreensão da temática aqui estudada, importa ter uma visão das estatísticas relativas ao crime de violência doméstica<sup>4</sup>. Deste modo, e de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, em 2017, verificou-se uma diminuição de 1.1% das participações do crime de violência doméstica, comparativamente ao ano anterior, tendo sido reportados 26 713 casos de violência contra cônjuges ou análogos. Relativamente ao grau de parentesco

---

<sup>4</sup> Importa mencionar que no Relatório Anual de Segurança Interna, quando tratados os dados estatísticos relativos ao crime de violência doméstica, encontram-se incluídas situações de violência tanto entre pessoas com relação de parentesco como de intimidade. Ou seja, os dados apresentados no RASI, fazem referência a uma noção de violência doméstica mais abrangente.



do denunciado, em 2017, 16 951 eram cônjuges ou companheiros e 5 463 eram ex-cônjuges ou ex-companheiros, sendo que 84,3% dos denunciados era do gênero masculino.

Apresenta-se, de seguida, uma visão comparada entre os dados apurados no ano de 2010 e 2017, com vista à análise da sua evolução neste período de tempo. Deste modo, é possível apurar-se que a maioria das vítimas, era e continua a ser, do sexo feminino. A maioria dos denunciados, são do sexo masculino, apesar da ligeira diminuição da sua percentagem ao longo dos últimos sete anos. Também é possível verificar que, apesar da sua diminuição, os casos detetados e denunciados, continuam a ser em grande parte, situações violência conjugal, i.e., envolvendo (ex)cônjuges ou (ex)companheiros.

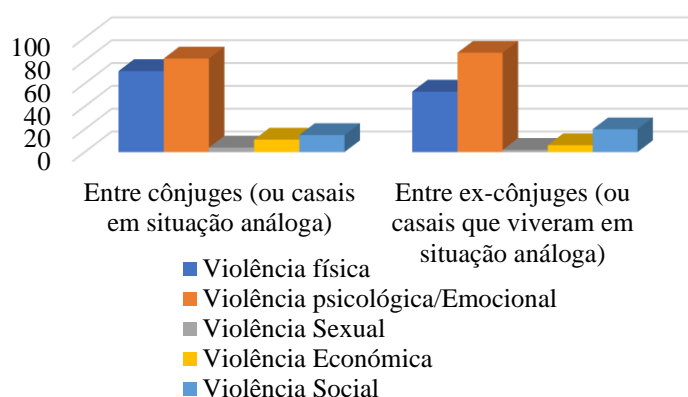
Tabela 2 - Evolução dos dados do crime de violência doméstica

	2010	2017
<b>Sexo das vítimas</b>		
Mulher	29 251 (82%)	25 498 (79%)
Homem	6 283 (18%)	6 793 (21%)
<b>Sexo dos denunciados</b>		
Mulher	4 282 (12%)	5 113 (16,2%)
Homem	29 947 (88%)	26 385 (83,8%)
<b>Idade das vítimas</b>		
<16 anos	2 839 (8%)	3 912 (12,1%)
16-24 anos	3 514 (10%)	3076 (9,5%)
25 ou mais	29 242 (82%)	25 293 (78,4%)
<b>Idade dos denunciados</b>		
<16 anos	46 (0,1%)	18 (0,1%)
16-24 anos	2 076 (6%)	1 902 (6%)
25 ou mais	32 120 (94%)	29 578 (93,9%)
<b>Grau de parentesco vítima-denunciado/a</b>		
Cônjuge/companheiro/a	22 103 (63%)	16 951 (53,3%)
Ex-cônjuge/ex-companheiro/a	5 152 (15%)	5 463 (17,2%)
Pais ou padrastos	2 263 (7%)	1 648 (5,2%)
Filhos/as/enteados/as	4 173 (12%)	4 804 (15,1%)
Outro grau/relação	1 201 (3%)	2 948 (9,3%)

Fonte: Ministério da Administração Interna (2010, 2017). *Relatório de Segurança Interna*.

Os dados do Relatório de Monitorização de Violência Doméstica de 2016, que de seguida se apresentam, relacionam o tipo de violência praticada segundo a tipologia de vitimação, somente em situações em que as vítimas são mulheres (com idade igual ou superior a 18 anos) e os denunciados são homens.

Figura 1 - Tipo de violência praticada segundo a tipologia de vitimação, quando as vítimas são mulheres (com 18 ou mais anos) e os denunciados são homens (2016)



Fonte: Ministério da Administração Interna (2017).

### 3. Explicações etiológicas da violência conjugal

Após uma breve explicação do conceito em estudo neste trabalho, bem como da evolução histórica do mesmo, importa mencionar, para melhor compreensão da violência conjugal, as explicações etiológicas do fenómeno. Usaremos como referência as três perspetivas mais recorrentemente elencadas na literatura nesta matéria. Matos (2002), apresenta as diferentes perspetivas que procuram explicar a existência da violência conjugal, diferenciando por motivos psicológicos, sociais e culturais. A autora menciona a existência de três tipologias de explicações: as perspetivas intra-individuais, as perspetivas diádicas-familiares e, por fim, as perspetivas socio-culturais.

No entanto, será necessário transmitir a ideia de que a violência conjugal, sendo um fenómeno complexo, não deverá ser reduzido apenas a uma explicação, mas antes à possível conjugação entre as explicações acima apresentadas, ou outras não descritas neste enquadramento. Não se poderá limitar a resposta a esta questão, correndo o risco de subvalorizar a sua complexidade (Manita, 2005). Matos (2002) afirma ainda que tais explicações singulares deverão ser evitadas.

#### 3.1. Perspetivas intra-individuais

Estas perspetivas alertam para fatores biológicos, bem como processos psicológicos, que poderão contribuir para a violência conjugal (Harway & O'Neil, 1999). Deste modo, centram-se nas características individuais do agressor. Procura-se igualmente a origem genética do

comportamento violento, podendo apoiar-se nos traços de personalidade violentos herdados geneticamente ou nos efeitos de anomalias genéticas (ibidem).

Os agressores conjugais tendem a ser pessoas mais hostis e a responder aos conflitos entre o casal demonstrando raiva (Riggs, Caulfield, & Street, 2000). Faulk (1974), faz referência às doenças psiquiátricas, depressão e mudanças de humor que encontrou na amostra do seu estudo. Matos (2002), sumariza as características do agressor, fazendo referência a: perturbações psicológicas, stress, baixa autoestima, dificuldades na empatia, na comunicação e no autocontrolo e pobres competências sociais (p.90). Gelles e Straus (1979), acrescentam a esta lista a psicopatia e alguns tipos de doença mental. Também poderão, nas perspetivas que destacam as características individuais do agressor, incluir-se referências ao consumo de álcool e drogas como um fator de risco para aumento da violência no seio de uma relação íntima (e.g., Gelles & Straus, 1979; Jewkes, 2002; El-Bassel, Gilbert, Wu, Go & Hill, 2005).

### 3.2. Perspetivas diádicas-familiares

As explicações diádicas-familiares, apoiam-se na ideia de que a violência é aprendida socialmente e/ou transmitida intergeracionalmente. Deste modo, defendem que a violência, nomeadamente a violência no seio familiar, é um comportamento aprendido através da socialização e que este poderá ser transmitido de geração em geração através da exposição à mesma enquanto criança. A exposição à violência fará aumentar a probabilidade de, em idade adulta, ser agressor numa relação íntima (Murrell, Christoff, & Henning, 2007). Este processo de aprendizagem poderá ser igualmente entendido como um processo de imitação (Wiehe, 1998; Burgess & Draper, 1989). Também o contrário é possível, i.e., estudos indicam que mulheres que presenciam violência familiar durante a infância, apresentam uma maior probabilidade de serem vítimas de violência conjugal (e.g., Gelles, 1976; Schutte, Malouff & Doyle, 1988).

Matos (2002) enfatiza a teoria intergeracional da violência, apoiando-se na noção de aprendizagem social, uma vez que “postula que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetuação” (p.93). De acordo com a teoria da aprendizagem social (*social learning theory*), a violência é aprendida (Burgess & Draper, 1989). Bandura (1971), refere que as respostas são automaticamente e inconscientemente fortalecidas pelas consequências imediatas. Deste modo, os comportamentos violentos são aprendidos através de um reforço positivo e ausência de punição através da observação de tais comportamentos em *role models* (Malley-Morrison & Hines, 2004). Ao observar a recompensa de um comportamento agressivo, é mais

provável que este seja imitado do que outro comportamento que não tenha associada uma recompensa (Wiehe, 1998). Segundo Bandura (1971), para que exista aprendizagem será necessário que exista uma atenção no comportamento do outro, a sua retenção, a produção e imitação do mesmo e, por fim, o reforço de tal comportamento para que continue a reproduzi-lo.

Relativamente à transmissão intergeracional, esta ideia indica que a resposta de agressividade, poderá ter sido aprendida por o indivíduo ter presenciado em criança respostas semelhantes no seio familiar (ibidem). O comportamento da família é percebido como um modelo a seguir e a imitar. Bandura (1971) indica que a maior parte dos comportamentos são aprendidos, muitas das vezes, através de algum exemplo. O facto de uma criança presenciar violência entre os pais é considerado como um fator de risco para a violência conjugal. A família servirá como um local de treino e aprendizagem onde deverão ser apresentados comportamentos exemplares, bem como deverão ser punidos comportamentos considerados errados ou desadequados (Burgess & Draper, 1989). O facto de existir uma exposição continuada de um certo comportamento – neste caso, violência conjugal -, faz com que se torne mais fácil e provável de aprender o mesmo (Bandura, 1971). Contudo, existem resultados mistos sobre o facto da mulher, em idade adulta, permanecer ou abandonar uma relação abusiva, caso tenha presenciado violência entre os pais em criança (Kim & Gray, 2008; Anderson & Saunders, 2003).

### 3.3. Perspetivas socio-culturais

Por fim, são também encontradas na literatura, perspetivas baseadas em explicações feministas que sublinham, em termos culturais, a desigualdade de poder na sociedade, indicando que tal desigualdade acaba por ser perceptível ao nível da estrutura social. As teorias que procuram explicar as contribuições de uma cultura patriarcal para a violência conjugal, baseiam-se nas desigualdades económicas e imagem retratada da mulher culturalmente (Davis, Lurigio & Skogan, 1997). Referem que os papéis de género são socialmente ensinados como a mulher apresentando restrições relativamente ao homem (Barnett, 2001). Dias (2004) afirma que estas perspetivas se baseiam na ideia da existência de “uma cultura de violência que legitima a violência doméstica” (p.124).

Segundo estas perspetivas, numa sociedade patriarcal, as relações entre géneros são hierarquizadas e desiguais, permitindo que os homens tenham mais poder e privilégios que as mulheres nas questões domésticas, íntimas e de trabalho, controlando-as a um nível produtivo, reprodutivo e sexual (Giger, Gonçalves, & Almeida, 2016). Os estereótipos definem a mulher

como passiva e submissa (Deaux & Lewis, 1984; Giger et al., 2016) e fortalecem a ideia de que a inferioridade da mulher é algo natural e correto. De notar que, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (2011), refere: “(...) a violência contra as mulheres é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens que levou à dominação e discriminação das mulheres pelos homens, privando assim as mulheres do seu pleno progresso” (pg.2). No entanto, são feitas críticas a este pensamento uma vez: que a cultura poderá sofrer modificações no tempo; o indivíduo interpreta e redefine o que a sociedade lhe transmite; e todas as culturas têm o seu espaço para contradição, crítica e resistência (Shoham, Knepper, & Kett, 2010).

Em suma, será necessário compreender que não nos poderemos limitar a apenas uma leitura explicativa do fenómeno. Quer se utilizem as tipologias apresentadas ou se adicionem outras que a literatura poderá sugerir, a violência conjugal é, no seu todo, um fenómeno complexo que não poderá ser explicado somente por uma das perspetivas apresentadas nem deverá ser reduzido desse modo. Por exemplo, Manita (2002) afirma: “Obviamente que, se nos restringirmos a uma leitura psicopatologizante deste fenómeno, se acharmos que o agressor é um doente mental ou alguém com perturbação psicopatológica, ou, então que é (sempre ou sobretudo) um alcoólico ou um toxicodependente, limitamos o leque e a possibilidade de sucesso na nossa intervenção” (p.24, cit. In Manita, 2005). Assim, conclui-se que também não se deverá isolar as perspetivas apoiadas na aprendizagem social ou as que se baseiam na ideia de uma sociedade patriarcal, mas sim a compreensão da violência conjugal como um fenómeno que modifica ao longo do tempo e que poderá integrar diversas e complexas explicações.

#### **4. Modelos explicativos dos obstáculos ao término de uma relação abusiva: processos e dinâmicas abusivas envolvidas**

Neste ponto, serão apresentadas teorias que procuram explicar como a natureza progressiva, cíclica e continuada da violência, poderá dificultar o término da relação abusiva. Desta forma, compreende-se que a violência conjugal é um fenómeno complexo no qual se encontram obstáculos ao abandono da relação, sendo estes criados por estratégias colocadas em prática pelos agressores.

#### 4.1. Teoria do ciclo da violência

Relacionado com a síndrome da mulher batida, encontra-se a teoria do ciclo de violência que procura explicar as distintas fases que a violência no seio de uma relação íntima poderá passar. Nas relações de intimidade, o agressor, aproveitando a proximidade afetiva, põe em prática uma série de estratégias de modo a controlar a vítima (Manita, 2006). O agressor poderá também não assumir responsabilidades ou tentar justificar a agressão. No entanto, segundo Antunes (2002), “em qualquer hipótese, o ciclo da violência prosseguirá muito provavelmente” (p.61). Assim, será necessário considerar-se as diferentes fases do ciclo de violência que, com o passar do tempo, tendem a tornar-se frequentes e intensas, a não ser que o casal termine a relação ou procure ajuda profissional (Wiehe, 1998).

A teoria do ciclo da violência integra três fases distintas: (a) a fase do aumento da tensão; (b) a fase do episódio de violência; e (c) a fase de lua-de-mel ou de apaziguamento (Walker, 2009). Wemmers (2003) refere-se a este como um ciclo vicioso indicando que dificilmente será quebrado sem ajuda. O ciclo repete-se e começa novamente na fase inicial com um novo período de tensão. A duração de cada fase varia, sendo que a segunda fase - a fase do episódio de violência -, tende a ser a mais breve (Wiehe, 1998). Contudo, com a continuidade da relação abusiva, o ciclo tende a modificar-se, ficando a fase de tensão tende a ficar mais curta e intensa, os episódios de violência tornam-se mais intensos e frequentes. Por fim, a fase de lua-de-mel torna-se, com o passar do tempo, menos duradoura ou inexistente (Antunes, 2002).

Figura 2 - Fases do ciclo de violência

- a) Fase do aumento da tensão: tal como a designação indica, existe um escalar da tensão que fará o perigo para a mulher, aumentar. É possível



verificar-se nesta fase um aumento das injúrias e hostilidade por parte do agressor (Walker, 2009). Por sua vez, a mulher, procurar acalmar os pequenos incidentes que poderão ocorrer nesta fase, o que demonstra a sua crença de que é capaz de controlar a situação (Wiehe, 1998).

- b) Fase do episódio de violência: este é o momento da agressão em si, podendo estar aqui incluídos os vários tipos de violência. Trata-se de um sistema circular, no qual é notório

o aumento na frequência e intensidade relativamente à violência (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009). Wiehe (1998) indica que esta fase poderá ser entendida como uma “perda de controlo” despoletada por algum evento específico (p.90).

- c) Fase de lua-de-mel: nesta fase, “o ofensor tende a manifestar arrependimento e a prometer não voltar a ser violento” (Albano & Silva, 2016, p.38). O agressor poderá tentar compensar a vítima com presentes, sendo este um período de atenção positiva à vítima (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009).

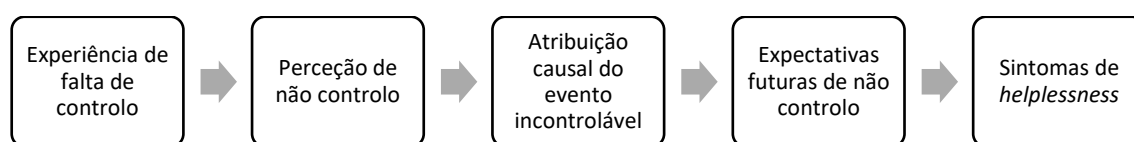
#### 4.2. Teoria Learned Helplessness

De modo a compreender melhor a continuidade do ciclo de violência, Walker adaptou, em 1978, para a temática específica da violência conjugal, a Teoria *Learned Helplessness*. Traduzindo para português, esta teoria, frequentemente, encontra-se na literatura designada como “Desânimo Aprendido”. Esta sugere que, com a continuidade do ciclo de violência, a vítima “perde cada vez mais a sensação de controlo e poder sobre si própria e sobre a sua vida, perde o sentimento de autoconfiança e de competência pessoal e desenvolve sentimentos de impotência e de desânimo aprendido” (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009, p.30). Ainda de acordo com esta teoria, a mulher vítima de violência perpetrada pelo parceiro, frequentemente acredita que não conseguirá deter o agressor e que a violência continuará tendo como consequência a sua impotência para terminar ou mudar a relação abusiva (Bell & Naugle, 2008). Esta teoria comporta três tipos de défice: um défice emocional que reduz a capacidade da mulher de responder de modo a sair da situação de desânimo aprendido; um défice cognitivo no qual é incapaz de aprender novas respostas perante a situação; e, por fim, um défice afetivo, muitas das vezes caracterizado por um quadro clínico de depressão (Strube, 1988). É entendido que a mulher aprende a adotar uma postura passiva na relação e que, de modo a conseguir pôr fim à relação abusiva, deverá desenvolver outras capacidades (Walker, 2009). Walker indica que a vítima se encontra num estado de depressão e submissão e que esta postura é aprendida ao longo da relação violenta como uma estratégia de sobrevivência— *learned helplessness survival techniques* (Walker, 2009, p.72). Por vezes, a vítima acaba por se culpabilizar pela violência, o que contribuirá para que esta se sinta ainda mais impotente na situação e o que poderá conduzir a uma sintomatologia depressiva (Bell & Naugle, 2008). Segundo esta teoria, a vítima aprende técnicas para lidar com a violência, acabando por ser uma estratégia interna aprendida no seio da relação afirmando a autora que este estado de “paralisia” é passível de se reverter (Walker, 2009, p.83). Caso a mulher acredite que é merecedora da violência de que é

vítima, ou sinta que nada do que poderá fazer mudará a situação em que se encontra, então esta acabará por se sentir desamparada (*helpless*) (Wiehe, 1998).

A esta teoria poderá adicionar-se o termo de *self-punishing response*. Este refere-se à ideia de que a vítima se culpabiliza por manter uma relação violenta (ibidem). Contudo, importará mencionar que existirão mulheres capazes de quebrar este ciclo e terminar a relação abusiva (Strube, 1988). Para que tal seja possível, é necessário demonstrar à vítima, de um modo repetido, que poderá alterar a situação em que se encontram modificando a ideia enraizada de que não o conseguirá fazer (Bell & Naugle, 2005).

Figura 3 - *Learned Helplessness*



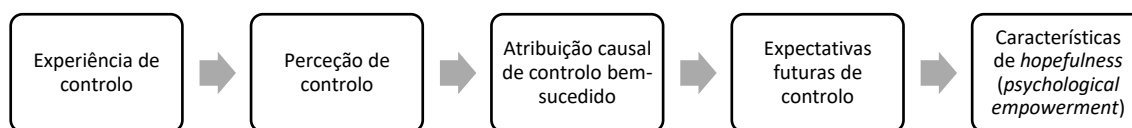
Fonte: Traduzido e adaptado de Zimmerman, M. A. (1990).

#### 4.3. Teoria Learned Hopefulness

Com uma clara ligação à teoria anteriormente apresentada – no entanto, apresentando uma ideia contrária -, LaViolette e Barnett (2013), desenvolveram a noção de *Learned Hopefulness*, aplicada à questão da violência conjugal, primeiramente utilizada por Muldary. Este termo refere-se à crença da vítima de que o parceiro mudará o seu comportamento ou personalidade. Uma vez que a relação não terá começado com violência, geralmente a vítima acredita que a mudança de comportamento do parceiro é possível (Barnett, 2001). As autoras, LaViolette e Barnett, afirmam que a esperança, no seio de uma relação de conjugalidade, é uma “influência poderosa” (p.41). As autoras, defendem ainda, que as várias estruturas que compõem a sociedade encorajam as mulheres a acreditar que conseguirão modificar o comportamento dos seus parceiros violentos e que, se persistirem nesse pensamento, irão ser capazes de ver os resultados finais positivos – “*Isn’t it true that behind every good man is a woman (who changed him)?*” (p.42). Assim, a teoria *Learned Hopefulness* refere-se a um processo onde se aprendem e põem em prática estratégias que levam a um empoderamento psicológico (*psychological empowerment*) após um evento de stress (Zimmerman, 1990). Este empoderamento é provocado por uma perceção de poder que a vítima tem após melhorar e aplicar as estratégias para lidar com a violência.



Figura 4 - Learned Hopefulness



Fonte: Traduzido e adaptado de Zimmerman, M. A. (1990).

#### 4.4. Teoria Psychological Entrapment

Uma outra teoria que procura explicar as dificuldades de uma mulher vítima de violência conjugal em terminar a relação, é a Teoria do *Psychological Entrapment*. Os autores Bell e Naugle (2008), indicam que esta teoria se refere à justificação que a vítima apresenta para se manter na relação: o investimento que fez na mesma. A mulher acredita que, uma vez que despendeu o seu tempo e energia na relação, deverá continuar a tentar fazer com que esta funcione de modo a justificar o seu investimento passado (ibidem). A mulher pretende continuar o compromisso inicial com a relação, de modo a justificar ou melhorar um “mau investimento”, continuando assim a investir na relação de modo a validar esse mesmo investimento (Strube, 1988, p.241). Deste modo, esta teoria refere-se a uma espécie de “prisão” psicológica para a mulher na qual esta, acreditando que será possível melhorar a relação fazendo com que a violência termine, e continuando a justificar o seu esforço (ibidem).

No entanto, o *entrapment*, não se refere somente a uma situação de “aprisionamento”, mas antes a um processo no qual os indivíduos se prendem ou mantêm ligados a padrões de comportamento disfuncionais (Brockner, & Rubin, 2012). Tais comportamentos, têm como objetivo de uma recompensa posterior. Num relacionamento abusivo, os comportamentos da mulher poderão ter como objetivo final a diminuição da violência e o aumento da satisfação com a relação (Bell & Naugle, 2005). As tentativas falhadas para atingir tais objetivos, poderão seguir-se de um aumento do investimento por parte da mulher, uma vez que esta poderá acreditar que o seu esforço não terá sido suficiente (ibidem).

#### 4.5. Roda do Poder e do Controle

Para além das características que poderão definir um agressor, da postura passiva que a mulher poderá adotar, e da ideia que esta poderá ter relativamente à mudança de comportamento do parceiro, existirão estratégias por parte do parceiro que promovem a manutenção da relação abusiva. O agressor utilizará a violência de modo a que a parceira se comporte como ele pretende sem ter em consideração os direitos dela (Walker, 2009). Deste modo, será igualmente

necessário abordar os modelos que apresentam a explicação de como os tipos de violência e estratégias utilizadas pelos agressores dificultam a saída da vítima da relação.

O programa *Duluth Domestic Abuse Intervention Project* desenvolveu a Roda do Poder e do Controlo<sup>5</sup>, destinado à intervenção com agressores, defendendo que a violência faz parte de um padrão de comportamento (Babcock, Green, & Robie, 2004). A violência conjugal, em geral, é gerada pela necessidade do cônjuge ou companheiro, “dispor do poder e do controlo total da relação” (Antunes, 2002, p.60). Assim, este esquema ilustraria a dinâmica de uma relação abusiva, demonstrando os tipos de violência e estratégias utilizadas pelo agressor, dificultando a saída da relação seja dificultada. Segundo esta ilustração, na violência conjugal, não se deverá ter somente em conta a violência física e sexual, mas também a psicológica (Groves & Thomas, 2014). Esta roda procura identificar um padrão que poderá ser comum na experiência de várias vítimas e que estas até poderiam considerar como normal ou habitual no dia-a-dia do casal (ibidem). Manita (2005) afirma que “a roda do poder e do controlo viria a desafiar (...) as crenças instaladas sobre as razões pelas quais as vítimas permanecem junto dos companheiros agressores. A representação permite concluir que a violência diz respeito a um padrão de comportamentos e não a incidentes isolados de abuso ou a explosões cíclicas de raiva, frustração ou sentimentos penosos” (p.36).

Mais tarde, o mesmo programa, desenvolveu a Roda da Igualdade<sup>6</sup>. Esta procura ser a representação de uma relação na qual a mulher e o homem partilham uma posição como iguais. Ao invés de apresentar as formas de violência, esta roda identifica as bases para uma relação considerada saudável. A intenção foi de descrever as mudanças necessárias para os homens abusivos o deixarem de o ser (Domestic Abuse Intervention Programs, 2017). O ideal, num programa de intervenção com agressores, será utilizar e comparar ambas as ilustrações de modo a promover a modificação de um comportamento abusivo num comportamento positivo, de acordo com o que uma relação saudável deverá ser.

#### 4.6. Teoria da Troca

Igualmente relevante para esta temática, e enquadrando-se nas perspetivas que mencionam as desigualdades entre géneros, encontra-se a Teoria da Troca. Gelles (1997), adaptou esta teoria ao contexto da violência conjugal. Esta teoria parte do pressuposto que os

---

<sup>5</sup> Ver Anexo A – Roda do Poder e do Controlo.

<sup>6</sup> Ver Anexo B – Roda da Igualdade.

indivíduos procuram benefícios evitando punições. Dias (1996) afirma que esta teoria “propõe que se interprete os abusos e agressões cometidos sobre alguns membros da família como sendo governados pelo princípio dos custos e recompensas” (p.3).

A interação humana guia-se pela procura de recompensas e pelo evitar de punições e custos (Gelles & Straus, 1979). Assim, deverá existir uma troca de recompensas para que a interação continue. Ou seja, “quando um indivíduo proporciona ao outro uma certa gratificação, o segundo ficará em dívida até que o primeiro seja recompensado, isto é, a interação prosseguirá até que haja um equilíbrio das gratificações para ambas as partes” (Dias, 2004, p.169). Caso esta reciprocidade não ocorra, a interação terminará (Gelles, 1997). Contudo, as relações familiares e íntimas são mais complexas do que esta visão simplista da teoria da troca (Finkelhor, Gelles, Hotalig & Straus, 1983). Gelles (1997) afirma que, por vezes, mesmo que não exista reciprocidade, não é viável ou mesmo possível, terminar a interação, o que tende a acontecer numa situação de violência conjugal.

Afirmando que “*people hit family members because they can*”, o autor procura explicar que a violência contra familiares ou parceiros acontece quando os custos de tal violência não ultrapassam os benefícios (Gelles, 1997, p.134). Como custos, o autor destaca: a possibilidade de a vítima retribuir a agressão, a sua detenção, a perda de estatuto social e, por fim, o término do relacionamento. A isto o autor acrescenta também a importância da ausência de mecanismos de controlo social como facilitando a continuidade da violência uma vez que, caso existam, os meios de controlo social formais e informais, poderão ser um modo de aumentar os custos para o agressor. Deste modo, e absorvendo a noção de sociedade patriarcal, “a natureza privada da família moderna constitui um fator dissuasor dos mecanismos sociais de controlo, permitindo aos indivíduos que praticam violência na família a manutenção das suas gratificações” (Dias, 2004, p.171).

## **5. Permanência, abandono e retorno à relação abusiva: estudos empíricos**

Relativamente à procura dos motivos para a permanência ou abandono de uma relação abusiva, é possível encontrar-se estudos empíricos que se focam: na manutenção da relação, i.e., nos motivos que levam a que uma mulher continue a relação (e.g., Gelles, 1976); na saída da relação (e.g., Ulrich, 1991); nos motivos que incentivam o retorno à relação com o parceiro abusivo (e.g., Griffing, Ragin, Madry, Bingham, & Primm, 2002; Schutte et al., 1988) ; bem como nos motivos para ambas as situações (permanecer e sair) (e.g., Kim & Gray, 2008; Short,

McMahon, Chervin, Shelley, Lezin, Sloop, & Dawkins, 2000). De seguida, serão apresentados os principais estudos referentes a cada uma das possibilidades. Contudo, importa compreender que, apesar da existência de literatura sobre a temática aqui estudada, o que pode conduzir uma mulher a tomar uma decisão relativamente ao seu relacionamento, é complexo e difícil de compreender através de apenas um motivo. Assim, existe a dificuldade de reduzir a resposta a apenas uma razão que influenciará tal decisão. Há uma multiplicidade de respostas possíveis e que poderão conjugar-se entre si.

### 5.1. A permanência na relação abusiva

Um dos estudos que se foca nos motivos de permanência na relação abusiva é o de Gelles (1976). Este estudo procura conhecer o porquê de uma mulher, fisicamente agredida pelo cônjuge, se manter na relação abusiva. Foram realizadas entrevistas não estruturadas a 80 membros de famílias nos quais uma mulher havia sido agredida pelo marido. As famílias foram selecionadas de acordo com registos de serviços sociais e registos policiais. Foi examinado o efeito da severidade e frequência da violência, da exposição à violência no seio familiar, do nível de escolaridade e ocupação laboral da mulher, bem como do número de filhos. Os resultados indicam que quanto mais severa for a violência experienciada, maior a probabilidade de a mulher procurar apoio. Das oito mulheres que indicaram ter sido alvo de agressões mais severas (para a severidade da violência foi utilizada uma escala de 0 a 9, onde 9 seria ter sido alvejada), cinco divorciaram-se, duas haviam contactado a polícia e uma procurara apoio social. Outras nove mulheres indicaram ter experienciado formas de violência menos severa, como por exemplo, empurrões. Destas participantes, apenas uma se divorciou, outra mulher contactou a polícia e as restantes sete não procuram qualquer tipo de apoio formal. Também a frequência da violência foi, neste estudo, percebida como influenciadora da permanência ou abandono da relação. 42% das participantes que afirmaram ter sido agredidas em apenas uma ocasião, procurara algum tipo de intervenção. 100% das mulheres que indicaram ser agredidas pelo menos uma vez por mês e, 83% das que afirmaram ser agredidas pelo menos uma vez por semana, divorciaram-se, contactaram a polícia ou procuraram intervenção formal. O autor refere que o estudo revelou que mulheres que são agredidas com maior frequência, apresentam maior probabilidade de chamar as autoridades, enquanto que mulheres agredidas com menor frequência, optam pelo divórcio. Gelles acrescenta que tal poderá acontecer em virtude do medo sentido pelas mulheres agredidas mais frequentemente ser maior e, por isso, entendem a intervenção da polícia como preferível.

Um outro resultado do estudo, indica que mulheres que presenciaram violência no seio familiar, têm maior probabilidade de serem vítimas de violência conjugal. 66% das 12 participantes que presenciaram violência na infância, foram mais tarde vítimas de violência conjugal. O autor acrescenta que, quanto mais frequentes eram as agressões do homem sobre a mulher, maior a probabilidade de, enquanto adulta, ser agredida pelo cônjuge.

A exposição à violência durante a infância, parece ser um fator de risco para a vitimação nos relacionamentos adultos. O autor apresenta duas explicações possíveis para tal explicar estes dados. Primeiro, é possível que quanto mais a mulher tenha experienciado violência durante outras fases da sua vida, maior seja a disposição para aceitar atos de violência contra si por parte do cônjuge, uma vez que cresceu com a ideia de que é assim que uma relação íntima deverá ser. A segunda explicação possível, é a noção que as mulheres acabam por procurar parceiros com características semelhantes aos seus modelos familiares, nomeadamente no que concerne ao uso da violência. O autor menciona também resultados relativamente à situação laboral da vítima. Conclui que, a variável que melhor distingue as mulheres que procuram apoio formal das que permaneceram na relação com o agressor, é a empregabilidade. Assim, 50% das participantes que procuraram intervenção formal, estavam empregadas. Desta forma, o autor vê confirmada a sua hipótese inicial: quanto mais recursos a mulher tem, menor será a sua tolerância relativamente à violência, despoletando a procura de apoio formal. Em suma, quanto menos dependente a mulher for do seu cônjuge, mais provavelmente procurará ajuda. Relativamente à existência de filhos, o autor refere que, em algumas das entrevistas, as participantes afirmaram contactar a polícia quando o/a filho/a já teria idade para se envolver em confrontos físicos e adotava comportamentos de proteção face à mãe. Assim, nestas situações, as mulheres indicaram preocupar-se mais com a proteção dos filhos do que com a sua própria segurança. No entanto, o número de filhos (nem o baixo nível de escolaridade), não mostrou ser uma variável diferenciadora no que concerne à procura de intervenção formal.

Um outro estudo, de Zink, Regan, Jacobson e Pabst (2003), também qualitativo, e que teve como objetivo compreender as razões que mantêm as mulheres numa relação abusiva por um longo período de tempo. Neste estudo, 36 mulheres com mais de 55 anos que estavam ou tinham estado numa relação abusiva foram entrevistadas. Todas as participantes indicaram que as suas relações envolviam violência física, emocional, social, económica e sexual. Menos de metade das mulheres afirmou ainda estar envolvida intimamente com o seu parceiro abusivo. Contudo, a maioria permaneceu na relação durante vários anos até decidir terminar (M=23 anos,

variando dos 2 aos 67 anos de relacionamento). As participantes que abandonaram a relação (n=22), afirmaram que o fim da mesma, foi precipitado por um episódio de violência física severa (n=15, 68,3%) ou devido a um caso extraconjugal que terá sido entendido como “*breaking point*” (n=4, 18,2%; p.1433). Nas restantes situações, o agressor faleceu ou existiu uma intervenção do sistema legal aquando do pedido de apoio por parte da mulher. 59,2% das participantes afirmam ter sido a própria a abandonar a relação, enquanto que em 22,7% das situações, foi o parceiro que abandonou e 13,6% das relações terminaram devido a uma intervenção do sistema legal. Este estudo reconhece uma série de motivos para a permanência na relação abusiva: a vinculação emocional e/ou psicológica, dependência social e financeira relativamente ao agressor, a baixa autoestima e vergonha que resulta da experiência de violência psicológica, problemas de saúde quer das vítimas, quer dos agressores. Relativamente a este último obstáculo, as participantes afirmaram sentirem-se obrigadas a cuidar dos parceiros devido à idade.

Os autores deste estudo, procurando os motivos de permanência numa relação abusiva de mulheres mais velhas, fazem referência às menores oportunidades de educação e de trabalho destas mulheres, em particular as mais velhas, afirmando que teriam mais a perder ao abandonar a relação do que mulheres mais jovens. Outro resultado diz respeito ao contexto em que as participantes cresceram. Ou seja, várias mulheres indicaram terem ficado surpreendidas ao terem conhecimento que tais experiências de abuso no seio de uma relação não eram habituais, normais, ou mesmo, que eram merecedoras de um serviço de apoio específico. Isto permite compreender porque é que mulheres que não reconhecem a sua relação como abusiva, não procuram assistência, permanecendo assim na relação. Deste modo, e segundo os autores, o contexto social e histórico condiciona o comportamento de mulheres mais velhas, aumentando a sua dificuldade em abandonar a relação abusiva uma vez que, enquanto jovens, a escolaridade e independência financeira não era encorajada.

Short e colaboradores (2000), igualmente num estudo qualitativo, procuraram examinar, no seio de relações violentas e heterossexuais, quais os motivos pelos quais a mulher permanece na relação, o que auxilia no término da mesma, quais os obstáculos para tal, quais são os sinais de alarme no início da relação, os recursos disponíveis, bem como, do ponto de vista sociodemográfico, a raça e pertença geográfica da vítima. A amostra incluía: 48 mulheres afro-americanas e 42 caucasianas de zonas urbanas, 39 afro-americanas e 39 caucasianas de zonas rurais. Algumas das participantes tomaram conhecimento do estudo através de um anúncio

local; uma minoria, foi indicada para o estudo por trabalhadores sociais. Os critérios para a participação no estudo seriam: ter experienciado violência conjugal mas já não manter a relação ou ainda mantendo a relação, esta já não ser violenta ou ainda não existir violência física há pelo menos seis meses. Foram realizadas entrevistas *focus group* de forma separada, i.e., para afro-americanas e para caucasianas. De modo a aumentar o nível de conforto das participantes, a moderação era realizada por um profissional da mesma raça. A transcrição das sessões foi possível devido à gravação por áudio das mesmas. A discussão nas sessões de *focus group* incluía os seguintes temas: sinais de alerta precoces; as razões pelas quais as mulheres permanecem na relação abusiva; os fatores envolvidos no processo de terminar com a violência; quais os fatores auxiliares do processo de transição entre viver com o agressor e o fim da violência conjugal. Foi utilizado o software Tally para codificar as transcrições feitas e os resultados foram analisados consoante a frequência de respostas. Como resultados, os autores concluem que a decisão de permanência ou abandono de uma relação abusiva é uma escolha racional uma vez que são tidas em conta as possíveis consequências bem como os prós e contras da situação. Relativamente às respostas obtidas ao porquê que permanecem na relação, os autores afirmam que estas se dividem em duas grandes categorias: razões positivas e de esperança e razões negativas. Nas razões positivas e de esperança incluem-se os sentimentos pelo parceiro/agressor, o compromisso para com os votos realizados no casamento, o desejo de garantir um lar com os dois pais presentes e ainda a esperança de que o parceiro poderia e iria mudar. Por sua vez, as razões negativas referem-se à falta de recursos económicos da vítima, bem como a falta de local onde residir, dependência emocional, medo de repercussões devido às ameaças feitas sobre os filhos, o sentimento de vergonha ou de não ter outra opção e a falta de esperança de que terá outra alternativa relacional.

O estudo de Cavanagh (2003) procurou, utilizando dados do estudo *The Violent Men Study* (s.d.), examinar junto de mulheres vítimas de violência por parte do conjugue, de que forma estas procuram pôr fim à violência. Foram utilizados somente os dados referentes a mulheres vítimas de violência conjugal (N=136). As entrevistas eram estruturadas, combinando questões abertas e fechadas. Durante a entrevista, a participante era questionada sobre o seu passado social, familiar e educacional, sobre relações íntimas passadas, bem como sobre a natureza, frequência e intensidade da violência. De modo a cumprir o principal objetivo do estudo, foram também colocadas questões sobre as respostas à violência. Para a codificação foi utilizado o software NUDIST, o que terá permitido a inclusão de novas categorias. Os resultados deste estudo indicam que a resposta da mulher à violência, na tentativa (ou processo) de terminar a

violência, mas manter a relação, inclui quatro grandes elementos. Primeiramente, existe a consciencialização de que o comportamento do parceiro é violento. Neste ponto, a autora refere que é possível encontrar-se a influência de crenças culturais que determinam a relutância da vítima na definição da sua relação como violenta ou abusiva. Em segundo lugar, o estudo indica que as vítimas evitam falar do ocorrido, tanto com o parceiro como com terceiros, o que acontecerá mais frequentemente em relações ainda recentes. Isto deve-se ao facto de as mulheres sentirem vergonha, terem esperança de que a situação possa mudar ou por quererem esquecer a situação sem ter que a partilhar com ninguém. Também a mulher procurará pôr em prática estratégias com o objetivo de eliminar ou reduzir a violência. Aqui encontram-se incluídas estratégias que não apresentam uma ameaça direta à autoridade e poder do agressor, sendo uma forma de lidar com a violência ao invés de a aceitar. A autora afirma que a decisão de que estratégias pôr em prática para fazer com que a violência termine é racional uma vez que a vítima tentará usar várias formas calculadas e pensadas, de modo a adequarem-se à sua situação. Ao longo do tempo, as vítimas desenvolvem estratégias definidas de acordo com a sua experiência. Estes tipos de estratégias são orientados no sentido de prevenir novos episódios de violência e não deverão ser percecionados como uma aceitação do abuso. Assim, são destacadas as seguintes estratégias postas em prática pelas vítimas: dialogar com o parceiro sobre o seu comportamento violento; procurar persuadir o parceiro; acedendo aos seus desejos.

Por fim, o parceiro tentará justificar o uso da violência. O agressor utilizará várias formas de fazer a vítima acreditar que o que se passou não foi exatamente uma situação de violência conjugal, tentando minimizar o acontecimento. Também a resposta da mulher à violência é influenciada pelos pedidos de desculpa do agressor. A autora indica que os resultados do estudo revelam que as respostas das vítimas à violência são, por vezes, contraditórias, reforçando a complexidade do tema tratado. Serão vários os fatores que acabam por influenciar o discurso das mulheres vítimas, tais como: a duração da relação, a frequência e severidade da violência, bem como a natureza e extensão dos comportamentos de controlo por parte do parceiro. Deste modo, a autora conclui que as mulheres procuram estratégias de modo a que a relação deixe de ser violenta e que a forma como estas reagem à violência acaba por influenciar a resposta do agressor.

Em forma de conclusão, é possível verificar que, com base nos estudos consultados, há alguns motivos para a permanência da mulher numa relação abusiva que se destacam: a dependência económica, a vinculação emocional, a existência de filhos, a vergonha, a baixa



autoestima, e o medo. Relativamente à dependência económica, a revisão de literatura efetuada por Barnett (2000), refere que esta será a principal razão pela qual as mulheres não saem de uma relação abusiva. Afirmar ainda que a dependência económica por parte das mulheres é também reflexo de uma sociedade patriarcal. Poderemos aqui referir um possível abuso financeiro ou uma disparidade económica entre a vítima e agressor, na qual a mulher se compreende como incapaz de autonomia económica, o que poderá ter ainda mais peso caso o casal tenha filhos menores e/ou dependentes (Buel, 1999). Um dos elementos também presentes é o facto de, fruto de uma sociedade patriarcal, a mulher não estará preparada para uma independência económica (Barnett, 2001). No entanto, a mulher preferirá acreditar que permanece na relação pelos aspetos positivos da mesma ao invés de pensar que tal permanência se poderá dever a aspetos negativos como a dependência económica (Anderson & Saunders, 2003).

No que concerne à vinculação ou dependência emocional, Dutton e Painter (1993) indicam que esta pode ser entendida como a ligação formada anteriormente ao abuso, pelo casal e, o seu desenvolvimento, ocorre nos primeiros momentos da relação, sendo assim a vinculação emocional considerada como uma componente existente na maioria das relações íntimas. Dutton e Painter (1993) referem que o abandono de um relacionamento pode ser mais difícil quando existe vinculação emocional. Os autores, através da teoria do *traumatic bonding*, sugerem que, uma vez que o abuso é intermitente, criam-se laços emocionais que acabam por interferir na decisão de terminar o relacionamento. A vinculação emocional faz com que a mulher tenha esperança e desejo que a situação modificará uma vez que consegue identificar aspetos positivos na relação. Uma mulher nesta situação, depende do parceiro e identifica-se com ele, o que fará com que esta mantenha a relação (Peled, Eisikovits, Enosh, & Winstok, 2000).

No estudo de Meyer (2012), o facto de existirem filhos do casal, foi o fator mais mencionado pelas mulheres entrevistadas como motivo da sua permanência na relação. Segundo o autor, isto deve-se ao facto de as mulheres não se sentirem capazes de proteger os filhos das ameaças de retaliação do parceiro caso terminem a relação. A questão das visitas sem supervisão surgiu igualmente uma vez que algumas mulheres assumiram ter retomado a relação com medo de deixar os filhos sozinhos com o agressor.

Por outro lado, o sentimento de “vergonha” emergiu repetidamente em várias entrevistas no estudo de Shen (2011). Tal sentimento de vergonha pessoal ou perante a família geralmente impede que a mulher vítima procure algum tipo de apoio. O estudo indica que é extremamente

difícil para as vítimas revelarem detalhes sobre a violência na relação a outros, especialmente a familiares. Buel (1999), indica, igualmente, que devido ao embaraço e vergonha, as vítimas poderão desmentir a situação quando questionadas sobre tal, mesmo por amigos, família ou colegas de trabalho.

Por fim, no estudo de Fugate e colaboradores (2005), várias vítimas consideravam a situação como pessoal e privada, exprimindo medo de serem julgadas ou mesmo criticadas caso revelassem a situação. No mesmo estudo, as participantes referem que tinham medo que o parceiro descobrisse que tinham envolvido um terceiro na situação. Dito isto, vítimas que apresentam maiores níveis de medo têm menor probabilidade de abandonar a relação (Kim & Gray, 2008). O medo aqui considerado poderá ser o medo de retaliações, o temer pela sua segurança e pela da família (Barnett, 2001). Johnson (2007) indica que a vítima poderá ter medo que a situação piore, na severidade ou frequência, assim que denuncie. Apesar daquilo que o nosso senso comum poderá pensar, o abuso emocional poderá causar um maior impacto na vítima do que as agressões físicas e as ameaças de morte poderão ter um efeito paralisador (Arias & Pape, 1999 cit in Barnett, 2000) o que explica que muitas mulheres vivam num estado de medo crónico (Barnett, 2001).

Também o isolamento da vítima aumenta a probabilidade de permanência na relação, uma vez que poderá tornar-se complicado uma auto-avaliação do nível de risco em que se encontra (Buel, 1999). A manipulação é utilizada pelo agressor de modo a garantir que tal isolamento é assegurado e mantido.

## 5.2. O abandono de uma relação abusiva

Focando-se somente na saída da relação, Ulrich (1991) procurou conhecer quais as razões identificadas por mulheres vítimas de violência conjugal que motivaram o abandono da relação abusiva. Foram utilizadas entrevistas como método de recolha de dados de uma forma retrospectiva. Cinquenta e uma mulheres voluntariaram-se para participar após terem tido conhecimento do estudo através de grupos de apoio ou terapeutas. As entrevistas eram divididas em dois momentos com uma semana de intervalo. As transcrições das entrevistas foram analisadas consoante as respostas relativas às razões para o abandono da relação.

Neste estudo foram identificadas 86 razões para o término da relação. A autora refere que, na sua procura de razões para o término da relação abusiva, percebeu que este se tratava de um processo que se desenrolava com o tempo, mencionando que 13 das participantes assim o afirmaram. Importa também referir que, neste estudo, todas as participantes identificaram

mais do que um razão para terem saído da relação. Após a análise, este estudo encontrou as seguintes razões: segurança, dependência e a necessidade sentida de crescimento pessoal. Relativamente às questões de segurança, 17 mulheres identificaram 41 razões relacionadas com a sua própria segurança, bem como dos filhos, encontrando-se aqui incluída o que a autora designa como segurança emocional. Estas questões envolviam o medo de agressões, bem como a percepção de que as suas vidas estariam em perigo. A autora sugere que estas razões de segurança indicadas pelas participantes demonstram a percepção que as mulheres tinham das suas necessidades pessoais de segurança. No entanto, indica ter ficado surpreendida por menos de metade das razões se focarem nesta questão. Por outro lado, três das participantes haviam referido que algo superior, de um modo inexplicável, havia tomado a decisão por elas – mencionado, por exemplo, a espiritualidade e Deus. Por fim, relativamente à necessidade sentida de crescimento pessoal, referem-se à consciencialização da urgência de uma mudança cognitiva, tendo sido descrita pelas participantes como *turning point* (p.470).

O estudo de Short e colaboradores (2000), mencionado no ponto anterior relativo à permanência na relação abusiva, incluiu também a procura do que auxilia o término da relação e os obstáculos para que tal aconteça. Nos resultados relativos ao abandono da relação abusiva, os autores afirmam que se compreende que a mulher termina a relação abusiva quando atinge um ponto que considera ser de rutura (“a gota d’água”) ou quando esta consegue solucionar o problema que a fazia manter a relação. Os autores destacam a existência de filhos como um fator fortemente motivador para a saída da mulher, particularmente quando se apercebem que os filhos estão a ser afetados por presenciarem os episódios de violência. As participantes sublinharam ainda a influência do apoio dos amigos e da família para a decisão de sair da relação. Relativamente aos sinais de alerta detetados no início da relação, foram destacados: o conhecimento de violência intergeracional na família do parceiro; o charme excessivo do parceiro e tentativa exagerada de agradar à família da vítima; o ciúme; as tentativas de controlar e isolar a mulher da rede de apoio, o que muitas das vezes a mulher confunde com demonstrações de amor. Quando questionadas sobre o que facilitaria o término de uma relação violenta, as participantes indicaram que deveriam existir mais recursos que auxiliassem a vítima a promover a sua independência.

Os autores Kim e Gray (2008), utilizando dados de um estudo anterior (Domestic Violence Experience in Omaha, de 1994), procuraram, examinar a decisão de mulheres de permanecerem ou abandonarem uma relação violenta baseada em quatro fatores: independência

financeira, presenciar violência entre os pais, fatores psicológicos e a resposta da polícia. Foram apresentadas quatro hipóteses de estudo de acordo com os quatro fatores a examinar: 1 – não existe associação entre a decisão de permanecer/sair da mulher e a dependência financeira para com o agressor; 2 – não existe associação entre a decisão de permanecer/sair da mulher e as suas características psicológicas individuais; 3 – não existe associação entre a decisão de permanecer/sair da mulher e o comportamento das forças de segurança durante o incidente; 4 – não existe associação entre a decisão de permanecer/sair da mulher e o historial de violência entre os seus pais ou figuras parentais. Nesta análise foram utilizados os dados de entrevistas realizadas, como referido anteriormente, num estudo anterior. Essas entrevistas foram realizadas em três momentos (1 semana, 6 meses e 12 meses após o episódio de violência conjugal), permitindo analisar três períodos temporais específicos. A amostra integrava 452 mulheres do estudo original e apenas foram incluídos casos em que as mulheres referiram que o agressor teria sido o parceiro. Neste estudo, foram utilizadas várias escalas de acordo com as variáveis independentes incluídas (eg. Rosenberg's Self-Esteem Scale, Locus of Control Behaviour Scale). Foram igualmente utilizadas escalas de Likert de 6 e 4 pontos. Relativamente aos dados socioeconómicos recolhidos, verificou-se que a idade das participantes no início da vitimação estava compreendida entre os 17 e 64 anos. Em média, as participantes tinham concluído o secundário e cerca de metade encontrava-se empregada. Verificou-se que as mulheres que terminaram a relação, recebiam apoio económico e social por parte do Estado. No que concerne aos resultados do estudo, as mulheres que têm maior probabilidade de abandonar a relação abusiva são as que são independentes financeiramente, que apresentam baixos níveis de medo e elevada autoestima. Apurou-se ainda que as vítimas que vivem com o agressor no momento da agressão, têm menor probabilidade de abandonar a relação. Também as mulheres que presenciaram, em crianças, violência entre os pais (ou outras figuras parentais), têm menor probabilidade de abandonar a relação.

Deste modo, é possível verificar que a independência financeira é um dos principais motivos identificados na literatura como influenciador da decisão de abandonar uma relação abusiva. A questão da espiritualidade e fé religiosa poderá igualmente ser encontrada na literatura. Também a existência de filhos do casal é relevante para o abandono da relação. No entanto, este trata-se de um fator bastante complexo uma vez que poderão sair tentando afastar os filhos do ambiente violento ou poderão ficar numa tentativa de os manter num ambiente familiar. No entanto, o desejo será, em ambas as situações, a proteção dos filhos (Meyer, 2012).

### 5.3. O retorno a uma relação abusiva

Relativamente situação de retorno à relação abusiva, o estudo de Griffing e colaboradores (2002) procura examinar os motivos identificados por mulheres vítimas de violência doméstica como influenciadores do seu regresso à relação com o parceiro abusivo. A amostra é composta por noventa mulheres residentes numa casa abrigo para vítimas de violência doméstica. A média de idade das participantes foi de 26 anos e, grande parte das mulheres (98.9%) deu entrada na casa abrigo com pelo menos um filho. 66.7% indicou ter regressado, anteriormente, pelo menos numa outra vez à relação. Os dados foram recolhidos com recurso a uma entrevista semi-estruturada. Nesta, foram colocadas questões relativamente a experiências anteriores (caso existissem) de separação do parceiro abusivo atual ou mais recente. Às participantes que reconheceram ter um historial de separações anteriores, foi questionado o número de tentativas de saída da relação e foi-lhes também pedido que completasse uma *checklist* com quinze fatores possíveis de terem influenciado a decisão passada de retomar a relação. O propósito da *checklist* seria de estimular as participantes apresentando-lhes uma variedade de possíveis razões. Não obstante, as participantes foram também encorajadas a enumerar outros fatores. Os quinze itens presentes na *checklist* representavam oito categorias: remorsos demonstrados pelo agressor, ligação emocional, necessidade económica, sofrimento demonstrado pelo agressor, promessas de (procura de) acompanhamento, intervenção legal, receio de uma escalada de violência e, por fim, pressão por parte de terceiros. Os resultados do estudo permitem concluir que, apesar de uma elevada percentagem de mulheres afirmarem ter um historial de separações e reconciliações, 74,4% das participantes indicam não ser nada provável regressarem futuramente à relação. 57,8% não conseguiu identificar nenhum motivo que as levaria a considerar retomar novamente à relação. Dois testes ANOVA foram realizados de modo a comparar as expectativas de retomar à relação entre participantes com e sem historial de separações. Os autores concluem não existirem diferenças significativas relativamente à probabilidade percebida pelas participantes com ( $M=1.30$ ,  $SD=.56$ ) e sem ( $M=1.40$ ,  $SD=.77$ ) historial de separações. As participantes fizeram referência aos seguintes motivos para retomar a relação: os remorsos expressados pelo agressor, a vinculação emocional ainda existente e, por fim, as necessidades económicas. Já no que concerne à probabilidade percebida de, no futuro, regressarem à relação, as participantes afirmam que, se tal acontecer, se deverá em parte, à vinculação emocional, às promessas de procura de apoio por parte do agressor e por pensarem que o agressor também já sofreu o suficiente. Mulheres que abandonaram e retomaram a relação várias vezes, parecem mais conscientes do papel que o vínculo emocional terá quando

ponderando ações futuras sobre a relação. Assim, mulheres que consideram que a ligação emocional influenciou a decisão no passado, têm noção de que poderão continuar a debater-se com sentimentos semelhantes nesta tentativa mais recente de terminar a relação abusiva. Relativamente aos dados socioeconómicos, estes indicam que a maioria da amostra se encontra afetada por elevados níveis de desemprego e níveis de educação limitados, sendo que a maioria das participantes recebia apoios económicos por parte do Estado antes da entrada na casa abrigo. No entanto, uma vez que referiram ter-se envolvido com parceiros também desempregados e com dificuldades em contribuir financeiramente na gestão financeira da casa, apesar das dificuldades económicas da mulher, não se considera, nestes casos, que sejam financeiramente dependentes do agressor/parceiro.

Também Schutte, Malouff e Doyle (1988), através de dois estudos empíricos, procuraram examinar os fatores envolvidos no regresso, por parte da mulher, a uma relação abusiva. Num primeiro estudo, procuram as razões indicadas pelas participantes que são entendidas como preditoras do retorno à relação. Deste modo, foram examinadas variáveis que poderiam relacionar-se com o ciclo de vitimação, procurando um historial de separações e reconciliações com o parceiro. Foi examinada a influência do historial de vitimação familiar na probabilidade de regresso a uma relação abusiva. Também se procurou tal influência no que concerne ao nível de escolaridade, rendimento, duração da vitimação e número de vezes em que a vítima já terminara e retomara a relação. Este estudo integrou 117 mulheres acolhidas numa casa abrigo para vítimas de violência doméstica e a informação foi recolhida pelos terapeutas. Os resultados indicam que as mulheres que haviam sido agredidas em criança e as que tinham um maior nível de escolaridade, tinham menor probabilidade de retomar a relação. Por outro lado, quantas mais tentativas para terminar a relação, menos provável regressar a esta. Relativamente ao segundo estudo realizado, os autores procuraram examinar, através de um questionário, as estratégias de persuasão utilizadas pelos agressores para a mulher não sair ou para retomar a relação. Primeiramente, foi realizado um estudo piloto para obter informação sobre as possíveis estratégias usadas. Com base na informação recolhida, foi construída uma lista e esta foi entregue a um outro grupo de mulheres que indicaram, entre as estratégias elencadas, quais haviam sido usadas pelo agressor e que teriam influenciado o seu regresso à relação. No estudo piloto as participantes eram ainda questionadas se já tinham terminado ou ameaçado terminar a relação e se o parceiro tinha dito ou feito algo para as convencer a ficar. No estudo principal, foi preenchido um questionário e os resultados indicam que todas as participantes referiram que os parceiros as tinham tentado persuadir a regressar à relação. As

estratégias utilizadas pelos parceiros mais indicadas como influenciadoras do seu regresso foram, por ordem decrescente, as seguintes: promessas de mudança; pedir desculpa; manter as crianças afastadas da vítima; oferecer presentes; mencionar as dificuldades de viver de forma independente; ameaças; mencionar as responsabilidades familiares. Foram ainda adicionadas categorias pelas participantes do estudo principal que não constavam nos resultados do estudo piloto: ameaça de uso de armas ou facas, ameaças mencionando retirar as crianças à mãe, bem como o ser fisicamente impossibilitada de abandonar a relação.

A análise destes estudos permite verificar que a vinculação emocional é, novamente, indicada pela literatura como um motivo influenciador, não só da permanência, mas também do regresso à relação. A teoria do *traumatic bonding* sugere que quando uma mulher abandona a relação abusiva, esta apresenta-se como emocionalmente vulnerável podendo apoiar-se na memória das alturas em que o companheiro se mostrou carinhoso e afetuoso podendo fazer com que, de forma impulsiva, a mulher decida regressar à relação (Dutton & Painter, 1993).

A questão da dependência financeira é novamente encontrada. Esta, sendo um dos principais motivos pelo qual as mulheres permanecem na relação, é também um motivo do regresso à mesma, uma vez que, nestes casos, as preocupações económicas prevalecem sobre as de segurança (Johnson, 1992 cit in Kim & Gray, 2008).

## **CAPÍTULO II – Estudo empírico**

### **1. Objetivos**

O objetivo geral deste estudo é explorar os motivos percebidos por mulheres vítimas de violência conjugal como influenciadores da tomada de decisão para permanecerem, abandonarem ou retomarem a uma relação abusiva.

No que concerne aos objetivos específicos, iremos enumerar cinco:

- 1. Examinar os motivos que, da perspectiva da mulher vítima de violência conjugal, a influenciaram a permanecer, a retomar ou a abandonar a relação abusiva;
- 2. Descrever a experiência de violência familiar, as características da relação abusiva e os processos de tomada de decisão para a denúncia
- 3. Comparar os dados sociodemográficos, a experiência de violência familiar, as características da relação abusiva e os processos de tomada de decisão para a denúncia em mulheres que permaneceram, retomaram e abandonaram a relação abusiva;
- 4. Explorar a influência da rede formal e informal de apoio na tomada de decisão de permanecer, retomar e abandonar a relação abusiva;
- 5 Compreender como é que as vítimas que abandonam a relação abusiva percecionam o/a risco/probabilidade de a retomar.

### **2. Amostra**

A amostra desta investigação foi composta por 21 participantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 20 e os 67 anos que, à data da recolha de dados, eram ou teriam sido no passado, vítimas de violência conjugal. A amostra foi recolhida na estrutura formal de apoio a vítimas de crime, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Dezanove entrevistas foram realizadas no Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) do Porto. Tendo em conta o elevado número de recusas para a participação na investigação nesta estrutura, e com o propósito de aumentar a amostra, foi necessária alargar a recolha ao Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Paços de Ferreira, realizando aí mais duas entrevistas.

As participantes provêm de um universo de mulheres vítimas de violência conjugal que foram apoiadas e/ou acompanhadas por esta mesma instituição devido à vitimação experienciada no âmbito dos seus relacionamentos conjugais. Assim, o número de mulheres que foram apoiadas durante o período de recolha de dados, compreendido entre novembro de 2017 ao final de janeiro de 2018, no GAV do Porto e GAV de Paços de Ferreira, foi de 153. No



entanto, verificou-se que apenas 60 dessas mulheres cumpriam os critérios do estudo. Foram registadas doze recusas e cinco não compareceram à entrevista agendada ainda que, no contacto inicial, tivessem aceite participar no estudo. Assim, dezassete das mulheres vítimas de violência conjugal que foram contactadas no período de recolha de dados, não participaram no estudo. os motivos para a não participação forma, essencialmente, dois (Cf., Tabela 3): não quererem falar sobre a sua relação abusiva (n=6), sendo que uma dessas mulheres afirmou não querer falar sobre o tema com outra pessoa para além da técnica que a acompanha de apoio à vítima responsável pelo seu processo; na estrutura de apoio; a dificuldade em efetuarem a deslocação o para a realização da entrevista (n= 6).

Trata-se de uma amostra por conveniência, uma estratégia de amostragem não probabilística utilizada quando uma parte do universo não é escolhida ao acaso, mas antes devido à sua fácil acessibilidade, proximidade e disponibilidade de tempo, quando cumprindo os critérios necessários para o estudo (Etikan, Musa, & Alkassim, 2016). O presente estudo encontra limitações nesse mesmo sentido, ou seja, devido ao curto período temporal para recolha dos dados, à disponibilidade e interesse das vítimas em participar no estudo, a amostra ficou reduzida.

Tabela 3 - Motivos para recusa na participação no presente estudo

Motivos para recusa	Número de recusas
Temática do estudo – falta de interesse em partilhar experiência de vitimação	6
Deslocação difícil ou impossível	6

Destes dados resulta que a integração de cada participante na amostra dependia da sua experiência, atual ou passada de, pelo menos um dos seguintes tipos de abuso: físico, psicológico, ameaças, injúrias, sexual. Tais abusos, para efeitos da presente investigação, seriam considerados quando perpetrados pelo companheiro, ex-companheiro, cônjuge ou ex-cônjuge, tendo existido coabitação em algum momento da relação do casal ainda que no momento da recolha de dados a mesma pudesse não existir. Assim, e não obstante, o artigo 152 do Código Penal Português integrar situações de não coabitação e relações entre pessoas do mesmo sexo, foram excluídas do estudo as relações de namoro sem coabitação e foram apenas consideradas as relações heterossexuais.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram os seguintes:

1. Ser do sexo feminino;
2. Ter, no mínimo, 18 anos, sem que existisse um limite máximo de idade;
3. Ser ou ter sido vítima de violência doméstica:
  - a. Incluindo: maus tratos físicos ou psíquicos, privações da liberdade, ofensas sexuais, ameaças e injúrias;
  - b. Perpetrada por parte do cônjuge, ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro;
  - c. No seio de uma relação heterossexual;
4. Ter sido realizada denúncia formal da situação de violência doméstica:
  - a. Pela própria ou por terceiro(s);
5. Ter existido coabitação em alguma altura da relação.

Esta amostra foi selecionada com vista à constituição de três grupos de análise distintos, definidos de acordo com o estado atual da relação da vítima com o agressor (Cf. Tabela 4), a saber:

- a) Grupo A: Composto pelas mulheres que, até à data da recolha de dados, se mantinham na relação abusiva (n=6);
- b) Grupo B: Composto pelas participantes que haviam terminado, de forma definitiva, a relação abusiva. Para efeitos deste estudo, considera-se “de forma definitiva” quando, no momento de recolha dos dados, a separação ocorrera há mais de um ano apesar de ainda poder existir coabitação (n=8);
- c) Grupo C: Integrou as participantes que apresentavam um historial de separações e reconciliações na relação com o agressor. Apesar de já não manterem uma relação com o agressor, à data da recolha ainda não tinha decorrido mais de um ano entre o término e o momento de recolha de dados (n=7).

Tabela 4 – Critérios para divisão por grupo de análise

Critérios de divisão por grupo de análise (no momento da recolha de dados):	
<b>Grupo A</b>	○ Manter uma relação abusiva;
<b>Grupo B</b>	○ Ter terminado a relação abusiva há mais de um ano;
<b>Grupo C</b>	○ Ter terminado uma relação abusiva há menos de um ano; ○ Existência de historial de separações e reconciliações com o parceiro da relação abusiva.

Relativamente aos dados sociodemográficos<sup>7</sup> das participantes, foram consideradas as seguintes variáveis de análise: idade, duração da relação, duração da vitimação, estado civil, nível de escolaridade, autoria da denúncia e situação laboral. Como será explicitado mais adiante estes dados foram recolhidos através da resposta a um questionário de respostas fechadas ou de resposta breve, sendo este preenchido telefonicamente pela investigadora. A Tabela 5 sistematiza esta caracterização da amostra na sua totalidade.

Tabela 5 – Dados sociodemográficos

		Total (N=21)
<b>Idade</b>		M=45.90; DP=13.39
<b>Duração da relação</b>		M=21.76; DP=13.95
<b>Duração da vitimação</b>		M=17.29; DP=14.36
<b>Estado Civil:</b>	Solteira	23,81%
	Casada	33,33%
	Divorciada	42,86%
<b>Nível de escolaridade:</b>	1º ciclo	23,81%
	2º ciclo	23,81%
	3º ciclo	14,28%
	Secundário	19,05%
	Superior	19,05%
<b>Denúncia realizada por:</b>	Própria	90,48%
	Terceiro	9,52%
<b>Situação laboral:</b>	Empregada	38,10%
	Desempregada	38,10%
	Doméstica	4,76%
	Reformada	14,28%
	Baixa médica	4,76%

Verifica-se que, na totalidade da amostra, a média de idades é de 46 anos. As relações íntimas em causa são duradouras, com uma longevidade média de 22 anos. Uma vez que todas as participantes indicaram que a vitimação era continuada, verificou-se que desde o primeiro episódio de violência até ao momento de recolha de dados, em média, se haviam passado 17 anos. Relativamente ao estado civil, cerca de 43% da amostra, encontrava-se divorciada. O nível de escolaridade entre a amostra era baixo uma vez que cerca de 24% havia completado o 1º ciclo e outros 24% havia terminado o 2º ciclo. Somente 19% das participantes haviam completado um curso superior. Apenas em duas das situações, havia sido um terceiro a denunciar a um órgão de polícia criminal a situação de vitimação. Desde modo, verifica-se que,

<sup>7</sup> Para informação sobre os dados sociodemográficos mais detalhada, ver Anexo C.

em 90% das situações, foi a própria vítima a denunciar. No que concerne à situação laboral, 38% encontrava-se empregada, bem como 38% encontrava-se desempregada.

### **3. Procedimentos**

Após uma seleção estatística das mulheres vítimas de violência conjugal apoiadas e/ou acompanhadas no GAV do Porto<sup>8</sup> de acordo com os critérios do estudo, as mulheres que preenchiam estes quesitos foram contactadas telefonicamente de modo a solicitar a sua participação no estudo, depois de serem informadas do tema e objetivos do estudo, bem como da confidencialidade dos dados recolhidos. Mediante consentimento oral informado da participante, foram recolhidos dados sociodemográficos com base num questionário de respostas fechadas ou de resposta breve, sendo este preenchido telefonicamente pela investigadora. O questionário permitiu o enquadramento das mulheres entrevistadas nos três grupos de análise.

Após autorização da participante, procedeu-se ao agendamento de uma entrevista presencial. As entrevistas foram realizadas nas salas de atendimento do GAV do Porto e do GAV de Paços de Ferreira, uma vez que as participantes teriam já tido algum apoio ou contacto prévio por parte da instituição APAV. A escolha do local foi igualmente pensada tendo em consideração que seria necessário um espaço confortável que permitisse uma entrevista sem interrupções e ausente de distrações. Foi realizada apenas uma entrevista a cada uma das participantes, com uma duração aproximada de 40/45 minutos. Antes da entrevista, cada participante assinou um consentimento informado que esclarecia novamente quais os objetivos do estudo, os temas que seriam abordados e as questões acerca da confidencialidade dos dados e informações partilhadas. As participantes foram também informadas de que o estudo não lhes traria qualquer risco ou encargo financeiro e que, caso desajassem, poderiam desistir a qualquer momento, inclusive durante a entrevista. A confidencialidade foi assegurada substituindo-se o nome das participantes por números. Todas as entrevistas foram áudio gravadas e, posteriormente, foi realizada a transcrição das mesmas para que fosse possível uma análise de conteúdo com o auxílio do software QSR NVivo 10.

---

<sup>8</sup> Como mencionado anteriormente, após os primeiros contactos a utentes apoiadas no GAV do Porto, foi perceptível que a taxa de recusa se encontrava elevada. Deste modo, existiu a necessidade de incluir participantes que eram apoiadas no GAV de Paços de Ferreiras, contribuindo assim para a riqueza e variedade do presente estudo.

## **4. Instrumentos**

### **4.1 Questionário sociodemográfico**

O questionário mencionado, de aplicação prévia à entrevista, procurava recolher os dados sociodemográficos da participante, bem como validar se a vítima preenchia os critérios do estudo e em que grupo de análise se inseria. O seu preenchimento foi realizado telefonicamente pela investigadora no primeiro contacto com a participante. As questões sociodemográficas incluídas no questionário, foram, como referido anteriormente, identificadas através da análise da literatura, como influenciadoras da tomada de decisão de permanecer ou abandonar a relação abusiva.

O questionário incluía os seguintes itens:

- Idade da participante
- Estado civil
- Existência de filhos (se sim, seria questionada sobre quantos seriam menores e igualmente se eram fruto da relação com o parceiro abusivo ou de outra relação passada)
- Nível de escolaridade
- Situação laboral
- Duração da relação
- Duração da vitimação
- Por quem havia sido feita a denúncia formal
- O tipo de violência de que foi ou é alvo
- Se existia um historial de separações e reconciliações entre o casal
- A situação atual da relação e a existência ou não de coabitação
- Nos casos em que a participantes indicavam ter terminado a relação abusiva, era recolhida informação sobre o tempo decorrido entre a separação e o momento atual

### **4.2 Entrevista qualitativa**

Após o preenchimento do questionário sociodemográfico e, como referido anteriormente, mediante autorização da participante, foi agendado um segundo momento para a realização da entrevista semiestruturada. Deste modo, foi possível abordar-se os principais tópicos de acordo com os objetivos e questões do estudo existindo sempre uma margem para uma espontaneidade das respostas das entrevistadas e liberdade nas questões da entrevistadora. Isto significa que, durante as diferentes entrevistas, as questões não foram sempre colocadas

pela mesma ordem e que foram adicionadas algumas questões de follow-up de acordo com a relevância da resposta da entrevistada para o estudo.

A escolha do método de recolha dos dados neste estudo empírico, mais propriamente a escolha da entrevista semiestruturada, relaciona-se com a necessidade de aceder ao ponto de vista subjetivo das participantes. Procurando os discursos individuais, são captados os significados que os indivíduos atribuem às experiências (Kvale & Brinkmann, 2009). Como Rubin e Rubin (1995) referem, as entrevistas qualitativas procuram “fenómenos complexos (...), tentam captar a riqueza e complexidade do tema subjetivo e explicá-lo de um modo compreensivo” (p.76). Uma vez que o tema do estudo se relaciona com a necessidade de aceder a perceções, a entrevista será o melhor modo para que vítimas de violência doméstica descrevam e explorem as suas experiências. É uma forma de “aprender sobre o mundo dos outros” (Rubin & Rubin, 1995, p.18).

A entrevista semiestruturada permite o surgimento de novas questões a partir do diálogo entre entrevistado e entrevistador (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006). Tom Wengraf (2001) indica, por essa razão, a necessidade de uma “dupla atenção” por parte do entrevistador (p.203). Existe a necessidade de assegurar que as questões centrais são colocadas de modo a focar nos objetivos do estudo. O planeamento feito previamente permitirá lembrar ao entrevistador as verdadeiras motivações e objetivos do estudo (Rubin & Rubin, 1995). No entanto, é imprescindível uma atenção redobrada nas respostas das participantes de modo a que seja possível acrescentar questões – as questões de follow-up (Wengraf, 2001). Para a realização de uma entrevista, é fulcral que o investigador permaneça atento, com respeito e curiosidade por aquilo que lhe está a ser dito (Rubin & Rubin, 1995). O entrevistador deverá também demonstrar empatia. Ferreira-Borges e Filho (2004) referem que “a empatia é basicamente a capacidade de entrar no mundo subjetivo dos outros. (...) A expressão não verbal da empatia através dos olhos, postura corporal, balançar de cabeça é fundamental para um clima empático” (p.100 e 117).

O guião utilizado neste estudo, constituído por questões abertas, permite uma evocação mais livre da informação, favorecendo liberdade e espontaneidade de resposta. No entanto, é importante compreender que o poder de encaminhar a conversa é do entrevistador, mesmo que a participante não se aperceba (Wengraf, 2001). A utilização de uma entrevista pressupõe um saber-fazer que vai para além do instrumento usado. O entrevistador deverá partir para a entrevista livre de preconceitos e ideias pré-concebidas. Procurará aceder e explorar o mundo do outro, o que deverá ser feito sem julgar o comportamento e pensamento dos participantes.

Kvale e Brinkmann, (2009) referem-se a uma “ingenuidade deliberada” na qual o entrevistador deverá mostrar-se aberto a novas formas de descrever e explicar o fenómeno, partindo do pressuposto de que a resposta à questão não é óbvia.

A entrevista qualitativa poderá ser encarada como uma conversa com um objetivo. Tal como numa conversa, as pessoas falam à vez de um ou mais tópicos, fazendo transições entre estes (Rubin & Rubin, 1995). Será de extrema importância criar uma relação positiva. Tal relação será criada através da comunicação, ou seja, tanto de comportamentos verbais como não verbais (Ferreira-Borges & Filho, 2004). Deste modo, criar-se-á um ambiente confortável e seguro para a partilha de experiências, opiniões e significados atribuídos (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006).

No processo de preparação e teste do guião de entrevista, foram realizadas três entrevistas, tendo sido estas, mais tarde, incluídas no estudo. Deste modo, foi possível realizar algumas melhorias ao nível da sua estrutura, designadamente eliminar e adicionar questões que permitiram responder, de forma mais precisa, aos objetivos do presente estudo. Por exemplo, foram eliminadas questões relativas às crenças sobre o papel das mulheres num relacionamento íntimo, uma vez que foi possível compreender que esse tópico surgia ao longo do discurso das participantes sem que existisse algum tipo de influência com uma questão direcionada para o tema.

As dimensões do guião de entrevista<sup>9</sup> foram pensadas de forma cuidada procurando ir ao encontro da literatura acima referida. Uma vez que são encontradas na literatura como um fator de risco relevante, as experiências diretas e indiretas de violência doméstica no seio familiar durante a infância e adolescência foram as primeiras questões das entrevistas realizadas. Apesar da flexibilidade do guião, todas as entrevistas foram iniciadas com este tema, onde era pedido às participantes que descrevessem e caracterizassem a sua relação com os pais, bem como a relação entre estes. Deste modo, era possível uma orientação cronológica que auxiliaria tanto as participantes como a investigadora. Igualmente, foram abordadas as relações íntimas passadas, procurando apurar se teriam existido outros relacionamentos abusivos. A relação abusiva atual ou mais recente, foi uma dimensão pensada para que participante pudesse caracterizá-la, bem como fazer referência aos tipos de violência exercidos. As questões relacionadas com a relação abusiva mostraram-se mais flexíveis do que as do tópico anterior uma vez que era dada liberdade à participante para referir o que considerasse mais relevante.

---

<sup>9</sup> Ver Anexo D – Guião de entrevista.

Assim, a parte fulcral da entrevista - ou seja, os motivos para a permanência, abandono ou retorno à relação abusiva -, foi integrada permitindo também uma liberdade de respostas e flexibilidade na ordem em que as questões eram colocadas. Por fim, foi introduzida uma dimensão que procurasse as expectativas das participantes relativamente ao seu futuro. Assim, seria possível compreender também de que forma é que a mulher percebe a possibilidade de retomar a relação futuramente.

Como mencionado anteriormente, todas as entrevistas foram áudio gravadas e, posteriormente, foi realizada a transcrição das mesmas. As transcrições foram analisadas utilizando o software QSR NVivo 10.



### **CAPÍTULO III – Resultados, Discussão e Conclusão**

#### **1. Apresentação dos resultados<sup>10</sup>**

A apresentação dos resultados irá orientar-se pela resposta aos objetivos do estudo. Assim, numa primeira fase, serão apresentados os resultados relativos aos motivos percebidos para a permanência, abandono e retorno à relação abusiva. Este, como principal objetivo, será fulcral para a compreensão da decisão da mulher relativamente ao seu relacionamento. De seguida, serão descritas as experiências de violência familiar das participantes, bem como as características das relações abusivas e os processos de tomada de decisão para a denúncia. Estes dados serão também comparados de acordo com os três grupos de análise de modo a aceder aos contrastes entre discursos. Será também explorada a influência do apoio formal e informal que a vítima poderá (ou não) ter recebido. Por fim, é explorada a forma como as mulheres percebem o risco de retomarem a relação com o parceiro abusivo.

#### **I. Motivos percebidos para a permanência, abandono e retorno à relação abusiva**

Como mencionado anteriormente, o presente estudo procurou dividir as participantes em grupos de análise dependendo do estado da relação no momento de recolha de dados. Ou seja, uma relação íntima, poderia ser atual – se a participante mantinha a relação com o parceiro abusivo no momento de recolha de dados - ou poderia já ter terminado. Para além destas duas situações, no presente estudo foi acrescentada uma terceira: mulheres que haviam terminado a relação abusiva há menos de um ano, apresentando um historial de separações e reconciliações com o mesmo parceiro, neste caso, o agressor. Assim, foram considerados três grupos de análise: grupo A, que inclui mulheres que mantinham a relação abusiva; grupo B, integrando mulheres que haviam terminado a relação abusiva de forma definitiva (i.e., há mais de um ano); e grupo C, no qual foram incluídas as participantes que haviam terminado a relação abusiva há menos de um ano e que afirmaram ter um historial de separações e reconciliações.

Deste modo, foi possível aceder às perceções das participantes dos três grupos de análise sobre os motivos que as influenciaram na permanência, abandono ou retorno da/à relação abusiva. Será importante mencionar que os motivos aqui apresentados se encontram divididos exatamente como os grupos de análise, ou seja, os motivos de permanência foram mencionados

---

<sup>10</sup> Ver Anexo E – Apresentação dos resultados por grupo de análise.

pelas participantes do grupo A, os motivos de abandono pelas mulheres do grupo B e, por fim, os motivos para retomar à relação abusiva foram indicados pelas participantes do grupo C.

### I.1. Motivos para permanência na relação abusiva

No total, foram mencionados pelas participantes doze motivos para a sua permanência na relação abusiva. Note-se que tais motivos foram indicados pelas participantes do grupo A, i.e., por mulheres que, no momento de recolha de dados, mantinham a relação.

Destacam-se, pelo seu número de referências, os seguintes motivos: dependência emocional da vítima para com o agressor, questões relacionadas com a habitação, questões financeiras e desemprego, acomodação, a esperança de mudança do comportamento do agressor, o medo sentido e, por fim, situação de doença, quer da vítima, quer do agressor. Igualmente foram mencionados outros motivos como a ausência de apoio formal, o desconhecimento dos seus direitos, a pressão exercida por terceiros e a existência de filhos do casal.

#### I.1.1 Dependência emocional da vítima

Os sentimentos das participantes relativamente ao parceiro abusivo foram mencionados por quatro de seis mulheres entrevistadas que mantinham a relação abusiva. As participantes indicam que um dos principais motivos que influencia a sua decisão de permanecer numa relação que é violenta, é o facto de existir uma dependência emocional relativamente ao parceiro.

V19: *“O gostar dele, ainda gosto dele, apesar de tudo ainda gosto dele.”*

V21: *“Não posso ficar sem ele. Eu gosto dele. Eu estou muito bem à beira dele. Sinto-me bem à beira dele. (...) se eu estiver sem o X [parceiro/agressor], se eu não estiver lá para o X [parceiro/agressor], Deus me livre ninguém me atura. Eu fico pior se tiver sem ele.”*

Aliado aos sentimentos de paixão, uma das participantes, indica sentir também pena do agressor, afirmando que não deseja o seu mal apesar da violência que este exerce sobre si.

V8: *“Eu tenho pena dele, acabo por ter. (...) é estúpido se calhar, mas não sei ser de outra forma. Não é por ele estar mal que eu vou ficar melhor.”*

Igualmente, uma outra participante que também mantinha a relação abusiva no momento de recolha de dados, indica que, para além dos sentimentos de paixão, não querer ficar sozinha

neste período da vida. De notar que a participante mencionada é a vítima com mais idade que foi entrevistada no presente estudo, com 67 anos e mantém a relação há 47 anos.

V6: *“O que fez com que fosse ficando na relação, por pensar isso, que ninguém me ia querer. Também não quero ser eu, nesta altura ...”*

#### I.1.2. Questões relacionadas com a habitação

O facto de a vítima não ter local onde permanecer caso terminasse a relação, foi igualmente um motivo que levou quatro de seis mulheres do presente estudo a permanecer na relação abusiva. A esta questão, em algumas situações, eram adicionados os problemas relacionados com a dependência económica da mulher. Ou seja, o facto de a mulher ser dependente economicamente do parceiro, faz com que a mulher decida permanecer na relação pois saindo de casa não terá meios de sobrevivência nem modo de apoiar os filhos.

V6: *“Ele diz-me quando a gente se zanga que a porta da rua está aberta. Eu venho para a rua com 300 e poucos euros e ele fica com a casa. Diz que a casa é dele.”*

As participantes indicam também que, mesmo que, por vezes, tenham apoio de amigos ou familiares, ou até mesmo de instituições formais de apoio, não se sentem confortáveis em permanecer durante um longo período nessas opções de abrigo.

V6: *“As pessoas tomam-me conta naquela altura e depois? Não vou ficar toda a vida na casa de uma amiga.”*

V8: *“É assim, já tinham sugerido, até já tinha vindo cá [APAV] ... e é assim, vou para um buraco? Eu e os meus filhos vamos para um buraco? É a casa deles, o canto deles, o canto deles que a mãe tanto lutou para manter (...)”*

#### I.1.3. Dependência financeira e desemprego

Três das seis participantes que mantinham a relação no momento de recolha de dados, indicaram permanecer na mesma devido a questões financeiras. Ou seja, afirmam não ter independência financeira, tendo pouco dinheiro ou mesmo nenhum. Este motivo torna-se um forte obstáculo à saída da relação segundo as participantes indicam.

V6: *“É assim, com ele é mau ... sem ele é capaz de ser pior. Tenho pouco dinheiro, mas eu controlo muito bem controladinho.”*

V16: *“Porque não tenho dinheiro. Eu não tenho dinheiro. Estou a ver se consigo ter o meu dinheirinho (...)”*

Com uma clara ligação às questões financeira, a situação de desemprego, quer por parte da vítima, quer por parte do agressor, foi mencionada por duas das seis participantes. Estas indicaram não ter terminado a relação porque se encontrarem desempregadas.

V16: *“(...) sem emprego, sem nada ...”*

Será também importante mencionar que, uma participante afirmou que um dos motivos pelos quais ainda permanece na relação com o parceiro abusivo, é o facto de este não ter emprego. Esta participante está empregada e não quer perder o trabalho por pedir apoio para a situação de vitimação, temendo ser despedida.

V8: *“Ele não tem trabalho há 14 anos ... ia ser complicado [terminar a relação]. Eu deixo de trabalhar? Não me saiu o Euromilhões (...) parece injusto, eu não posso deixar de trabalhar, não posso deixar de trabalhar, claro.”*

#### I.1.4. Acomodação

Relativamente ao motivo “acomodação”, três das seis participantes que mantinham uma relação abusiva, mencionam uma habituação ao estilo e ritmo de vida levado. Há igualmente uma conformação pela situação de violência vivida a par de uma vida ocupada sem ser possível a vítima pensar na sua situação ou em como irá fazer com que a violência cesse. Neste ponto, as participantes utilizam expressões como:

V12: *“Comecei a entrar naquele ritmo (...) fui-me deixando levar.”*

A vítima acredita que a sua vida continuará a ser marcada por episódios de violência, levando a que esta não procure modificá-la, mantendo a relação. As participantes indicam que, com o passar do tempo, acabam por se “habituar” à ideia da presença de violência no seio da sua relação.

V16: *“Eu pensava ‘ai meu Deus, mas porque que ele me disse isto? Mas porque que ele faz isto? Porque que ele aquilo?’, mas depois eu estava tão ocupada, chorava e fazia o que tinha a fazer e tentava esquecer. Foi assim em toda a minha vida. Se eu tivesse uma vida mais calma dava para pensar um bocadinho mais, não é? Nós ocupadas não dá para pensar tanto na situação, por mais que uma pessoa sofra.”*

#### I.1.5. Esperança de mudança do comportamento do agressor

Um outro motivo destacado por duas das seis participantes como influenciador da sua permanência na relação, relaciona-se com a esperança de que o parceiro modifique o seu comportamento. Por um lado, as vítimas continuam o seu investimento na relação apoiando-se na crença de que, um dia, o seu parceiro irá mudar os seus modos de agir. Não obstante, uma das mulheres afirmou que tem a esperança de ser ela a causa da mudança do comportamento do parceiro, i.e., procura, de um certo modo, “salvar” o agressor.

V8: *“Sempre lutei para que fosse ... que as coisas não fossem assim.”*

V19: *“Eu imagino que ele possa mudar, tenho esperanças disso. E sim, imagino que possamos ter uma vida diferente, sim.”*

#### I.1.6. Medo

Outro dos motivos mencionados por duas participantes para a permanência na relação abusiva foi o medo. O medo aqui referido é sentido pelas vítimas relativamente às possíveis reações do parceiro. As mulheres afirmam ter medo de ficar sozinhas no mesmo local que o parceiro uma vez que receavam uma agressão física devido a ameaças feitas anteriormente. Pedir o divórcio ou tomar qualquer outro tipo de decisão relativa à relação, eram ações que não passavam pela cabeça das vítimas uma vez que se encontravam, de certo modo, paralisadas pelo medo.

V12: *“Tive muitos anos com medo dele, até há pouco tempo ... muito medo dele porque ele era muito agressivo. Cedia a tudo, foi o medo que me levou a ceder a tudo.”*

V16: *“(...) como eu não fui nessa história de matar-se, ameaçou-me e disse-me ‘olha, tu olha bem para mim, eu mato-te a ti e depois mato-me a mim, não tenho problema, mas tu divorciares-te de mim tu não divorcias porque eu não permito.’”*

#### I.1.7. Situação de doença

Duas das seis participantes afirmaram manter a relação devido a uma situação de doença. Relativamente à vítima, quando esta se encontra doente, procurará manter a relação como forma de, apesar da situação de violência, se sentir acompanhada durante a doença.

V16: *“Eu mantenho a relação porque estou doente. Eu estou muito doente, posso morrer já hoje, amanhã.”*

Por outro lado, outra participante, referiu que o facto do parceiro se encontrar doente, é um dos motivos que influencia a sua decisão de permanecer na relação.

V12: *“Estive para sair, mas ele, entretanto foi internado porque ele sofre de esquizofrenia, o que eu soube depois do casamento.”*

#### I.1.8. Outros motivos

Foram referidos, em menor quantidade, outros motivos para a permanência na relação. A ausência de apoio, nomeadamente apoio social relativo a habitação, foi mencionado por uma das participantes. Esta mulher indica ter procurado proteção para si e para os seus filhos, mas que esta passaria por retirar o agressor de casa e não a ela.

V8: *“A minha proteção neste momento passava por tirá-lo de casa, a proteção dos meus filhos passava por o tirarem de casa e não a nós.”*

Outra das participantes menciona não ter total conhecimento dos seus direitos relativamente à situação de violência conjugal o que influencia a sua permanência na relação.

V6: *“Eu quero ver se arranjo um advogado, nem que seja da segurança social, que me elucide bem quais são os meus direitos.”*

Igualmente foi referida, por duas participantes, a pressão sentida para que mantivessem a relação. De notar que as pessoas que exerciam tal pressão tinham conhecimento da situação de violência que era perpetrada.

V12: *“Era um turbilhão. Era a minha sogra a chamar de um lado, era o médico a dizer que se eu fosse embora era o mesmo que deixar uma criança (...) pressionada mesmo.”*

O facto de existirem filhos foi também um motivo mencionado por uma das participantes que considera ter influenciado a sua permanência na relação abusiva.

V19: *“Mas ... depois disto tudo, se não houvesse um filho ... não sei, talvez já não houvesse mais relação.”*

Deste modo, é possível sumariar os motivos que as mulheres – que mantinham a relação no momento de recolha de dados - consideram ter influenciado a sua decisão de permanecer na relação da seguinte forma:

Tabela 6 – Motivos para permanência na relação abusiva

	V6	V8	V12	V16	V19	V21	Total
<b>Dependência emocional</b>	x	x			x	x	4
<b>Questões relacionadas com a habitação</b>	x	x	x	x			4
<b>Acomodação</b>	x		x	x			3
<b>Questões financeiras</b>	x	x		x			3
<b>Desemprego</b>		x		x			2
<b>Esperança de mudança</b>		x			x		2
<b>Medo</b>			x	x			2
<b>Situação de doença</b>			x	x			2
<b>Ausência de apoio formal</b>		x					1
<b>Desconhecimento de direitos</b>	x						1
<b>Pressão de terceiros</b>			x				1
<b>Existência de filhos</b>					x		1
<b>Total</b>	5	6	5	6	3	1	

Em média, as participantes identificaram quatro motivos que as influencia a permanecer na relação abusiva. Deverá ser mencionado que as participantes que haviam terminado a relação aquando a recolha de dados, indicaram também motivos que, a seu entender, influenciaram a sua permanência na relação. Assim, para além dos acima mencionados, foram referidos: a ausência de apoio por parte da rede informal, ou seja, dos familiares e amigos; a falta de confiança em si, bem como a baixa autoestima; e a religião.

## I.2. Motivos para abandono da relação abusiva

De um modo geral, foram encontrados dez motivos principais que podem conduzir a vítima a abandonar a relação abusiva. De salientar que apenas são incluídos neste ponto os motivos indicados por mulheres que terminaram a relação abusiva há mais de um ano. A infidelidade do parceiro foi um dos motivos mais mencionados, seguido das insinuações de infidelidade que o parceiro faria sobre a mulher e da existência de filhos.

As expectativas diferentes (entre vítima e agressor) relativamente ao conceito de família, a escalada de violência, a violência perante terceiros e a autonomia financeira, mostraram-se igualmente influenciadores da saída da mulher. Também a violência sexual e o medo de contágio de doenças sexualmente transmissíveis foram indicados como sendo motivos para terminar a relação. Igualmente, os comportamentos aditivos por parte de agressor, foram mencionados por uma das participantes.

### I.2.1. Infidelidade do parceiro

Quatro das oito participantes que terminaram a relação de forma definitivamente, referiram que o facto de ter existido algum caso extraconjugal por parte do companheiro, as fez decidir abandonar a relação. Sublinhe-se o destaque dado pelas participantes também às insinuações de infidelidade que os parceiros faziam, i.e., alegações feitas sobre as mulheres terem casos extraconjugais. Serem acusadas de trair o parceiro, para muitas, foi considerada a “gota d’água”.

Note-se que o verdadeiro motivo, por vezes, não é a infidelidade em si, uma vez que muitas das vezes a vítima aceita retomar a relação perdendo o companheiro, mas antes o desvio dos sentimentos e atenção que a mulher desejava ainda existirem no/a casamento/relação para uma outra pessoa. Em suma, não é o envolvimento físico e sexual com outra mulher, mas antes o envolvimento emocional que acaba por influenciar a decisão de terminar a relação abusiva.

V10: *“Ele teve um caso com outra pessoa e depois aí ... aquele amor que existia, acho que era uma coisa ... o encanto, era um encanto, era um amor encantado que eu tinha. Aquele encanto, nessa relação que ele teve, era um encanto que quebrou e eu comecei a ver, comecei a acordar ... aceitei sempre tudo, mas a partir dessa data comecei a acordar, o encanto quebrou-se e fiquei mais fria. Depois com o passar do tempo acordei de vez.”*

### I.2.2. Insinuações de infidelidade

Outro dos motivos mais referidos neste estudo, tendo sido mencionado por quatro das participantes, relaciona-se com situações em que o cônjuge/companheiro alega que a mulher lhe é infiel. As mulheres que fizeram referência a insinuações de infidelidade indicam sentir de tal forma humilhadas pelas mesmas que decidiram terminar a relação.

V4: *“Ele diz que eu não vou trabalhar ... começou por aí. Que eu não vou trabalhar, os carros estão lá todos em fila à minha espera, que só aqui na rua são cinco homens (...). Ao outro dia eu cheguei a casa, sexta, diz ele assim ‘hás de me dizer de quem é esse esperma que tens aí nas calças’. Ahhhh, aquilo foi uma faca que me espetaram. (...) e ele ‘vai ver como tens aí ...’. E realmente, era atrás e realmente estavam sujas. Eu fiz assim (gesto de esfregar as calças na tentativa de limpar) e aquilo saiu. E ele ‘não me vais dizer que é iogurte, eu sei bem o que é isso, isso aí já ontem à noite tinha’. (...) Eu só me lembro de pegar nas calças e atirar contra ele ‘a partir de hoje naquele quarto eu não durmo mais, se é isso que pensas de mim, acabou’ e foi. Nunca mais entrei no meu quarto. Eu dormi na sala. Naquela noite dormi logo na sala. (...) Casamento é para a vida mas é quando ... até poderia ser para a vida se não houvesse violência psicológica, se não me tivesse acusado de nada disso mesmo estando insatisfeita de*



*não vendo aquele homem como aquilo que eu sonhei para mim (...) eu até era capaz de aguentar digo-lhe já com franqueza, mas quando parte ... feriu-me tanto que era a minha integridade, isso não. Isso eu não perdoava (...)*”

V9: *“(...) tem sido um motivo grave porque calunia a minha pessoa, provoca-me situações ... e depois em determinados contextos, com determinadas roupas, parece quase que é verdade, mas pronto (risos) ... resta-me a mim saber que não é e tenho que viver com isso.”*

Note-se que uma das mulheres entrevistadas indica que as alegações de infidelidade envolviam o filho do casal.

V10: *“Quando ele me diz que eu tinha um caso com o meu filho ... isso foi ... foi a gota d’água. (...) Eu perdoei-lhe todas as coisas que ele me fez, mas chegou a um ponto ... ele até nem me interessava, o que eu queria era que ele me respeitasse. Isso deixou de existir. (...) Eu vinha de casa do meu filho, de estar com a minha netinha ... a cara dele disse o que ele estava a pensar de mim e do filho. Depois disse-me, não é? Que eu queria ir deitar-me com o meu filho, satisfazer o meu filho ...”*

### I.2.3. Existência de filhos

Três participantes mencionam a existência de filhos (quer do agressor, quer de relacionamentos passados) como motivo para término da relação abusiva. As mulheres acreditam que a violência conjugal pode acarretar consequências nefastas para os filhos e, quando a violência passa a ser direcionada aos filhos, estas entendem que devem pôr fim à relação. Também a pressão por parte dos filhos poderá influenciar tal decisão. As mulheres preocupam-se com o futuro dos filhos, ponderando se será justo os filhos passarem pela situação de violência quando, por vezes, indicam existir um desinteresse por parte do pai/agressor pela educação dos filhos.

V5: *“Mas o que me levou mesmo [a abandonar a relação] ... onde eu me apoiei mesmo foi mesmo o meu filho. Eu disse ‘eu não quero isto para ti’ e todas as vezes que ele chorava, quando acontecia alguma coisa, era como se me tivessem a cortar com facas porque aquilo era horrível. (...) E se eu não queria aquilo para mim e se para mim ia aguentando porque eu era forte (...) por ele [o filho] não ia aguentar porque não iria expô-lo naquela situação durante muito mais tempo.”*

V14: *“Foi esse o meu motivo da separação. Não quis saber dos filhos, maltratava muitas vezes o meu filho (...)”*

#### I.2.4. Expectativas diferentes relativamente ao conceito de família

Outro motivo para o término da relação abusiva referido por duas participantes do estudo foi a noção de família, i.e., indicam que o parceiro não teria a mesma expectativa e ambição para o casamento e constituição de família.

V5: “(...) *a parte de abandonar, sem dúvida a minha noção de família. (...) Teve, muito peso, muito peso.*”

V9: “*Acho que já não tinha vida com aquela pessoa nem ela comigo.*”

#### I.2.5. Escalada da violência

O início da violência física ou a escalada da mesma, fazem com que a mulher decida terminar a relação, tendo este motivo sido referido por duas participantes que haviam terminado a relação há mais de um ano. A par da escalada da violência parece coexistir uma consciencialização de que, muito provavelmente, a relação se irá pautar-se pela existência de violência, existindo a necessidade de a mulher ultrapassar o medo.

V5: “*A discussão continuou (...) ele tira o cinto de segurança, voltou-se para trás, em andamento, voltou-se para trás e deu-me um soco. (...) todo aquele quadro é que me fazia dizer ‘não, não quero isso para a minha vida’.*”

#### I.2.6. Violência perante terceiros

Foi igualmente mencionado, por duas participantes, como motivo influenciador para o abandono da relação abusiva, o facto de existir algum episódio de violência em público ou perante familiares e amigos. A violência, nestes casos, quebra o habitual muro que mantem os conflitos conjugais em privado, fazendo com que as vítimas se sintam envergonhadas e humilhadas, bem como revoltadas pela exposição pública da situação.

V3: “(...) *agrediu-me à frente da minha mãe. Foi à frente da minha mãe que ele me agrediu. E eu fiquei revoltada porque é assim, se ele me tivesse agredido num sítio onde até tivéssemos os dois ... também ficaria revoltada, mas ficaria pronto ... foi à frente da minha mãe que me custou mais. (...) agredir-me diante a minha mãe eu nem aceito. (pausa). Não aceito.*”

#### I.2.7. Autonomia financeira

Apenas duas das participantes relatam que as questões financeiras influenciaram a sua saída da relação. Em ambos os casos, as mulheres encontravam-se numa situação em que

sustentavam, sozinhas, financeiramente a família e entenderam que não existiam obstáculos para a sua saída nesse sentido.

V9: *“Sempre tive dois empregos e eu sempre me sustentei, eu sempre sustentei a minha família toda. Eu sempre fui um bocado o homem da relação (risos). (...) Se eu já tenho que fazer tudo sozinha para garantir em termos financeiros a subsistência minha e dos cinco, eu não preciso de ti para nada, pronto.”*

#### I.2.8. Violência sexual

Uma forma de violência foi destacada por uma das participantes: a violência sexual. Apesar da existência de outros tipos de violência no seio da relação, a violência sexual não era tolerada pela mulher fazendo com que esta tomasse a decisão de terminar a relação com o parceiro. Esta faz referência às relações sexuais com o parceiro, onde esta indica que se sentia como um objeto.

V4: *“Estava ali para fazer aquele serviço e o resto não importava, acabava, estava feito e pronto. Eu só pensava nele e servia-se disso. Era essa a palavra, era só servir, não havia um beijo, não havia uma carícia, nada. Pim pim acabou, vai à tua vida. Eu era ali um objeto. Era uso e mais nada ... e aquilo a mim desgastou-me muito.”*

#### I.2.9. Receio relativamente ao contágio de IST associado à infidelidade

Um fator de preocupação para uma das vítimas, foram as doenças sexualmente transmissíveis, associando estas às situações de infidelidade.

V7: *“Depois ele começou ... os meus filhos começaram a vê-lo a ir a prostitutas na zona onde eu morava e eu com medo das doenças e tudo parei ... nunca mais.”*

#### I.2.10. Comportamentos aditivos por parte do agressor

Uma das participantes, mencionou o problema de alcoolismo por parte do ex-parceiro. Este problema tinha, antes da separação definitiva, levado a discussões e agressões físicas. Deste modo, a participantes refere que foi o principal motivo que levou à separação do casal.

V20: *“O nosso problema sempre teve a ver com o problema do álcool. Houve ali uma fase em que a dependência do álcool já estava muito assumida, já estava grave, tinham acontecido situações graves de violência física, psicológica e tudo, ameaças ... e o tema separação já tinha sido abordado várias vezes.”*

Deste modo, em suma, é possível encontrar os seguintes motivos para o abandono de uma relação abusiva:

Tabela 7 - Motivos para abandono da relação abusiva

	V3	V4	V5	V7	V9	V10	V14	V20	Total
<b>Infidelidade do parceiro</b>	x			x		x	x		4
<b>Insinuações de infidelidade</b>		x		x	x	x			4
<b>Existência de filhos</b>		x	x				x		3
<b>Expectativas relativamente ao conceito de família</b>			x		x				2
<b>Escalada da violência</b>	x		x						2
<b>Violência perante terceiros</b>	x		x						2
<b>Autonomia financeira</b>				x	x				2
<b>Violência sexual</b>		x							1
<b>Receio de contágio de DST</b>				x					1
<b>Comportamentos aditivos</b>								x	1
<b>Total</b>	3	3	4	4	3	2	2	1	

De salientar que, apesar de os dados aqui apresentados incluírem somente mulheres do grupo B – que terminaram uma relação abusiva de forma definitiva -, as participantes do grupo C indicaram também alguns motivos para o abandono da relação. Assim, para além dos acima mencionados, encontrou-se também a questão infidelidade da própria vítima.

V13: “Durou meio ano, às escondidas, claro. E depois ele descobriu. Descobriu e eu fiquei aliviada. Podia-me vir embora, ainda não tinha filho nenhum ... vou-me embora e ele pôs-me fora de casa. Bateu-me nesse dia, pôs-me fora de casa com a roupa do corpo. Fui mas não me importei porque não tinha muito a perder na altura.”

Como nos motivos de permanência na relação abusiva, nestes motivos de abandono, é possível perceber-se que se trata de uma resposta complexa, envolvendo mais do que uma razão, sendo, por vezes, uma decisão gradual e pensada com cuidado. Em média, as participantes indicaram três motivos que as levou a terminar a relação.

### I.3. Motivos para retornar à relação abusiva

As sete participantes que afirmaram ter um historial de separações e reconciliações com o parceiro abusivo, fizeram referência aos motivos que as influenciaram a retomar a relação, por vezes, em mais do que uma ocasião. Foram indicados quatro motivos. De notar que as participantes do grupo C, ao longo das entrevistas, mencionaram igualmente motivos para a sua permanência, bem como para o abandono da relação. No entanto, neste ponto serão apenas considerados os motivos para o retorno à relação.

#### I.3.1. Medo

Três participantes integrantes do grupo C, indicaram ter regressado à relação devido ao medo sentido pois, após o término da relação, o agressor ameaçava a mulher. Sentindo medo das possíveis retaliações e de que as ameaças passassem a atos de violência física, as mulheres afirmam que retomavam a relação.

V2: *“Eu já terminei com ele duas ... quatro vezes, terminei e ele não aceitava. Não aceitava, ameaçava-me, batia-me (...). Era o medo. Eu tornei a voltar a fazer as pazes com ele por medo, ele ameaçava-me e eu tinha medo.”*

V13: *“Eu sempre tive medo dele.”*

#### I.3.2. Dependência emocional

A dependência emocional, ou seja, os sentimentos positivos sentidos, foram também indicados por três participantes como motivo para retomar a relação. Tanto é mencionada a paixão que a mulher ainda sente pelo agressor, como as saudades que sente ao voltar a vê-lo ou a falar com ele.

V15: *“Porque eu gostava dele também claro. Logicamente que tinha uma paixão por ele muito grande.”*

V17: *“Ele foi apanhado pela polícia e ligou-me, já não falava com ele há muito tempo, para aí quatro meses ... aquilo mexeu comigo e eu quis estar outra vez com o X [ex-companheiro] (...)”*

#### I.3.3. Pedido de desculpa e segundas oportunidades

Duas mulheres indicaram que retomaram a relação pois sentiram a necessidade de dar uma segunda oportunidade ao parceiro. Referiram que o pedido de desculpas feito pelo agressor, influenciou a sua decisão.

V11: “É assim, quis travar, quis pôr fim ao casamento. Acabei por não fazer porquê? Porque é assim, o que acontece é que ele acaba por vir sempre com aquelas coisinhas ‘eu adoro-te, desculpa’. Eu como tinha uma enorme capacidade de perdoar, perdoava sempre.”

V18: “(...) acabei por o perdoar e ele voltou para casa.”

#### I.3.4. Solidão

Uma das participantes mencionou que o parceiro a abandonou quando soube que esta estava grávida. Assim, referiu que pensou em abortar pois sentia que sozinha não iria conseguir criar o filho. No entanto, aceitou o parceiro de volta quando este voltou com a palavra atrás e decidiu criar o filho juntamente com ela.

V1: “(...) eu sozinha pensei em abortar, sabia que não ia aguentar a vida assim. Tava a ser muito difícil, mas ele voltou e eu aceitei-o outra vez.”

Assim, em suma, é possível afirmar que, em média, as participantes que se haviam separado e reconciliado, ou seja, que afirmaram ter um historial de separações e reconciliações, apresentam somente um motivo que terá influenciado o seu retorno à relação. Como já mencionado anteriormente, estas participantes contribuíram também para a lista de motivos de permanência e de abandono, sendo quase que impossível, ao relatarem a sua história de vida, mencionarem somente os motivos para o seu retorno.

Deste modo, verifica-se:

Tabela 8 - Motivos para retomar à relação abusiva

	V1	V2	V11	V13	V15	V17	V18	Total
<b>Medo</b>	x	x		x				3
<b>Dependência emocional</b>				x	x	x		3
<b>Pedido de desculpa e segundas oportunidades</b>			x				x	2
<b>Solidão</b>	x							1
<b>Total</b>	2	1	1	2	1	1	1	

## II. Dados sociodemográficos

Relativamente aos dados sociodemográficos (Cf., Tabela 9), procurou-se apurar, por meio de análises de variância, se os três grupos diferiam ao nível da idade, duração da relação, nível escolaridade, situação laboral e denúncia. Deste modo, percebeu-se que, relativamente à idade, as vítimas que permanecem na relação ( $M = 47.0$ ,  $SD = 17.03$ ) não diferem significativamente das que abandonaram a relação ( $M = 46.87$ ,  $SD = 11.58$ ) nem das que retomaram a relação ( $M = 43.86$ ,  $SD = 13.85$ ) ( $F(2, 18) = .112$ ,  $p = .895$ ). Também os diferentes grupos não diferiram ao nível da duração da relação, isto é, vítimas que permanecem na relação ( $M = 26.33$ ,  $SD = 17.42$ ) não diferem estatisticamente das que abandonam a relação ( $M = 22.75$ ,  $SD = 11.94$ ) nem das que retomam a relação ( $M = 16.71$ ,  $SD = 13.31$ ) ( $F(2, 18) = .784$ ,  $p = .472$ ). No mesmo sentido, vítimas que permanecem na relação ( $M = 21.17$ ,  $SD = 18.67$ ) não diferem estatisticamente ao nível da duração da vitimação das vítimas que abandonam a relação ( $M = 15.00$ ,  $SD = 13.23$ ) nem das que a retomam ( $M = 16.57$ ,  $SD = 13.04$ ) ( $F(2, 18) = .306$ ,  $p = .740$ ).

Tabela 9 - Dados sociodemográficos por grupo de análise

	<b>Grupo A (N=6)</b>	<b>Grupo B (N=8)</b>	<b>Grupo C (N=7)</b>
<b>Idade (a)</b>	47 anos	47 anos	44 anos
<b>Duração da relação (a)</b>	26 anos	23 anos	17 anos
<b>Duração da vitimação (a)</b>	21 anos	15 anos	17 anos
<b>Estado Civil:</b>			
Solteira	16,7%	25%	28,6%
Casada	66,7%	12,5%	28,6%
Divorciada	16,7%	62,5 %	42,9%
<b>Nível de escolaridade:</b>			
1º ciclo	33,3%	37,5%	-
2º ciclo	33,3%	25%	14,3%
3º ciclo	16,7%	-	28,6%
Secundário	16,7%	12,5%	28,6%
Superior	-	25%	28,6%
<b>Denúncia realizada por:</b>			
Própria	100%	75%	100%
Terceiro	-	25%	-
<b>Situação laboral:</b>			
Empregada	50%	37,5%	28,6%
Desempregada	16,7%	37,5%	57,1%
Doméstica	-	12,5%	-
Reformada	16,7%	12,5%	14,3%
Baixa médica	16,7%	-	-

a) média

### III. Experiências diretas e indiretas de violência doméstica

#### III.1. Historial de violência familiar

De forma a promover uma compreensão das experiências diretas e indiretas de violência doméstica que vivenciaram ou presenciaram, ao longo do seu percurso de vida, no início da entrevista, era introduzida a questão acerca da relação com os seus pais (ou cuidadores<sup>11</sup>), bem como a relação entre os mesmos e se haviam presenciado violência no seio familiar durante a infância e/ou adolescência. O objetivo das questões pertencentes a esta categoria, era explorar a infância das participantes de modo a perceber se estas teriam presenciado e sido expostas a violência entre os progenitores (ou seja, na família de origem) – violência interpaparental – e, caso se verificasse, de que forma esta experiência teria ou não afetado (e como) a continuação na relação abusiva.

Relativamente ao relacionamento das participantes com os pais (ou cuidadores), dez das vinte e uma mulheres entrevistadas, indicaram ter uma relação negativa com os pais. Destacam-se as seguintes afirmações quando as participantes caracterizavam esta mesma relação:

V14(B): *“o meu pai era muito violento (...) sempre tive muito medo do meu pai”*

V16(A): *“era uma pessoa [a mãe] muito fria, gélida (...) Era uma pessoa que ... tipo militar. Digamos que da parte dela eu nunca senti amor (...) ela era mázinha para mim”.*

Quando se procura contrastar os discursos das participantes dos três grupos de análise, verifica-se que quatro das seis participantes do grupo A indicam ter uma relação negativa com os pais/cuidadores. A tabela 10 procura sistematizar os conteúdos recolhidos na exploração da relação das participantes com os pais ou cuidadores por grupos de análise.

Tabela 10 - Número de participantes por grupo de análise que afirmam ter uma relação negativa com os pais/cuidadores

Grupo de análise	Nº de participantes	Exemplo (citação)
Grupo A	4 (n=6)	V8” <i>Não temos uma boa relação.</i> ”
Grupo B	3 (n=8)	V10 <i>“A minha mãe era uma pessoa autoritária (...) se era preciso dar-me ela dava-me.”</i>
Grupo C	3 (n=7)	V1 <i>“Miserável.”</i>

<sup>11</sup> No que toca ao relacionamento das participantes com os pais ou cuidadores, importa referir que quatro mulheres indicam ter sido entregues ao cuidado de outros familiares.



Estes dados permitem-nos verificar que existem, nos três grupos de análise, participantes que afirmam ter tido uma relação negativa com os pais/cuidadores, apesar de este dado ser mais evidente no grupo A. No entanto, será também importante perceber se, apesar da caracterização da relação como negativa, existia violência direta e/ou indireta no seio família, o que nem sempre se verifica.

Não obstante, foram relatadas também referências a aspetos positivos da relação, inclusive de participantes que indicaram que a relação era negativa e até violenta. Ou seja, 15 das vinte e uma participantes mencionam aspetos positivos da relação com os pais, incluindo aqui mulheres que tenham também identificado algum ponto negativo.

V1(C): *“Mas apesar disso eu amava o meu pai. Apesar de tudo o que eu vi, de tudo o que eu passei ... de tudo o que eu sofri ... se o meu pai não estivesse em casa às duas, três da manhã, eu com sete, oito, nove anos, eu saía de casa sem a minha mãe ver e ia buscá-lo ... às beiras das estradas.”*

Relativamente à experiência direta de violência durante a infância e/ou adolescência, perpetrada por um dos pais ou cuidadores, foram quatro das vinte e uma participante que afirmaram ter sido alvo. Duas destas quatro participantes foram agregadas ao grupo A, isto é, mantinham a relação abusiva no momento da recolha dos dados. As restantes mulheres pertencem ao grupo B e C. Quando as participantes partilharam episódios de violência direta, foram mencionadas situações de violência física, violência psicológica e verbal, bem como ameaças e injúrias.

V7(B): *“Desde criança que o meu pai era muito violento com a minha mãe e com nós (...) ele até a nós nos chamava nomes feios (...) foi sempre mesmo muito violento.”*

V8(A): *“(...) foi muito meu amigo até ao dia em que me apontou a pistola e eu considerei toda a minha dívida saldada.”*

Em relação às experiências indiretas, ou seja, sobre a exposição à violência na qual as participantes testemunhavam a situação, foram nove mulheres entrevistadas que fizeram referência aos abusos, sendo estes, em todas as situações, perpetradas pelo pai.

V13(C): *“Eu sempre assisti em criança a essa violência. (...) Ele agrediu desde com facas, com ... ameaçava com caçadeiras ... batia muito, era quase todos os dias. (...) não gostava de o ver bater na minha mãe e tinha medo. Tinha medo, tapava os ouvidos para não ouvir, para evitar sofrer mais (...)”*

V14(B): *“O meu pai, por aquilo que me lembro, o meu pai batia na minha mãe muitas das vezes. Eu assisti muitas vezes a isso.”*

Igualmente, a vítima 15, afirma que a mãe, com a qual tinha um bom relacionamento, era vítima de violência conjugal e que lhe pedia para abandonar a relação.

V15(C): *“Portanto tinha conversas com a minha mãe, tinha um ótimo relacionamento com ela, tínhamos uma relação muito cúmplice as duas. Por isso eu pedi várias vezes à minha mãe para se separar dele porque não fazia muito sentido uma relação em que ela tinha um sofrimento constante e tinha uma humilhação e vergonha até”.*

Seis participantes afirmaram ainda recordar episódios de violência entre os pais que as haviam marcado. Destacam-se os seguintes discursos:

V14(B): *“Nunca mais me esquece, foi num domingo de Páscoa. (...) O meu pai teve uma discussão qualquer com a minha mãe e eu era assim para a minha mãe ‘cala-te’ e o meu pai apercebeu-se e queria-me bater. A minha mãe pôs-se à frente e não deixou. Os meus pais andaram à porrada um com o outro (...) e foi aí que os meus pais se separaram.”*

V19(A): *“(...) não sei o que é que aconteceu, só sei que ele esfaqueou a minha mãe, fez-lhe um corte na mão (...)”*

Fazendo ainda referência às experiências indiretas de violência doméstica, foi possível verificar-se que, das nove participantes que afirmaram ter presenciado episódios de violência, quatro pertencem ao grupo C, isto é, apresentam historial de separações e reconciliações, enquanto que três fazem parte do grupo A e duas grupo B.

Importa destacar que cinco das vinte e uma participantes indicaram nunca ter sofrido ou presenciado qualquer tipo de violência no seio familiar. Quatro fazem parte do grupo B e apenas uma está incluída no grupo C. Isto indica que, no presente estudo, metade das mulheres que abandonaram a relação abusiva, indicam não ter tido experiências, diretas ou indiretas, de violência doméstica. No entanto, uma dessas mulheres, apesar de mencionar não ter tido tais experiências, afirma que tinha uma relação negativa com os seus pais.

Relativamente ao ambiente socioeconómico, são referidas as dificuldades que a vítima vivia na infância, nomeadamente económicas. São também mencionadas dificuldades relacionadas com a convivência com os irmãos, quer porque a atenção dos pais se centrava mais nestes, quer por não conviverem de todo. Uma das participantes relata ter tido um percurso de

vida bastante diferente do considerado “normal” uma vez que foi fruto de uma relação extraconjugal.

V18(C): “*Eu não tive uma família digamos formal. Eu sou ... eu e a minha irmã, nós somos fruto de uma relação extraconjugal. Existe outra irmã mais velha, mas nós fomos criadas na casa porque a minha mãe era empregada. (...) não eramos uma família*”.

Em suma, é perceptível que, as mulheres que permaneciam na relação abusiva no momento de recolha de dados, tendem a ter uma relação negativa com os pais/cuidadores, bem como indicam, com mais frequência do que os outros grupos, que foram alvo de violência direta, perpetrada pelos pais, durante a infância. Relativamente à experiência indireta, verifica-se que as mulheres que mantinham a relação

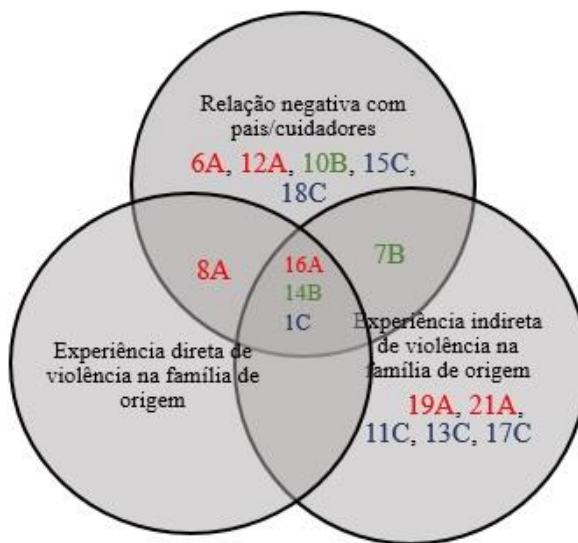
e mulheres que tinham historial de separações e reconciliações, indicam em maior número terem sido expostas a violência durante a infância. Assim, através dos dados ilustrados na figura 5, é possível verificar-se que as mulheres que permanecem na relação abusiva, tendem a experienciar violência, quer de forma direta, quer de forma indireta, bem como a ter uma relação negativa com os pais.

### III.2. Relações íntimas passadas

Após a exploração do historial de violência familiar, era necessário compreender se existia também violência em relações íntimas passadas. Ou seja, pretendia-se perceber se as participantes tinham tido, no passado, outros parceiros abusivos para além da situação que denunciaram aos órgãos de polícia criminal.

Foi possível apurar que três das vinte e uma participantes haviam tido anteriormente outras relações abusivas. As participantes afirmam que tais relações ficaram marcadas por comportamentos obsessivos e de possessão, bem como por violência verbal. No entanto, as três participantes, não se referem diretamente a estas relações íntimas passadas como violentas. Ou seja, quando mencionam estas relações acabam por compara-las à relação abusiva atual ou mais

Figura 5 - Experiência de violência familiar



recente, minimizando os comportamentos violentos de antigos parceiros. Assim, os seus discursos são, de certa forma, contraditórios pois, apesar da existência de comportamentos de possessão, obsessivos e de controlo, as mulheres não os identificam como violência conjugal ou acabam por minimizar estes quando os comparando aos do parceiro atual/mais recente.

De salientar que, duas destas mulheres foram incluídas no grupo C, isto é, afirmam ter um historial de separações e reconciliações com o parceiro abusivo mais recente. Este será um resultado interessante pois as participantes que terminaram e retomaram a relação, são aquelas que afirmam, em maior número, ter estado em relações passadas também abusivas. A outra participante pertence ao grupo B, ou seja, terminou a relação abusiva mais recente há mais de um ano. Considerando a totalidade da amostra, a percentagem de participantes com relações íntimas passadas abusivas é de 14,3%.

V2(B): *“Nunca sofri nada de violência doméstica (...) este é o meu primeiro episódio. (...) Ele nunca me bateu, houve uma ou duas vezes que prontos ... o casal às vezes ... uns palavrões ... uma pessoa ... não é? Mas com isto eu não tinha ... isto é um bicho [referindo-se aqui ao parceiro abusivo mais recente].”*

V5(C): *“Foram sempre um bocadinho obsessivas as relações com outros namoradinhos, coisas assim mais simples (...) ‘não podes fazer isto’.”*

V15(C): *“(...) tinha um marido espetacularmente querido. O motivo da minha separação fora os extremos ciúmes que ele tinha (...) era extremamente ciumento e fazia-me cenas de ciúmes em tudo em que era lado. (...) Eu passei a ser dele, daquele género ‘agora és minha’.”*

#### **IV. Relação abusiva**

##### **IV.1. Descrição da relação abusiva**

Relativamente ao início da relação com o parceiro abusivo, atual ou mais recente, dez das vinte e uma mulheres entrevistadas, afirma ter conhecido o (ex)parceiro durante a infância ou adolescência, i.e., já se conheciam, ou mantinham uma relação de amizade há algum tempo antes de iniciarem uma relação íntima.

V10(B): *“Conheço-o desde pequenina (...)”*

V17(C): *“Eu já conhecia o X há muito tempo.”*

Foram produzidas também referências à idade com que iniciaram a relação ou com que casaram, considerando, as participantes, que terá sido precocemente. Este resultado destaca-se principalmente nas participantes do grupo B, onde 5 em 8, faz referência a um início de relação precoce.

V9(B): *“Casei muito cedo, tinha 21 anos ou estava para fazer 21, já nem me recordo bem (...) tivemos muito pouco tempo de namoro, foi muito rápido.”*

V16(A): *“Casei muito cedo.”*

Tabela 11 - Início precoce da relação

<b>Grupo A</b>	2(n=6)
<b>Grupo B</b>	5(n=8)
<b>Grupo C</b>	3(n=7)

Também foram registadas respostas em que as participantes referem ter iniciado a relação num período de maior vulnerabilidade. Para além da vulnerabilidade própria da idade, ou seja, onde poderá existir uma maior ingenuidade e impulsividade (como uma das entrevistadas refere, a vítima 2(C), *“o nosso coração não manda, não é?”*), outras cinco participantes afirmam que se encontravam mais vulneráveis emocionalmente, indicando que, por essa mesma razão, iniciaram a relação. Importante será mencionar que, das 6 participantes que mantinham a relação, 2 fizeram referência ao início da relação num período vulnerável. As restantes participantes pertencem ao grupo C.

V1(C): *“Esta relação mais recente apareceu-me num momento da minha vida em que eu tava a precisar ... de apoio ... de carinho, de alguém me dizer ‘tu és bonita’, de alguém te fazer uma festa na cara e perguntar ‘tu tás boa?’ ... de um abraço. (...) este apareceu-me numa fase em que eu precisava de um carinho, de um beijo, de uma festa, de um abraço e eu tinha vinte e tal anos e cai que nem um pato.”*

Apesar destes discursos espelharem a fragilidade das participantes, quer pela idade, quer pela sensibilidade emocional em que se encontravam, destacam-se também as afirmações que se referem a um início saudável da relação. Ou seja, quinze das vinte e uma participantes, referem que a relação não começou de uma forma violenta, tendo os comportamentos agressivos iniciado mais tarde, com o desenvolvimento do relacionamento. Das quinze participantes que referem um início saudável da relação, seis pertencem ao grupo C, sete ao grupo B e duas ao grupo A.

V2(C): “(...) *durante um mês foi muito bom, a partir ... durante um mês, a partir de um mês ... eu comecei a andar com ele dia 25 de Abril 2015. Já para o final do ano ... começou tudo aí.*”

V4(B): “*Em tempo de namoro foi uma coisa e quando eu casei foi outra. Eu acho que a partir daí foi ... um crescendo de desilusão.*”

V7(B): “*Enquanto namorados foi sempre impecável, ao outro dia do casamento já era diferente.*”

Tabela 12 - Início de relação saudável

<b>Grupo A</b>	2(n=6)
<b>Grupo B</b>	7(n=8)
<b>Grupo C</b>	6(n=7)

As vítimas começaram a aperceber-se mais tarde de comportamentos controladores e possessivos por parte dos parceiros o que, em norma, e segundo as participantes, foi das primeiras formas de violência a evidenciar-se.

V5(B): “(...) *quando as coisas começaram a ficar mais sérias, passávamos mais tempo juntos e havia a tal parte obsessiva, controladora ... um dia houve assim uns apertões, um ‘eu já te avisei’ (...)*”

V17(C): “*Depois ele já tentava ficar lá comigo e eu nesse momento já devia estar a começar a perceber, mas eu era muito inocente. Estava a começar a perceber que ele era controlador (...)*”

#### IV.2. Explicações para a violência

Ao descreverem o início e desenvolvimento da relação, foi possível reunir explicações, avançadas pelas participantes, para o uso da violência por parte do parceiro. Ou seja, as mulheres acabavam por explicar o porquê – na sua perceção - de o parceiro ser agressivo para com elas durante o relacionamento. Importante será salientar que as participantes mencionam explicações multifatoriais, ou seja, destacam mais do que uma explicação possível para o uso de violência por parte do parceiro.

Em destaque, tendo sido mencionadas como uma das principais explicações para o uso da violência, encontram-se as características psicológicas do agressor. É traçada uma imagem geral da personalidade de um agressor do ponto de vista das vítimas. Neste ponto, foi possível incluir-se igualmente patologias, bem como a imagem que as vítimas têm dos agressores como

que uma demonização destes. Os ciúmes demonstrados pelo (ex)parceiro, bem como as dependências - mais concretamente do álcool, drogas e jogo - foram igualmente mencionadas pelas participantes. É assim possível perceber que as explicações avançadas pelas participantes se centram somente no agressor.

#### IV.2.1. Personalidade do agressor

Doze das participantes do estudo referem que a principal explicação para a existência de violência no casal se deve à personalidade do parceiro. Assim, encontraram-se destacadas características que, segundo as vítimas, acabam por conduzir a comportamentos obsessivos, controladores e violentos. Foram referidas as seguintes características: personalidade difícil (ou um mau feitio; e.g., V6A, V10B, V11C); uma pessoa de ideias fixas mas que, ao mesmo tempo, é cativante e manipuladora (e.g., V16A, V15C); egocêntrico, sendo despreocupado de assuntos que não se referem a ele mesmo e, de certo modo, irresponsável nesse sentido (e.g., V9B, V11C); uma pessoa inteligente que mantém uma imagem de fachada (e.g., V6A, V16A, V14B); apresenta um desequilíbrio emocional não sabendo lidar com sentimentos mostrando-se instável a um nível emocional e comportamental (e.g., V3B, V5B) uma vez que as vítimas indicam que será um homem bruto, exagerado, desconfiado, revoltado, conflituoso e prepotente (e.g., V4B, V10B). De salientar que três destas participantes mantinham a relação abusiva no momento de recolha de dados, ou seja, foram incluídas no grupo A.

V5(B) “(...) *uma pessoa que é completamente desequilibrada, completamente delinquente. Desequilíbrio emocional muito grande, é uma pessoa perigosa.*”

V6(A): “(...) *acha-se um ser superior.*”

V12(A): “*Ele não sabe ser um homem mesmo normal, não sabe conversar, não sabe.*”

#### IV.2.2. Patologia do agressor

Outro ponto que se destaca são as patologias às quais as participantes fazem referência como um motivo que levará à violência perpetrada pelo parceiro. Quatro das participantes fazem referência às seguintes patologias: esquizofrenia, bipolaridade, depressão e demência. Em todos os casos, as mulheres afirmam não ter tido conhecimento das patologias do parceiro antes do/a casamento/relação sendo, por vezes, esta presença de patologia um motivo que conduz à permanência na relação.

É importante salientar que duas das mulheres que fazem referências a patologias do parceiro foram incluídas no grupo A, i.e., permaneciam, no momento de recolha de dados, na relação abusiva. Isto poderá indicar, como irá ser mencionado adiante, que a patologia do parceiro, poderá influenciar a sua permanência na relação.

Por força da situação vivida, as vítimas entrevistadas, revelaram ter uma visão generalizada dos homens que vitimizam as parceiras. Estas retratam os agressores como vadios, animais, bichos e monstros.

V1(C): “(...) *estes homens não são homens, não é? São animais.*”

V2(C): “*Foi um homem que apareceu na minha vida que, para mim, é pior que um animal. Foi um bicho, foi um monstro que apareceu na minha vida.*”

#### IV.2.3. Ciúmes por parte do agressor

Onze das participantes no estudo indicam que outra explicação possível para a existência de violência conjugal na sua relação, é o facto de existirem ciúmes por parte do parceiro. O companheiro demonstra comportamentos agressivos devido à necessidade que sentirá em controlar o dia-a-dia da vítima. Estes ciúmes levarão ao controlo da forma de vestir da mulher, a comportamentos obsessivos e de possessão, bem como relativamente a quem rodeia a vítima.

V2(C): “(...) *aqueles ciúmes que eu não pudesse usar uma minissaia, se usasse tinha que levar umas leggings por baixo, não podia andar com um decote (...)*”

V11(C): “*Ele era muito possessivo.*”

V15(C): “*Eu passei a ser dele, daquele género ‘agora és minha’.*”

No entanto, apesar da perceção das participantes relativamente à existência de ciúmes por parte do parceiro e de que estes poderão levar a comportamentos violentos, quatro dessas onze mulheres apresentam historial de separações e reconciliações, encontrando-se integradas no grupo C. Outras cinco estão incluídas no grupo A, ou seja, permaneciam, no momento de recolha de dados, no relacionamento abusivo.

#### IV.2.4. Comportamentos aditivos

Das 21 mulheres entrevistadas, onze fizeram referência a algum tipo de dependência por parte do cônjuge/parceiro, incluindo álcool, drogas e jogo. Oito destas foram integradas nos grupos B e C, ou seja, a maioria das participantes que referem os comportamentos aditivos como explicação do comportamento agressivo do parceiro, terminaram já a relação.



Relativamente à questão do álcool e drogas, as vítimas afirmam que, por vezes, as situações de violência são despoletadas pelo seu consumo excessivo.

V2(C): “(...) *ele bebendo e drogado então esqueça que ele mata uma mulher.*”

V20(B): “*O nosso problema era o álcool e tudo o que derivava daí.*”

De destacar que, uma das participantes, encontra ligação entre o consumo de álcool do parceiro com um historial de consumo na família deste mesmo.

V14(B): “*Já havia historial da família da parte dele, a parte do álcool com a mãe dele, já bebia muito. Segundo eu sei, por ele, os pais dele também se separaram dado a mãe dele por causa do álcool.*”

#### IV.2.5. Outras explicações

Outras explicações para a violência conjugal encontradas pelas participantes foram: a relação com a família; o desemprego do cônjuge/parceiro; e as questões financeiras.

Relativamente à relação com a família, duas das vítimas entrevistadas indicaram que o agressor tinha um relacionamento complicado com os pais, o que levaria a um descarregar de frustrações na mulher.

V15(C): “*São homens em situações difíceis com as mães.*”

V19(A): “*Ele era meigo comigo, mas quando estava perto da mãe era ... não era agressivo, mas era tipo senhor do nariz dele, tinha assim um bocado a mania. Como sabia que a mãe era sempre do lado dele ele fez queixinhas à mãe.*”.

Também a relação entre o parceiro da participante e a mãe deste, foi identificada como explicação para os conflitos entre o casal.

V13(C): “*Ele casou-se, mas no fundo ele nunca se libertou da mãe. Ele sempre que chegava do trabalho parava sempre na mãe, antes de vir a casa ia sempre para a mãe. Chegava a casa, discutia comigo por tudo e por nada, porque eu não podia sair, porque queimava a roupa toda ... coisas assim, foi sempre assim.*”.

Igualmente, as vítimas entendem que o facto de o companheiro ficar desempregado os torna mais violentos e coloca-os num estado de depressão.

V4(B): “*Ficou desempregado e isso eu confesso que lhe alterou um bocadito o sistema.*”

Também a reforma é entendida, por uma das participantes do estudo, como desencadeadora de uma escalada de violência.

V7(B): *“Há quatro anos ele reformou-se e então aí é que foi a gota d’água, aí é que foi pancada.”*

Duas entrevistadas identificaram também as questões financeiras como explicação para a violência. Assim, nestes casos, os conflitos do casal eram gerados por problemas económicos. O estatuto socioeconómico do parceiro, foi percebido por uma das participantes, como justificação para a violência exercida devido ao sentimento de superioridade que o estatuto o fazia sentir.

V13(C): *“(…) lá está, para ele o dinheiro é o problema maior.”*

V11(C): *“(…) porque eu acho realmente que o dinheiro por vezes acaba por criar uma posição nas pessoas que acham que ... não quer dizer que isto é geral, mas por vezes as pessoas julgam poder ter tudo fazendo aquilo que lhes apetece.”*

Assim, comparando os contrastes entre discursos das participantes dos três grupos de análise, verificamos que as mulheres que permanecem na relação abusiva, destacam as a personalidade e patologias do agressor, bem como o comportamento ciumento e dependências deste como explicações para o uso da violência. As mulheres que abandonam a relação, por sua vez, realçam a personalidade do parceiro, os comportamentos aditivos e o desemprego/reforma. Por fim, as mulheres com historial de separações e reconciliações, encontram a explicação para a violência do parceiro nos ciúmes deste, nos comportamentos aditivos e nas questões financeiras (sendo que esta última explicação somente aparece relacionada a este grupo).

Tabela 13 - Explicações para a violência por grupo de análise

	<b>Grupo A</b>	<b>Grupo B</b>	<b>Grupo C</b>
<b>Personalidade do agressor</b>	3/6	6/8	3/7
<b>Patologia do agressor</b>	2/6	1/8	1/7
<b>Ciúmes</b>	5/6	2/8	4/7
<b>Comportamentos aditivos</b>	3/6	4/8	4/7
<b>Relação com a família</b>	1/6	-	2/7
<b>Desemprego/reforma</b>	-	2/8	-
<b>Questões financeiras</b>	-	-	2/7

#### IV.3. Formas de violência e estratégias do agressor

Relativamente à violência exercida, as participantes fizeram referência a várias formas que eram perpetradas pelo (ex)parceiro ao longo da relação, nomeadamente: violência física, verbal e psicológica, financeira, sexual, bem como isolamento social. Cinco das participantes do presente estudo, mencionaram, no questionário sociodemográfico, que sofreram todos estes tipos de violência<sup>12</sup>. Quatorze referem ter sido alvo de todos os tipos de violência incluídos no questionário, exceto violência sexual. As duas participantes restantes, afirmam ter sofrido violência física e psicológica, bem como violência psicológica, ameaças e injúrias, respetivamente (Cf., Tabela 14).

Tabela 14 - Tipos de violência exercida no seio da relação abusiva

<b>Tipos de violência exercida</b>	<b>N</b>
<b>Maus tratos físicos</b>	20
<b>Maus tratos psíquicos</b>	21
<b>Ameaça/coação</b>	20
<b>Injúrias/difamação</b>	20
<b>Natureza sexual</b>	14
<b>Isolamento social*</b>	10

\* Tipo de violência não incluída no questionário sociodemográfico.

Note-se que, das participantes incluídas no Grupo C – com historial de separações e reconciliações – todas (N=7) afirmam ter sido alvo de todos os tipos de violência (dessas, quatro excluem a violência de natureza sexual). Do grupo A – mulheres que haviam permanecido na relação -, quatro participantes, indicam também ter sofrido todos os tipos de violência mencionados no questionário sociodemográfico, excetuando a violência sexual (tipo de violência que apenas uma das mulheres deste grupo afirma ter sofrido). Uma outra participante do grupo A, afirma ter sido alvo de violência psicológica, ameaças e injúrias. É importante

---

<sup>12</sup> Note-se que, no questionário sociodemográfico, como referido anteriormente, eram questionadas as formas de violência que a mulher havia sofrido no seio da relação íntima abusiva. De modo a simplificar a questão, telefonicamente, foram elencados tipos de violência relativamente aos quais a participantes respondia “sim” ou “não” caso tivesse sido alvo desse mesmo tipo de violência. Os tipos de violência incluídos no questionário sociodemográfico foram: maus tratos físicos; maus tratos psíquicos; ameaça/coação; injúrias/difamação; de natureza sexual. Ao longo das entrevistas, as participantes fizeram referência também ao isolamento social, pelo que este foi incluído nos resultados do presente estudo.

destacar que, somente no grupo A, não existe uma frequência de 100% no que toca à violência física o que poderá, de alguma forma, estar relacionado com a permanência na relação abusiva. Relativamente ao grupo B – mulheres que haviam abandonado a relação –, das oito participantes, seis indicam ter sofrido todos os tipos de violência mencionados, exceto violência sexual (tipo de violência que apenas uma das mulheres deste grupo afirma ter sofrido). A restante participante, incluída também no grupo B, indicou ter sido alvo de violência física e psicológica.

Deste modo, em suma, é possível verificar-se (Cf., Tabela 15):

Tabela 15 - Tipos de violência exercida no seio da relação abusiva: divisão por grupos de análise

	<b>Grupo A (N=6)</b>	<b>Grupo B (N=8)</b>	<b>Grupo C (N=7)</b>
<b>Maus tratos físicos</b>	83,3%	100%	100%
<b>Maus tratos psíquicos</b>	100%	100%	100%
<b>Ameaça/coação</b>	100%	87,5%	100%
<b>Injúrias/difamação</b>	100%	87,5%	100%
<b>Natureza sexual</b>	16,7%	12,5%	42,9%
<b>Isolamento social*</b>	-	75%	71,4%

\* Tipo de violência não incluída no questionário sociodemográfico.

À medida que as participantes foram mencionando os tipos de violência exercidos pelo (ex)parceiro, foram surgindo também discursos relativos ao ciclo de violência, i.e., onze das vítimas entrevistadas, conseguiram identificar várias fases do ciclo de violência na sua própria relação de acordo com o comportamento do parceiro. Destas onze, dez afirmam que a relação com o parceiro passava por uma fase (na literatura designada como fase de lua-de-mel) na qual o parceiro procurava pedir desculpa e oferecer presentes. Dez é também o número de participantes que conseguiu identificar, ao longo da relação, momentos de aumento da tensão que levariam a agressões. Será importante salientar que, das onze participantes que fazem referência a pelo menos uma das fases do ciclo de violência, três pertencem ao grupo A, ou seja, mantinham, no momento de recolha de dados, a relação abusiva.

V15(C): *“Ele agarra-se a mim (...) dá-me beijos e beijos nos olhos (...) ‘minha pequenina’ (...) posso-lhe dizer que à noite já me estava a insultar outra vez de puta para baixo.”*

V20(B): *“Depois ia ao trabalho, levava-me ramos de flores ao trabalho, mensagens, durante um ou dois dias chegava melhor a casa, super querido, ajudava-me a fazer o jantar, ajudava-me com os miúdos ... era uma doçura de homem.”*

Uma vez que a maioria das participantes, identificou, pelo menos uma das fases pertencentes ao ciclo de violência, procurou-se saber se o agressor utilizaria alguma estratégia, especificamente, na fase de lua-de-mel. Deste modo, foram registradas as seguintes estratégias: chorar; procurar conversar com a vítima; mostrar preocupação ou arrependimento; pedir desculpa; promessas de mudança.

V13(C): *“Depois no outro dia apanhou-me na rua e disse ‘vamos conversar calmamente’. Falamos e ele diz que se arrepende (...)”*

V21(A): *“Ele dá a entender que está arrependido assim nas maneiras de falar, sei lá ... às vezes acaba de discutir e passado um bocado vem à minha beira ‘não queres ir tomar café?’.”*

#### IV.3.1. Estratégias das vítimas para lidar com a violência

Ao mesmo tempo que foram mencionadas as estratégias utilizadas pelos agressores, as participantes acabaram por revelar que desenvolveram técnicas para lidar com a violência. Estas técnicas eram aprendidas e desenvolvidas ao longo da relação para que, em grande medida, fosse evitada a violência física. Por vezes, as mulheres sentiam a necessidade de mentir ao parceiro/cônjuge para evitar as agressões, bem como, algumas das participantes admitiram que acabavam por ceder às vontades e ordens dos agressores.

V1(C): *“Cada vez que eu fosse verdadeira para aquele homem eu levava porrada. (...) Por isso eu aprendi ... vou na rua ‘aquele homem olhou para ti?’, ‘eu nem vi homem nenhum, passou um homem por nós? Eu não vi.’”*

V10(B): *“(...) aparece a casa a vir-me buscar à força, daqui para a aldeia. E eu fui para não haver problemas, ainda fui.”*

As participantes que se encontram ainda na relação, revelam que, hoje em dia, procuram fazer frente ao agressor, acabando por impor-se perante a situação. Igualmente, as mulheres que afirmam já ter terminado a relação, mencionam ter utilizado o mesmo tipo de estratégia perante a violência.

V16(A): *“Eu agora também estou a usar estratagemas, também lhe estou a responder. Com educação e não estou a dizer que vá a fundo da questão, mas vou-lhe respondendo lentamente para ele saber que eu que sei e que também não me vai levar por burra. (...) eu lentamente vou respondendo. Isso para mim está a ser assim ... algo de muito bom. Estou-me a sentir outra pessoa, não me estou a reconhecer em mim mesma.”*

V5(B): “*E se ele me levantava a voz, eu levantava também, e se ele me tentava agarrar, eu tentava soltar (...)*”

Em suma, as estratégias enunciadas pelas participantes foram as seguintes (Cf., Tabela 16): mentir, ameaçar chamar as autoridades, evitar certos comportamentos perante o parceiro ou esconder certos objetos (por exemplo, o telemóvel), fugir, concordar com o parceiro, confrontação.

Tabela 16 - Estratégias das vítimas para lidar com a violência por grupo de análise

Estratégias das vítimas	Contraste entre grupos de análise
Mentir	V1C
Ameaçar chamar autoridades	V7B
Evitar comportamentos ou esconder objetos	V7B, V17C
Fugir	V21A, V17C
Concordar com o parceiro	V4B, V13C
Confrontação	V8A, V16A, V5B, V10B

Note-se que, mulheres que apresentam historial de separações e reconciliações, fazem referência a comportamentos de evitamento de confronto, mentira e fuga como estratégias de lidar com a violência. As mulheres que haviam terminado a relação abusiva definitivamente, afirmam que, quando mantinham a relação, procuravam também evitar situações de confronto, concordando com o parceiro. No entanto, é possível perceber que existem também referências à ameaça de envolver as autoridades, bem como a confrontação. A confrontação, juntamente com a fuga, são as únicas estratégias indicadas pelas mulheres que permaneciam na relação abusiva. Somente foi possível apurar as estratégias de dez das vinte e uma mulheres entrevistadas uma vez que as outras participantes não as conseguiram identificar.

#### IV.4. Consequências da vitimação

Foram também referenciadas as consequências da situação de vitimação. Os relacionamentos abusivos em que as participantes se envolveram acarretaram algumas das seguintes consequências: físicas (como hematomas e dores musculares); psicológicas (como dificuldade no sono, na concentração, diminuição de autoestima, pensamentos suicidas e vergonha); sociais (associadas ao isolamento social ou receio nos outros relacionamentos); e ao

nível laboral (como desemprego devido, por exemplo, à falta de assiduidade por causa da situação de violência).

Das vinte e uma participantes do estudo, dezassete mencionaram que a situação de vitimação também afetou terceiros, em especial, os filhos do casal. As mulheres afirmam sentir que os filhos perdem a infância e a juventude, preocupando-se com a situação de violência em casa, bem como presenciando as agressões, sendo por vezes, quem acaba por fazer com que o episódio de violência termine. Referem sentir também que os filhos acabam por ser quem fica mais afetado com a separação do casal. No entanto, uma das participantes revelou que percebeu a alegria e contentamento na reação do filho quando conversaram sobre uma possível separação do pai.

V13(C): *“Ele não diz ao pai, mas ainda na semana passada quando o pai me disse que se queria separar [referindo-se a separação formal, o divórcio], eu quando lhe disse a ele, conversei com ele e ele ficou todo contente.”*

De ressaltar que seis participantes que tinham filhos com o agressor, afirmam que existe/existia um certo desinteresse e falta de envolvimento do pai na vida e educação dos filhos. Das participantes que fazem referência às consequências para terceiros, quatro fazem parte do grupo A e, destas, três indicam que, atualmente, a relação dos filhos com o parceiro é negativa.

V3(B): *“(…) queria-me queimar com o ferro pronto ... foram eles [os filhos] que me acudiram.”*

V5(B): *“O filho assistiu a tudo, ficou horrorizado (...)”*

#### IV.5. Crenças sociais e culturais e expectativas relativamente à relação, casamento e ao papel da mulher

Foi possível detetar a presença de algumas crenças relativas ao casamento e ao papel da mulher no mesmo ao longo das entrevistas de treze participantes. Tais crenças são relativas tanto ao seu próprio relacionamento como, por vezes, as participantes fazem referência às ideias e crenças que mantinham as mães ou sogras das mesmas numa relação abusiva. Estas participantes acreditam que, ao manter a relação, se estavam a proteger e que manteriam o voto feito no casamento.

V20(B): *“Ao assumir o casamento é para a vida toda e sempre disse com muito orgulho que o X [parceiro abusivo] foi o meu primeiro namorado (...) houve alturas em que eu achava que*

*isso até fazia de mim especial ou diferente ou que se calhar até seria uma mulher mais especial do que qualquer outra que já teve muitos namorados.”*

Indicam também que foi decisão delas iniciar a relação com aquele homem e que deveriam, de certa forma, esforçar-se para que a situação melhorasse. Uma das participantes minimiza alguns tipos de agressões físicas como, por exemplo, os estalos, o que será, a ver desta, comportamento a aceitar dependendo da razão do parceiro (utilizando o exemplo de problemas financeiros).

V3(B): *“Acho que isto não é normal de um homem, não é normal ... às vezes um estalo porque às vezes há coisa ... ou porque não há dinheiro que chegue ou porque um ganha e o outro não ganha, há discussões em casa, não é? Pronto e um estalo ou assim às vezes ... a gente até pronto, aceita, leva e cala-se (...)”*

V18(C): *“(...) os meus sogros tentavam justificar que a A e B também tinha acontecido e que isso era normal, que a mulher tinha que ser mais submissa (...)”*

Note-se que, três destas mulheres, pertencem ao grupo A. Estas participantes acabam por espelhar as suas crenças de um modo diferente. Estas acreditam que há certos comportamentos que a mulher acaba por desculpar ao parceiro, bem como *“há algumas coisas que não vale a pena fazer barulho”* (V6).

Igualmente, três participantes entrevistadas acabam por se culpabilizar pela situação em que se encontram/encontravam.

V5: *“Eu também sou muito temperamental, eu se calhar se fosse mais submissa a relação teria durado mais tempo ...”*

V15: *“Portanto ... ponho-me a jeito. Neste caso eu pus-me a jeito.”*

Apesar destas crenças se encontrarem nos discursos das participantes dos três grupos de análise, verifica-se que no grupo B, ou seja, as mulheres que terminaram a relação definitivamente, fazem referência em maior número (seis em oito) às questões de compromisso e de que o casamento é visto como sendo um voto que não deverá ser quebrado. Afirmam ter noção de que tais crenças se tornaram um obstáculo à sua saída da relação.

V10(B): *“A gente foi criada de outra maneira que não é hoje. Era para obedecer ao marido e ... pronto, é aquela cisa, o casamento é para a vida e pronto.”*



## V. Tomada de decisão

### V.1. Triggers para a denúncia a órgãos de polícia criminal

Como já mencionado, dezanove das participantes apresentaram queixa-crime formal a órgãos de polícia criminal, enquanto que apenas duas afirmam ter sido um terceiro a realizar denúncia da situação. Relativamente às queixas que foram apresentadas pela própria vítima, foram questionados os *triggers* que as mulheres consideram ter influenciado a decisão de denunciar a situação. No presente estudo, *triggers* são considerados estímulos que influenciaram a queixa (ou denúncia quando por parte de terceiros) da situação de vitimação, muitas vezes considerados como o ponto de rutura ou “gota d’água”. Deste modo, foram referidos cinco *triggers* que levaram à queixa/denúncia da relação abusiva.

A perceção da escalada da violência foi um dos motivos para a vítima denunciar a situação às autoridades, tendo sido mencionado por quatro das participantes. Também duas outras participantes indicaram que foi uma primeira agressão física ou um episódio de violência mais intensa que terá influenciado esta decisão. De salientar que, as duas mulheres, indicaram que tal agressão física – a primeira ou um episódio mais intenso -, ocorreu com os filhos presentes, tendo estas indicado que essa questão teve ainda mais peso. Importante será também dizer que, destas seis mulheres, metade pertence ao grupo A, outras duas ao grupo C e somente uma ao grupo B.

V14(B): *“Foi depois do divórcio. Meti os papéis e foi quando ele começou a andar atrás de mim, a ameaçar-me de morte, a mandar-me mensagens, ligar-me em privado ... foi aí que eu fiz queixa dele.”*

Foi também mencionada, por quatro participantes (três pertencentes ao grupo C e uma ao grupo B), a necessidade sentida de quebrar o medo exatamente pelo receio da escalada da violência. Neste ponto está incluído a resposta de uma das participantes que afirma não ter denunciado a situação mais cedo por falta de coragem. A mesma participante referiu ter-se sentido pressionada para denunciar a situação de violência.

V2(C): *“Eu tive que perder o medo. Perdi o medo e fui logo para a polícia”.*

V17(C): *“A verdade de quando eu estava a ser agredida e lá fechada tinha momentos de raiva em que me apetecia ir para o tribunal e dizer tudo, mas quando chegava a verdade eu não tinha coragem. (...) Eu estava a fazer queixa dele, mas ao mesmo tempo eu não queria estar a fazer queixa dele. Era como se eu tivesse a fazer aquilo porque eu fui ao hospital, a minha mãe está*

*a ouvir, a minha mãe está-me a obrigar (...) Eu no início eu fazia as queixas porque eu era obrigada, porque eu ia prestar declarações e eu não tinha coragem de ser 100% verdadeira”.*

A existência de filhos foi também indicada, por duas participantes, de diferentes formas, como influência para a mulher denunciar a situação de violência. Uma das participantes – do grupo B - indicou que a filha, menor, terá pedido que a mãe não voltasse a permitir as agressões.

V20(B): *“(...) deu-me um murro no nariz e eu fiquei a sangrar. Ele saiu pela porta de casa e a X [filha] com três anos disse-me, agarrou-me na mão e disse-me ‘oh mamã, tu não podes deixar que isto volte a acontecer’ e eu disse ‘filha, a mamã jura que isto nunca mais vai voltar a acontecer’.”*

Já outra mulher – do grupo A - afirma ter denunciado quando a situação de violência começou a envolver o filho, i.e., quando o agressor lhe retirou o filho à força, não permitindo que esta o visitasse por um longo período de tempo. Note-se que esta última, mantinha a relação com o parceiro abusivo no momento de recolha de dados.

V19(A): *“Eu só apresentei queixa quando eles [o agressor e a mãe deste] me tiraram o meu filho.”*

Uma das participantes, incluída no grupo B, menciona o facto de “desistir” ou “retirar” as queixas pois foi persuadida a tal pelo agressor.

V5(B): *“Fiz várias denúncias enquanto vivíamos juntos ... só que ele persuadiu-me sempre a ... desistir da queixa”.*

Assim, é possível verificar-se que, de acordo com as diferenças entre os discursos dos três grupos de análise (Cf., Tabela 17), as mulheres que permanecem na relação abusiva destacam a questão da escalada da violência e episódios de violência física mais intensos como justificação para a apresentação de queixa formal. Já as mulheres que terminaram a relação, adicionam a necessidade de quebrar o medo, assim como as participantes com historial de separações e reconciliações. A existência de filhos, foi somente mencionada por mulheres do grupo A e B. Note-se que não foi possível, para algumas participantes, identificarem os motivos que as levaram a apresentar queixa (apesar de a amostra total ter denunciado a situação a órgãos de polícia criminal).

Tabela 17 - Triggers para a denúncia por grupo de análise

<i>Triggers para a denúncia</i>	<b>Grupo A</b>	<b>Grupo B</b>	<b>Grupo C</b>
Escalada da violência ou episódio de violência física mais intenso	3/6	1/8	2/7
Necessidade de quebrar o medo	-	1/8	3/7
Filhos	1/6	1/8	-

## V.2. Mudanças pós-denúncia

Quando procurando aceder às percepções das participantes relativamente às mudanças que sentiram após a queixa ou denúncia da situação de vitimação a órgãos de polícia criminal, tanto na dinâmica da relação como noutra qualquer aspeto do dia-a-dia, foi possível identificar um tipo de mudança positiva e dois tipos de mudanças negativas.

No que concerne às mudanças positivas sentidas pelas vítimas pós-denúncia, foi mencionada, utilizando vários termos, a sensação de liberdade. Ou seja, a queixa formal, fez com que três das participantes sentissem que podia fazer mais do que anteriormente. Importante será referir que duas das mulheres apresentam historial de separações e reconciliações, i.e., pertencem ao grupo C e somente uma pertence ao grupo A

V1(C): “*Liberdade ... respirar ... viver, saltar, nadar, dançar ... conversar ... sair.*”

V8(A): “*Senti-me mais livre.*”

Como mudanças negativas pós-denúncia, quatro participantes referiram que a queixa (ou denúncia) despoletou comportamentos ainda mais agressivos por parte do (ex)parceiro. Também exprimiram revolta relativamente ao que os media transmitem sobre o crime em questão e relativamente à situação que experienciaram. Todas as participantes que mencionaram mudanças negativas pós-denúncia, haviam abandonado a relação abusiva, sendo que duas foram incluídas no grupo B e outras duas no grupo C.

V2: “*(...) sinto-me mais ... sei lá, revoltada. Revoltada ... não estou arrependida daquilo que eu fiz, mas sinto revoltada daquilo que eu ... que eu com 36 anos nunca passei na vida e estou a passar.*”

V14: “*Senti, senti que ele ficou mais agressivo. Depois da queixa ficou mais agressivo, mais ... a seguir-me mais para todo o lado, a tentar-me controlar ... piorou.*”

### V.3. Percepção como vítima de violência conjugal

No que concerne à percepção da mulher enquanto vítima, as respostas das participantes foram mistas. Enquanto que algumas mulheres admitem saberem e sentirem-se como vítimas desde o início da relação, outras apenas se compreenderam como tal quando existiu um conhecimento da situação por parte de terceiros como uma forma de validação. Será importante mencionar que, uma das participantes não se vê, como vítima uma vez que afirma ainda manter a relação com o parceiro abusivo. Também será relevante sublinhar o facto de que, das seis participantes incluídas no grupo A – mantinham uma relação abusiva no momento de recolha de dados -, quatro afirmam, de forma direta, terem clara noção de que são vítimas de violência conjugal.

V1(C): *“Eu apercebi-me logo. Eu não precisava que me dissessem que eu era vítima de violência doméstica. Eu já sabia há vinte anos que era vítima de violência doméstica.”*

V16(A): *“Eu acho que nós, as vítimas de violência doméstica, nos apercebemos logo. Não queremos às vezes é admitir ou não temos tempo para admitir que foi o meu caso.”*

## **VI. Rede de apoio formal e informal**

### VI.1. Apoio formal

Um tópico que mereceu especial atenção, foi a influência do apoio formal e informal na tomada de decisão. Relativamente ao apoio formal e às expectativas que as participantes do estudo tinham sobre o mesmo, foi mencionado, por uma das mulheres entrevistadas, que não esperava tanto apoio por parte das instituições formais.

V14(B): *“Posso dizer que nunca esperei ter tanto apoio da vossa parte [APAV] como da parte da polícia ... que tivesse o apoio que tive (...) porque as histórias que eu via no jornal de notícias, que faziam queixa e que ninguém queria saber ... eu posso dizer que da minha parte tive o apoio que necessitei. Não estava à espera.”*

No entanto, dezasseis das vinte e uma participantes (Grupo A 3 de 6, Grupo B 8 de 8, Grupo C 5 de 7) mencionam ter tido uma experiência negativa, quer seja com órgãos de polícia criminal, com tribunal ou serviços de apoio à vítima. Todas as mulheres que haviam terminado a relação de modo definitivo identificam experiências negativas com alguns apoios formais. Ou seja, afirmam ter ficado dececionadas com o funcionamento do sistema de justiça, bem como das instituições de apoio formal. As participantes afirmam que o sistema de justiça é moroso,

mesmo quando se trata de um caso urgente, que funciona mal e vêem este processo como uma perda de tempo e de dinheiro.

V9(B): *“Tive que andar eu a tratar das coisas todas, o que ainda piora a situação porque nos sentimentos duplamente violentados, triplamente violentados e por aí fora. (...) Os tribunais não têm informação cruzada (...) ninguém se entende, o juiz não se impõe, os advogados fazem-se perder tempo e gastar dinheiro (...)”*

V20(B): *“Olhe, o sistema funciona extremamente mal, é a minha experiência e o feedback que tenho para dar. (...) Neste momento eu tenho teleassistência ... recentemente, há menos de uma semana (...) eu questiono-me ‘porquê agora? Porquê só agora quando só não aconteceu uma tragédia porque não calhou?’. Quando eu os chamei, eu tinha o meu marido com uma faca de cozinha apontada ao meu pescoço (...). Eu ligo para a polícia e digo ‘venham, mas por favor venham já antes que ele saia’ e a polícia demora imenso tempo a vir. (...) a burocracia é importante, mas quando atrapalha mais do que aquilo que ajuda deixa de ser relevante.”*

Por sua vez, as cinco (de sete) participantes do Grupo C, indicam que a sua resposta é lenta e que estes são limitados na sua atuação. Também foi referido que, por vezes, os agentes da polícia mostram desconhecimento da lei e dos procedimentos corretos em casos de violência conjugal. As participantes afirmaram ter encontrado ao longo do processo, funcionários rudes e que acabam por desencorajar a vítima mostrando desinteresse em ajudar. Foi relatada a falta de confiança nos órgãos de polícia criminal, sentindo a mulher que terá que ser a própria a tratar sozinha da sua situação uma vez que referem a ausência de informação cruzada, resultando numa revitimização. Também foi indicado por uma das participantes que esperava que os serviços de apoio formal fossem mais rápidos ou que estes ficassem do seu lado tendo a perceção de que apoiaram e defenderam mais o agressor.

V11(C): *“São muito demorados. A nível do tribunal é um processo muito longo. Acho que as coisas podiam ser mais rápidas, até ao nível das ... pronto, de certas necessidades e urgência com que devia ser resolvido. Tinha a expectativa que realmente fossem mais rápidos principalmente, por exemplo, o apoio de ... como eu fiquei sem uma casa e se para poder ficar com os meus filhos, gostaria imenso por exemplo que me tivessem ajudado através de uma casa (...)”*

No que concerne ao apoio social especificamente, as participantes indicaram que, quando mais necessitaram, não obtiveram este tipo de ajuda. Sentem falta de apoio e que,

quando este existe, é pouco e ineficaz. Deste modo, poderemos afirmar que, relativamente ao apoio formal, foram obtidos resultados mistos uma vez que parte das participantes se revela bastante satisfeita com o apoio prestado e, uma outra parte, afirma que não obteve apoio suficiente.

V1(B): *“Porque eu não tive ajuda de ... eu ainda não tive um pão ou alguém que me perguntasse assim ‘precisas de um pão para o teu filho?’ (...) Eu não vejo ajudas nenhuma, doutora. (...) A minha revolta é ... a gente sai de casa, não tem quem nos ajude. Ninguém.”*

V2(B): *“(...) isto não resolve nada, as instituições. Acho que isso não me faz nada. Ninguém me ajuda em nada. Ninguém resolve a minha situação, eu de um momento para o outro ... perdi tudo (...)”*

No entanto, três das 21 participantes afirmaram que o apoio formal que lhe havia sido prestado, especificamente nos serviços de apoio à vítima da APAV, auxiliou numa consciencialização da situação que passava, fazendo com que mantivesse a sua decisão de se manter afastada do ex-parceiro abusivo.

V14(B): *“Ajudou-me a continuar, ajudou-me a refazer a minha vida porque eu estava com receio (...), ele parou e depois de entrar o processo em tribunal ... parou por completo.”*

V18(C): *“Acho que isto foi o motor de arranque, deu-me uma força extra. Eu já sabia os passos e acho que foi muito importante isso. Foi uma consciencialização ... quando eu pedi ajuda aqui eu acho que tomei mais consciência da situação em que eu estava e que queria sair dela. Foi um marco muito importante.”*

Apesar destes resultados, foram igualmente mencionadas experiências positivas com a rede de apoio formal. Seis participantes afirmam ter encontrado ao longo do processo, profissionais qualificados, nomeadamente polícias e técnicos que apoia a vítima, apesar da demora relativamente ao processo-crime.

V14(B): *“Posso dizer que foram excelentes [os agentes da polícia], estavam constantemente a ligar, quando precisei deles eu liguei e ele passado 5, 10 minutos estavam lá. Posso-lhe dizer que tive o apoio deles. (...) Posso dizer que da vossa parte [APAV] sempre que precisei estavam disponíveis para me tentar ajudar em qualquer situação.”*

Inclusive, uma das seis participantes do grupo A, apesar de permanecer na relação, indicar ter sentido uma mudança pois considera ter agora mais coragem, após apoio em serviços de apoio à vítima.

V16(A): “(...) *têm sido impecáveis comigo [referindo-se à APAV]. Houve uma mudança em que me deu mais coragem. Eu já tinha ganho coragem para vir aqui, mas depois senti-me acarinhada, não é?*”

#### VI.2. Apoio informal

Relativamente ao apoio informal, quatro das seis mulheres que permaneciam na relação abusiva, indicam que família e/ou amigos têm conhecimento da situação de violência conjugal. Todas estas indicam ter o apoio destes familiares e/ou amigos que procuram respeitar a sua decisão dando, no entanto, conselhos. Das restantes participantes, todas as do grupo B e seis das sete do Grupo C, indicam que a família e/ou amigos tinha conhecimento da situação de vitimação.

V21(A): “[a família] *Sabe e dão-me todos apoio. A minha mãe ... prontos, sabe que eu só estou bem à beira do X [parceiro abusivo]. Eles sabem exatamente tudo o que se passou.*”

Sete das oito participantes do grupo B, indicam que a família e/ou amigos, ao terem conhecimento da situação de violência, as procuraram apoiar de imediato. No entanto, uma participante, indica que os familiares tiveram conhecimento bastante tempo depois e que foi contando os detalhes aos poucos.

V14(B): “O meu pai foi uma das primeiras pessoas que me apoiou e ainda hoje, qualquer coisa eu ligo primeiro ao meu pai (...)”

V5(B): “Nunca ninguém soube disso. Nunca ninguém soube, eu nunca disse nada a ninguém até ao dia em que eu me vim embora, que entrei em casa dos meus pais, magoada e expliquei o que se estava a passar. Nessa fase não contei que era um episódio com repetição, só contei que tinha sido naquele dia (...). Depois de nos separarmos, conforme o tempo foi passando e eu tive que ir contando (...), tive que ir contando aos meus pais o que é que tinha vindo a acontecer naqueles três anos passados”.

Do grupo C, três das participantes referem que este apoio informal teve influência na sua decisão de não retomar a relação novamente.

V17(C): *“Já chegou muito longe, mas se calhar tinha sido bem pior. Ainda bem que me obrigaram a fazer queixa.”*

## **VII. Expectativas para o futuro**

De modo a aceder à perceção das participantes relativamente à probabilidade de retomarem a relação abusiva, foram abordados alguns tópicos relativos às expectativas que têm do futuro.

Sete participantes afirmam procurar, atualmente, viver um dia de cada vez, sendo que destas, cinco fazem parte do grupo C e as restantes do B. De salientar que, duas destas participantes, referem estar a iniciar um novo ciclo nas suas vidas desde que terminaram o relacionamento com o parceiro abusivo.

V1(C): *“Não faço ideia. Eu não gosto de prever o futuro. Gosto de viver um dia de cada vez.”*

V15(C): *“Eu estou a tentar encarar a coisa como fechar um ciclo e começar um ciclo novo. Portanto é quase como se eu nascesse de novo.”*

Uma das participantes pertencente ao grupo A, afirma que, de momento, não consegue imaginar o seu futuro e que se sente sem forças para o encarar.

V12(A): *“Eu não sei. Para já não tenho muitas ... sozinha não vou conseguir fazer nada. Já não tenho forças sozinha para decidir a minha vida.”*

No entanto, oito participantes (quatro do grupo B e a outra metade do grupo C), indicam ainda ter medo de retaliações por parte do agressor. Estas afirmam ter medo do agressor e do que poderá fazer no futuro. Deste modo, indicam viver ainda com algum receio, não conseguindo sentir-se como que totalmente livres.

V5(B): *“Neste momento não me sinto segura. Sinto-me feliz com a família que tenho e que criei ... mas continuo a ter medo do futuro.”*

V14(B): *“Ainda tenho medo de que possa acontecer alguma coisa.”*

Não obstante, foram igualmente registadas afirmações relativas a mudanças e sentimentos positivos como, por exemplo, referentes a um aumento de autoestima aquando o término da relação.

V17(C): *“Gosto muito mais de mim agora”.*



Também, como um modo auxiliador para permanecerem separadas do agressor, as participantes fazem referência à força interior e espiritualidade. Esta força e espiritualidade terá auxiliado o término da relação e a ultrapassar a situação.

V4(B): *“Acho que tive uma força interior que me ajudou muito.”*

V11(C): *“Tenho uma enorme ligação espiritualmente com Deus, isso tem me feito ver a vida de forma completamente diferente”.*

### VII.1. Motivações para o futuro

Relativamente às motivações para o futuro, foram mencionadas as seguintes:

- (Procura de) emprego: várias participantes entendem a procura de trabalho como um modo de ganhar independência. Igualmente, o facto de a mulher ter ou encontrar um emprego, é considerado como um meio de distração, para evitar pensar na situação de vitimação – V2C *“[a motivação] É arranjar um trabalho (...) com um trabalho podia-me lembrar, mas estava com o tempo ocupado, andava para aqui, andava para ali, ou seja, passava (...) Uma pessoa sem dinheiro não paga as coisas. Que dava para eu arejar a minha cabeça ... para não pensar.”*
- Família: os filhos foi o ponto mais referido quando se questionou sobre as motivações para o futuro. A intenção da maioria das participantes é passar mais tempo com aqueles que as apoiaram, nomeadamente a família e amigos. No entanto, sentem a necessidade de passar mais tempo com os filhos em particular ou voltar a ter um (bom) relacionamento com estes.
- (Procura de) habitação: relativamente à situação da habitação, as participantes indicaram querer estabilizar numa casa que se possa tornar um lar, para si e, quando é o caso, para os filhos. Igualmente foram encontrados discursos onde as participantes demonstram medo em perder a casa devido à situação de divórcio.

### VII.2. Ponderar retomar a relação abusiva

Nove das participantes (sendo que quatro fazem parte do grupo C e cinco do grupo B), referem não ter qualquer intenção de retomar a relação com o parceiro abusivo.

V4(B): *“Eu acho que desde o primeiro dia que eu jurei a mim mesma que nunca ia voltar.”*

V11(C): *“Dele não quero mais nada. Não quero de maneira alguma, não vou depender dele nunca mais.”*

A par da ponderação de retomar a relação abusiva no futuro, das participantes que haviam terminado a relação, dez afirmaram não querer uma nova relação brevemente. Inclusive, algumas mulheres indicaram estar desiludidas com os homens em geral, não procurando envolver-se tão cedo, tentando investir em outras áreas da vida, como por exemplo, dedicando-se aos filhos.

V3(B): *“Não, não. Não. Para já não tenho idade para isso e para já fiquei cheia de homem. Fiquei cheia. (...) Homens não quero mais, isso não. (...) já estou cheinha de homens.”*

V7(B): *“(...) gostar e amar, amo os meus filhos e não quero mais nada. Homens para mim mais nada, nunca. Já com aquele sabe Deus, quanto mais com outros. Não.”*

V10(B): *“Não, não ... e eu fiquei desiludida, estou bem assim e também lhe digo, nunca mais ninguém vai mandar em mim, não.”*

No entanto, importa referir que cinco das participantes, encontravam-se numa nova relação, afirmando que esta não se trata de uma relação abusiva como a anterior. Na verdade, ao longo do discurso das mulheres, são feitas comparações entre as relações íntimas, indicando que agora têm a seu lado uma pessoa que as apoia e compreende, sem fazer uso da violência.

V14(B): *“Tenho um homem que me compreende, que me apoia, apesar dos meus filhos não serem dele, ele trata os meus filhos como se fossem dele.”*

V20(B): *“Agora é tudo muito diferente. (...) Eu acho que não sei o que é uma relação saudável ... e como nunca tinha vivido numa relação saudável ... o X [atual companheiro] é o oposto do Y [ex-companheiro, agressor]. (...) Temos uma relação extremamente cúmplice. Damo-nos super bem (...)”*

### VII.3. Sensação de paz e liberdade

Será importante sublinhar a sensação de paz e de liberdade que treze das participantes mencionam sentir atualmente devido ao término da relação abusiva, fazendo estas parte dos grupos B e C. O processo de terminar a relação foi, de certa forma, algo libertador e rejuvenescedor para estas mulheres.

V4(B): *“Neste momento eu sinto uma paz, uma tranquilidade. Gosto tanto de estar sozinha.”*

V11(C): *“Senti que ganhei asas ... completamente diferente.”*

## 2. Discussão dos resultados

### 2.1 Motivos para a permanência na relação abusiva

Os resultados da análise das entrevistas realizadas no âmbito deste estudo, indicam que os principais motivos para a permanência na relação abusiva são a dependência emocional, as questões relacionadas com a habitação, as questões económicas e o desemprego. A ligação emocional com o parceiro íntimo, desenvolve-se nos primeiros momentos da relação (Dutton & Painter, 1993). Os sentimentos positivos pelo parceiro sobrepõem-se, fazendo com que a mulher procure manter a relação, mesmo que violenta. Relativamente às questões emocionais, poderá fazer-se uma ligação com a Teoria *Psychological Entrapment* uma vez que a mulher pretende manter o compromisso com a relação, procurando validar o investimento inicial de tempo e energia. No entanto, a maioria dos estudos realça a questão da dependência económica como sendo uma das principais razões pela qual as mulheres vítimas de violência conjugal não abandonam a relação abusiva (e.g., Meyer, 2012; Kim & Gray, 2008). A acomodação, esperança de mudança do comportamento do agressor, medo, situação de doença, pressão de terceiros, ausência de apoio formal, falta de conhecimento sobre os seus direitos, e a existência de filhos, são também encontrados, no presente estudo, como motivos que influenciam a permanência da vítima na relação abusiva. Todos estes são motivos também identificados na literatura sobre esta temática. Também a questão da existência de filhos é passível de se encontrar com frequência na literatura, apesar do baixo número de referências no presente estudo. Segundo Meyer (2012), isto deve-se ao facto de as mulheres não se sentirem capazes de proteger os filhos das ameaças de retaliação do parceiro caso terminem a relação. No entanto, o que foi possível apurar, foi que as mulheres que permanecem na relação devido à existência de filhos, procuram que a família se mantenha junta, pensando que assim estarão a providenciar um melhor lar aos filhos. Também surge a ideia de que as mulheres procuram proteger os filhos associada a questões, por exemplo, financeiras ou de habitação. Ou seja, por serem dependentes do agressor financeiramente, permanecem na relação para garantir a estabilidade económica para os filhos. No presente estudo, o motivo designado como acomodação, refere-se a uma habituação da mulher ao estilo de vida. Também Cavanagh (2003) indica que durante as entrevistas que realizou, algumas mulheres indicavam perder a habilidade de pensar claramente, questionando as suas decisões. A Teoria *Learned Helplessness* refere-se a esta acomodação como um desânimo aprendido onde, com a continuidade da violência, existirá uma sensação de impotência, o que poderá levar também a uma sintomatologia depressiva. Relativamente à esperança de mudança do comportamento do agressor, tal como

LaViolette e Barnett (2013) indicam com a noção de *Learned Hopefulness*, a vítima procurará ajudar o parceiro a mudar o seu comportamento no sentido de que a violência cesse, mas mantendo o relacionamento íntimo, mantendo a crença de que, eventualmente, o parceiro modificará o seu comportamento.

Através destes dados, é possível perceber que as mulheres têm uma noção clara do que as faz permanecer no relacionamento. No entanto, esta não é uma questão simples pois envolve mais do que uma resposta, sendo os motivos dinâmicos, uma vez que podem alterar consoante o desenvolvimento da relação, e também complexos. Na maioria, estes motivos, poderão ser entendidos como obstáculos ao término que, de algum modo, são passíveis de mudança e permitirão assim que a mulher abandone a relação caso exista auxílio e interesse em que isso aconteça.

## 2.2 Motivos para o abandono da relação abusiva

No que concerne aos motivos para o abandono da relação abusiva, as participantes do presente estudo, mencionaram: a infidelidade do parceiro, as insinuações de infidelidade, a existência de filhos, as expectativas diferentes relativamente ao conceito de família, a escalada da violência, a violência perante terceiros, a autonomia financeira, a violência sexual, o receio relativamente ao contágio de DST e, por fim, os comportamentos aditivos por parte do agressor. De salientar que a existência de filhos surge tanto como motivo para a permanência como para abandono. No entanto, o que estará por detrás destas opções é a mesma base racional: a proteção dos filhos. Barnett (2001), numa revisão de literatura, faz referência a esta questão mencionando que as mulheres consideram a saída da relação difícil uma vez que procuram que os filhos tenham os dois pais presentes, mas também porque têm medo que, ao reportarem a situação à polícia, isto possa despoletar uma investigação dos serviços de proteção de menores. Também os filhos do casal, muitas das vezes, se encontram como que num paradoxo, confusos entre quererem que a violência termine, mas querendo igualmente que a família permaneça unida (Buel, 1999).

No que concerne às questões financeiras, tal como no presente estudo, no estudo de Kim e Gray (2008), as vítimas que eram financeiramente independentes dos parceiros abusivos, apresentaram maior probabilidade de terminar a relação. Também a questão da escalada da violência – muitas vezes encontrada como o aumento da frequência e severidade – é possível encontrar-se em vários estudos (e.g., Gelles, 1976). Contudo, para o abandono da relação abusiva, o motivo que se destaca no presente estudo, devido ao elevado número de referências,

é a questão da infidelidade por parte do parceiro. Apenas o estudo de Zink e colaboradores (2003) faz uma pequena referência a esta questão. O facto de o parceiro ter casos extraconjugais tem uma grande influencia na decisão da mulher. No entanto, importante será mencionar que, em muitas das situações não é a existência de um caso extraconjugal por si só que despoleta a saída, mas sim a percepção da mulher do envolvimento emocional do seu parceiro numa outra relação. Também a desconfiança e insinuações de que a mulher não lhe é fiel, abalam-na psicologicamente, influenciando a sua saída. Isto poderá dever-se ao facto de apresentarem também diferentes expectativas para a relação. Ou seja, as participantes mencionam sentir-se comprometidas com o parceiro, apesar da existência de violência. Quando as suas intenções e ações são postas em causa, a mulher sente-se desrespeitada e isto poderá levar à rutura do casal.

### 2.3 Motivos para o retorno à relação abusiva

Como motivos percecionados como influenciadores do retorno à relação, as participantes mencionaram: o medo, a dependência emocional, os pedidos de desculpas e as segundas oportunidades e, por fim, a solidão. Estes resultados vão de encontro aos de outros estudos, como por exemplo, o de Kim e Gray (2008) e o de Strube e Barbour (1983). Igualmente, o estudo de Griffing e colaboradores (2002), menciona razões semelhantes: o expressar de remorsos por parte do agressor, os sentimentos pelo parceiro, bem como as necessidades económicas. Os autores indicam que as mulheres tinham maior probabilidade de retomar a relação quando mencionados os sentimentos pelo agressor, as promessas de procura de ajuda e tratamento, bem como a sensação de que o agressor já teria “sofrido o suficiente” (p.311). Apesar das várias referências aos tipos de violência exercidos, as participantes acabam por verbalizar os sentimentos de amor pelo (ex)parceiro. Tais sentimentos terão influenciado, numa fase inicial da relação, a sua permanência na mesma uma vez que a dependência emocional foi encontrada no presente estudo como motivo para permanência.

### 2.4 Experiências diretas e indiretas de violência doméstica

Relativamente às experiências diretas e indiretas de violência no seio da família de origem, percebe-se que mulheres que permanecem na relação abusiva, bem como as que afirmam ter terminado e retomado à relação pelo menos em uma ocasião, têm maior probabilidade de ter uma relação negativa com os pais/cuidadores e de ter presenciado violência interparental durante a infância. Este resultado vai de encontro com estudos que indicam que

mulheres que presenciam violência familiar durante a infância, têm maior probabilidade de, em idade adulta, serem vítimas de violência conjugal (e.g., Gelles, 1976; Schutte, Malouff, & Doyle, 1988). Curiosamente, quase metade da amostra afirma ter conhecido o agressor durante a infância ou adolescência. Mulheres que terminaram a relação abusiva (apresentando ou não historial de separações e reconciliações), indicaram ter uma noção clara de que iniciaram a relação num período de maior fragilidade e vulnerabilidade emocional.

## 2.5 Explicações para a violência

As vítimas de violência conjugal que permanecem na relação abusiva, procuram explicar o uso da violência por parte do parceiro baseando-se na personalidade deste, nas patologias que este terá, nos ciúmes, bem como nos comportamentos aditivos relacionados com o álcool, drogas ou jogo. As mulheres que terminaram a relação, por sua vez, adicionam à lista, a questão do desemprego (ou reforma) do parceiro como possível explicação para o uso de violência no seio da relação íntima. De notar que, as mulheres com historial de separações e reconciliações, introduzem as questões financeiras, sendo o único grupo a mencionar tal explicação. Deste modo, verifica-se que as vítimas procuram explicações multifatoriais para o uso de violência por parte do parceiro. Estas possíveis explicações são, na sua maioria, centradas no agressor e não são passíveis de mudança (como por exemplo, as questões de personalidade). Do ponto de vista teórico, sublinha-se a necessidade de se procurar reconhecer que, para além de fatores relacionados diretamente com o agressor, existirão outras explicações que poderão passar pelos estereótipos existentes na sociedade, assim como a “distribuição de poder dentro da família” (Machado & Matos, 2001, cit in., Matos, 2002, p.97). Contudo, nenhuma das mulheres mencionou esta tipologia de fatores.

## 2.6. Características da relação abusiva

O tipo de violência mais frequente são os maus tratos psíquicos, seguidos de violência física, de ameaças e injúrias/difamação. No entanto, uma elevada percentagem das vítimas, afirma ser sido também alvo de violência sexual e isolamento social. Todos estes tipos de violência exercidos pelos parceiros das vítimas, demonstram a necessidade do agressor em manter o controlo sobre a mulher e sobre a relação. Deste modo, o agressor utiliza também algumas estratégias como forma de manutenção da relação abusiva, como por exemplo, pedir desculpa, prometer mudar o comportamento, mostrar preocupação ou arrependimento ou chorar. Um resultado importante, prende-se com o facto de as mulheres que permanecem na

relação abusiva, indicarem em menor número terem sido alvo de violência física. Uma vez que a escalada da violência, o primeiro episódio de violência física ou um episódio mais intenso são indicados como motivos de abandono da relação, é possível que as mulheres que permanecem nos relacionamentos abusivos, os abandonem se a violência se tornar física.

As vítimas têm consciência que a violência conjugal se tratará de um ciclo, onde existem períodos de maior tensão entre o casal e episódios de violência seguidos de um período mais calmo no qual o parceiro lhe oferece presente e demonstra remorsos pelo seu comportamento. Este resultado vai de encontro ao que a teoria do ciclo da violência indica, ou seja, as mulheres reconhecem as diferentes fases e que a violência tende a escalar. Por sua vez, as mulheres desenvolvem estratégias para lidar com a violência. Estas procuram evitar a violência, nomeadamente os maus tratos físicos, mentindo ao parceiro, ameaçando chamar as autoridades, evitando certos comportamentos e escondendo objetos, fugindo, concordando com este ou confrontando-o. Precisamente como Walker (2009) indica, o estado de desânimo aprendido, é passível de ser revertido e a mulher passa a marcar a sua posição face ao comportamento do parceiro, procurando confrontá-lo.

Tanto as mulheres que permanecem na relação abusiva como as mulheres que a abandonaram, têm presente, nos seus discursos, crenças relativas ao papel da mulher numa relação, bem como sobre o compromisso que entendem ser o casamento. Estas também surgem como um possível obstáculo ao término da relação, apesar de, muitas vezes, serem crenças transmitidas pelas mães ou sogras que terão sido igualmente vítimas de violência conjugal.

## 2.7. Tomada de decisão para a denúncia

A denúncia a órgãos de polícia criminal sobre a situação de vitimação, por parte das mulheres que permanecem na relação, deve-se à escalada de violência, o que é entendido como motivo para o abandono da relação. Este resultado sugere que, possivelmente, como já mencionado, a continuação do aumento da frequência e intensidade da violência, principalmente a física, poderá conduzir ao término da relação abusiva. Mulheres que terminaram a relação, com historial de separações e reconciliações, referem a necessidade de quebrar o medo que sentiam dos parceiros, denunciando formalmente a situação. Também a existência de filhos foi apontada como *trigger* para a denúncia a órgãos de polícia criminal. Após a denúncia, as mulheres apresentam um misto de sensações, falando de liberdade com de revolta. De um modo geral, as vítimas de violência conjugal têm noção de que o são, mesmo sem o reconhecimento formal através da denúncia.

Apesar da referência a experiências positivas nos serviços de apoio à vítima que auxiliam a mulher a ganhar coragem para continuar separada do parceiro abusivo, a maioria das vítimas afirma que o sistema de justiça é moroso e que, por vezes, não apresenta soluções eficazes para a sua situação de vitimação. Assim, entende-se que o apoio formal não influenciará a decisão da mulher de sair da relação, mas poderá ser percebida pela vítima como um auxílio ou obstáculo. A existência de controlo social formal, tal como Gelles (1997) na teoria da troca indica, poderá ser um modo de aumentar os custos da violência para o agressor, aumentando a possibilidade da sua detenção e perda de estatuto social. No que concerne ao apoio informal, as mulheres afirmam que a família e/ou amigos têm conhecimento da situação de vitimação e que respeitam a decisão da mesma, quer seja permanecer ou abandonar a relação, mostrando o seu apoio.

### 2.8. Ponderar retomar à relação abusiva

Relativamente ao objetivo específico de compreender como é que as mulheres que abandonaram a relação abusiva percecionam a probabilidade de a retomar, verifica-se que, em grande medida, não consideram reconciliar-se com o parceiro abusivo. No entanto, quase metade das mulheres que afirmam não pretender reatar a relação, apresentam historial de separações e reconciliações. Assim, somente com um estudo longitudinal, ou seja, com um segundo momento de recolha de dados, seria possível compreender se estas mulheres realmente regressaram à relação ou não. No entanto, a perceção das vítimas é de que não existirá probabilidade de retomarem.

## **3. Conclusão**

O principal objetivo do presente estudo era aceder aos motivos que, segundo a perceção de mulheres vítimas de violência conjugal, as influenciam a permanecer, abandonar ou a retornar a uma relação abusiva. Este estudo procurou enriquecer o conhecimento sobre esta temática para que, de um modo instruído e sabedor da complexidade da violência conjugal, se possa compreender e melhor atuar junto das vítimas. Assim, encontram-se, como motivos influenciadores da permanência na relação abusiva, a dependência emocional, as questões relacionadas com a habitação e a acomodação ao estilo de vida. Como motivos influenciadores do abandono da relação encontra-se a infidelidade do parceiro, as insinuações de que a mulher lhe seria infiel e a existência de filhos. Por sua vez, o retorno a uma relação abusiva é motivado pelo medo, dependência emocional, pedidos de desculpas por parte do agressor e pela solidão



sentida. As três possibilidades deverão ser tidas em consideração para que melhor se compreender a decisão das vítimas. No entanto, conhecer as causas que influenciam a sua saída é um dado central para delinear estratégias práticas que auxiliem os técnicos de apoio à vítima ou outros profissionais que, no seu contexto de trabalho, contactam com estas mulheres, a atuar, no sentido de, quando possível, potenciar estes fatores, face a uma mudança preferencial e livre de violência.

Uma limitação clara deste estudo é a dimensão da amostra. O tempo limitado de recolha de dados a que obriga a realização de uma tese de mestrado nem sempre se coaduna com o tempo das vítimas e da sua disponibilidade para colaborarem nos processos de investigação. Esta limitação, obriga-nos a olhar para os resultados encontrados e para as generalizações que daí possam advir com cautela, sabendo, contudo, que está aberto um caminho para que sejam possíveis investigações mais aprofundadas sobre a temática aqui em estudo.

Uma outra limitação relevante é o facto de a entrevistadora e investigadora ser também técnica de apoio à vítima na APAV. Apesar de o momento da entrevista ter sido primeiro contacto com as entrevistadas, foi perceptível para a investigadora que algumas das mulheres a viam neste duplo papel o que, claramente esta perceção poderá ter influenciado as respostas relativamente ao apoio formal prestado por estruturas formais de apoio, em particular a da APAV. Futuramente, sugere-se que se procure aprofundar o conhecimento sobre esta temática, particularmente em Portugal, realizando estudos empíricos, com recurso a uma triangulação de métodos, com uma amostra significativamente maior e em que o investigador seja completamente externo relativamente ao local onde os dados são recolhidos. Esta isenção por parte do investigador poderá permitir uma exploração mais exaustiva e imparcial destas questões, sem receio que esta dupla identidade possa colocar em causa o seu papel dentro da própria estrutura. Todavia, e não obstante estas considerações, é importante que um investigador que pretenda realizar investigação, ou com uma amostra análoga à utilizada, ou com outra na qual o critério de inclusão assente na experiência de vitimação, faça uso de cuidados éticos que regulem a sua atuação, minimizando o potencial dano que a investigação pode, em determinadas circunstâncias, provocar nas vítimas.

No entanto, e apesar das limitações apresentadas esta investigação tem a vantagem de ter dado voz às vítimas ao recolher o seu testemunho e perceção acerca das razões que explicam a sua permanência, o abandono e o retorno a uma relação abusiva. Para além disso, este cruzamento de informação relativamente à permanência, abandono e retorno procurou

responder a lacuna percebida na literatura, uma vez que os estudos tendem a focalizar-se apenas em uma ou duas das dimensões referidas, mas não nas três em simultâneo.

A informação sistematizada neste estudo pode, seguramente, desempenhar uma função importante na formação dos profissionais que trabalham com estas mulheres, na medida em que um conhecimento mais estruturado acerca das razões que as conduzem a permanecer, abandonar ou retomar a relação abusiva, pode assumir um papel central na proteção destas mulheres, seja através da definição de estratégias que ajudem a permanecer na relação, dotando-as de competências de proteção, seja pela adoção de ações que facilitem o abandono seguro e permanente da relação abusiva.

Conclui-se também que alguns dos resultados encontrados no presente estudo vão de encontro ao que a literatura menciona, apesar de, em nosso entender, se destacarem alguns resultados não esperados, como é o caso da questão da infidelidade e insinuações de infidelidade como motivos para o abandono de uma relação abusiva. Claramente esta seria uma área importante a explorar: o peso da infidelidade comparativamente ao peso da violência e os mecanismos subjacentes a esta tomada de decisão e análise por parte das vítimas.

Outro aspeto a não esquecer é o papel da rede formal. Neste estudo, o contacto com o sistema de justiça e órgãos de polícia crimina, foi percebido pelas vítimas como uma experiência negativa. Assim, e apesar dos importantes esforços realizados nos últimos anos – como por exemplo, com a criação de equipas policiais especializadas no atendimento a vítimas de crime -, a formação e atualização constante dos profissionais, parece que ainda há muito a fazer para que o sistema formal de apoio se possa constituir, ou possa ser percepcionado, de forma inequívoca, como um aliado da vítima.

Por outro lado, e considerando que também há terceiros envolvidos nestas situações de violência, será importante alargar a informação e sensibilização público em geral, para que o apoio e intervenção junto de vítima possa ser mais eficaz e que para também os terceiros, que podem ser familiares, amigos, vizinhos ou outros possam desempenhar um papel de maior relevo. Mais ainda, e considerando que muitas das vítimas relatam experiências precoces de violência, as escolas não podem ser esquecidas deste palco de atuação, através de um reforço das ações de sensibilização de alunos, professores e funcionários para que se consiga transmitir informação relevante às crianças e jovens como um modo de prevenir situações de violência nos primeiros relacionamentos de intimidade e nos relacionamentos futuros. Aumentar a intolerância e a censura à violência são ações essenciais se queremos introduzir mudanças que se assumam como alternativas à violência.

## Bibliografia

- Albano, M., & Silva, M. (2016). Violência doméstica: caracterização do fenómeno e respostas aptas à sua erradicação – CIG. P. Guerra, & L. Gago (Coords.), *Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno. Manual Pluridisciplinar* (20-67).
- Anderson, D. K., & Saunders, D. G. (2003). Leaving an abusive partner an empirical review of predictors, the process of leaving, and psychological well-being. *Trauma, Violence, & Abuse*, 4(2), 163-191.
- Antunes, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. C. Machado, & RA Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*, 1, 43-77.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2012). *Violência Doméstica*. Consultado em: Dezembro 2017. Disponível em: <https://apav.pt/vd/index.php/features2>
- Babcock, J. C., Green, C. E., & Robie, C. (2004). Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clinical psychology review*, 23(8), 1023-1053.
- Bandura, A. (1971). Social learning theory of aggression. *Journal of communication*, 28(3), 12-29.
- Barnett, O. W. (2000). Why battered women do not leave, part 1: External inhibiting factors within society. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1(4), 343-372.
- Barnett, O. W. (2001). Why battered women do not leave, part 2: External inhibiting factors—social support and internal inhibiting factors. *Trauma, Violence, & Abuse*, 2(1), 3-35.
- Bell, K. M., & Naugle, A. E. (2008). Intimate partner violence theoretical considerations: Moving towards a contextual framework. *Clinical psychology review*, 28(7), 1096-1107.
- Buel, S. M. (1999). Fifty obstacles to leaving, aka, why abuse victims stay. *Colo. Law.*, 28, 19.

- Burgess, R. L., & Draper, P., 1989. The explanation of family violence: the role of biological, behavioral, and cultural selection. *In Family Violence*. The University of Chicago Press.
- Breiding, M. J. (2015). Prevalence and characteristics of sexual violence, stalking, and intimate partner violence victimization—National Intimate Partner and Sexual Violence Survey, United States, 2011. *Morbidity and mortality weekly report. Surveillance summaries (Washington, DC: 2002)*, 63(8), 1.
- Brockner, J., & Rubin, J. Z. (2012). *Entrapment in escalating conflicts: A social psychological analysis*. Springer Science & Business Media.
- Cavanagh, K. (2003). Understanding women's responses to domestic violence. *Qualitative social work*, 2(3), 229-249.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2018). Consultado em: Março 2018. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/>
- Código Penal Português. Lei nº 59/2007, de 4 de setembro. Disponível em: <https://www.ieb-eib.org/nl/pdf/loi-portugal-euthanasie.pdf>
- Código Penal Português. Decreto-Lei nº 400/82. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=101&tabela=lei\\_vel\\_has&nversao=1&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=101&tabela=lei_vel_has&nversao=1&so_miolo)
- Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica (2011). Disponível em: <https://rm.coe.int/168046253d>
- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979). Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CEDAW-pt.pdf>
- Davis, R.C., Lurigio, A.J., & Skogan, W.G. (1997). *Victims of crime*. 2nd ed. Sage.
- Deaux, K., & Lewis, L. L. (1984). Structure of gender stereotypes: Interrelationships among components and gender label. *Journal of personality and Social Psychology*, 46(5), 991.

- Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993). Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracaodiscriminacaomulheres.pdf>
- Dias, I. (1996). Algumas considerações teórico-metodológicas sobre o fenómeno da violência na família. *III Congresso Português de Sociologia: Práticas e Processos da Mudança Social*. Associação Portuguesa de Sociologia.
- Dias, I. (2004). *Violência na Família: uma abordagem sociológica*. Edições Afrontamento.
- DiCicco-Bloom, B., & Crabtree, B. F. (2006). The qualitative research interview. *Medical education*, 40(4), 314-321.
- Domestic Abuse Intervention Programs (2017). The Duluth Model. Consultado em: Dezembro 2017. Disponível em: <https://www.theduluthmodel.org/wheels/>
- Dutton, D. G., & Painter, S. (1993). The battered woman syndrome: Effects of severity and intermittency of abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, 63(4), 614-622.
- Dutton, D. G., & Painter, S. (1993). Emotional attachments in abusive relationships: A test of traumatic bonding theory. *Violence and victims*, 8(2), 105.
- El-Bassel, N., Gilbert, L., Wu, E., Go, H., & Hill, J. (2005). Relationship between drug abuse and intimate partner violence: a longitudinal study among women receiving methadone. *American journal of public health*, 95(3), 465-470.
- Etikan, I., Musa, S. A., & Alkassim, R. S. (2016). Comparison of convenience sampling and purposive sampling. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics*, 5(1), 1-4.
- Faulk, M. (1974). Men who assault their wives. *Medicine, Science and the Law*, 14(3), 180-183.
- Ferreira-Borges, C., & Filho, H. C. (2004). *Aconselhamento*: Climepsi Editores.
- Finkelhor, D., Gelles, R. J., Hotaling, G. T., & Strauss, M. A. (Eds.). (1983). *The dark side of families: Current family violence research*. Sage.

- Fugate, M., Landis, L., Riordan, K., Naureckas, S., & Engel, B. (2005). Barriers to domestic violence help seeking: Implications for intervention. *Violence against women*, 11(3), 290-310.
- Gelles, R. J. (1976). Abused wives: Why do they stay. *Journal of Marriage and the Family*.
- Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1979). Determinants of violence in the family: Toward a theoretical integration. In W.R. Burr, R. Hill, F.I. Nye, & I.L. Reisse (Eds), *Contemporary theories about the family* (pp. 549-581). New York: Free Press.
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. Sage.
- Giger, J.-C., Gonçalves, G., & Almeida, A. S. (2016). Adaptation of the Domestic Violence Myth Acceptance Scale to Portuguese and Tests of Its Convergent, Divergent, and Predictive Validities. *Violence Against Women*, 1-21.
- Griffing, S., Ragin, D. F., Sage, R. E., Madry, L., Bingham, L. E., & Primm, B. J. (2002). Domestic violence survivors' self-identified reasons for returning to abusive relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(3), 306-319.
- Groves, N., & Thomas, T., 2014. *Domestic violence and criminal justice*. Routledge.
- Harway, M., & O'Neil, J. (1999). *What causes men's violence against women?* Sage.
- Jewkes, R. (2002). Intimate partner violence: causes and prevention. *The lancet*, 359(9315), 1423-1429.
- Johnson, I. M. (2007). Victims' perceptions of police response to domestic violence incidents. *Journal of Criminal Justice*, 35(5), 498-510.
- Kim, J., & Gray, K. A. (2008). Leave or stay? Battered women's decision after intimate partner violence. *Journal of interpersonal violence*, 23(10), 1465-1482.
- Kvale, S., & Brinkmann, S. (2009). *Interview*. Hans Reitzel.
- LaViolette, A. D., & Barnett, O. W. (2013). *It could happen to anyone*. Sage.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

- Malley-Morrison, K., & Hines, D. (2004). *Family violence in a cultural perspective: Defining, understanding, and combating abuse*. Sage.
- Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica – estudo preliminar de caracterização*. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir: guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. C. Machado, & RA Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes, I*, 81-130.
- Matos, M., Gonçalves, R. A., & Machado, C. (2011). *Manual de Psicologia Forense: contextos, práticas e desafios*: Psiquilibrios Edições.
- Matos, M. (2016). Violência Doméstica. *Dicionário-Crime, Justiça e Sociedade*, 519- 521.
- Meyer, S. (2012). Why women stay: A theoretical examination of rational choice and moral reasoning in the context of intimate partner violence. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 45(2), 179-193.
- Ministério da Administração Interna (2010). *Relatório de Segurança Interna*. Disponível em: [http://www.parlamento.pt/documents/xiileg/rasi\\_%202010.pdf](http://www.parlamento.pt/documents/xiileg/rasi_%202010.pdf)
- Ministério da Administração Interna (2017). *Relatório de Segurança Interna*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>
- Ministério da Administração Interna (2017). *Violência Doméstica – 2016. Relatório anual de monitorização*. Disponível em: [https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/Rel%20VD%202016\\_v22dez2017vfinal.pdf](https://www.sg.mai.gov.pt/Documents/Rel%20VD%202016_v22dez2017vfinal.pdf)
- Murrell, A. R., Christoff, K. A., & Henning, K. R. (2007). Characteristics of domestic violence offenders: Associations with childhood exposure to violence. *Journal of family violence*, 22(7), 523-532.
- Lei nº 130/2015, de 4 de setembro - Estatuto da vítima.

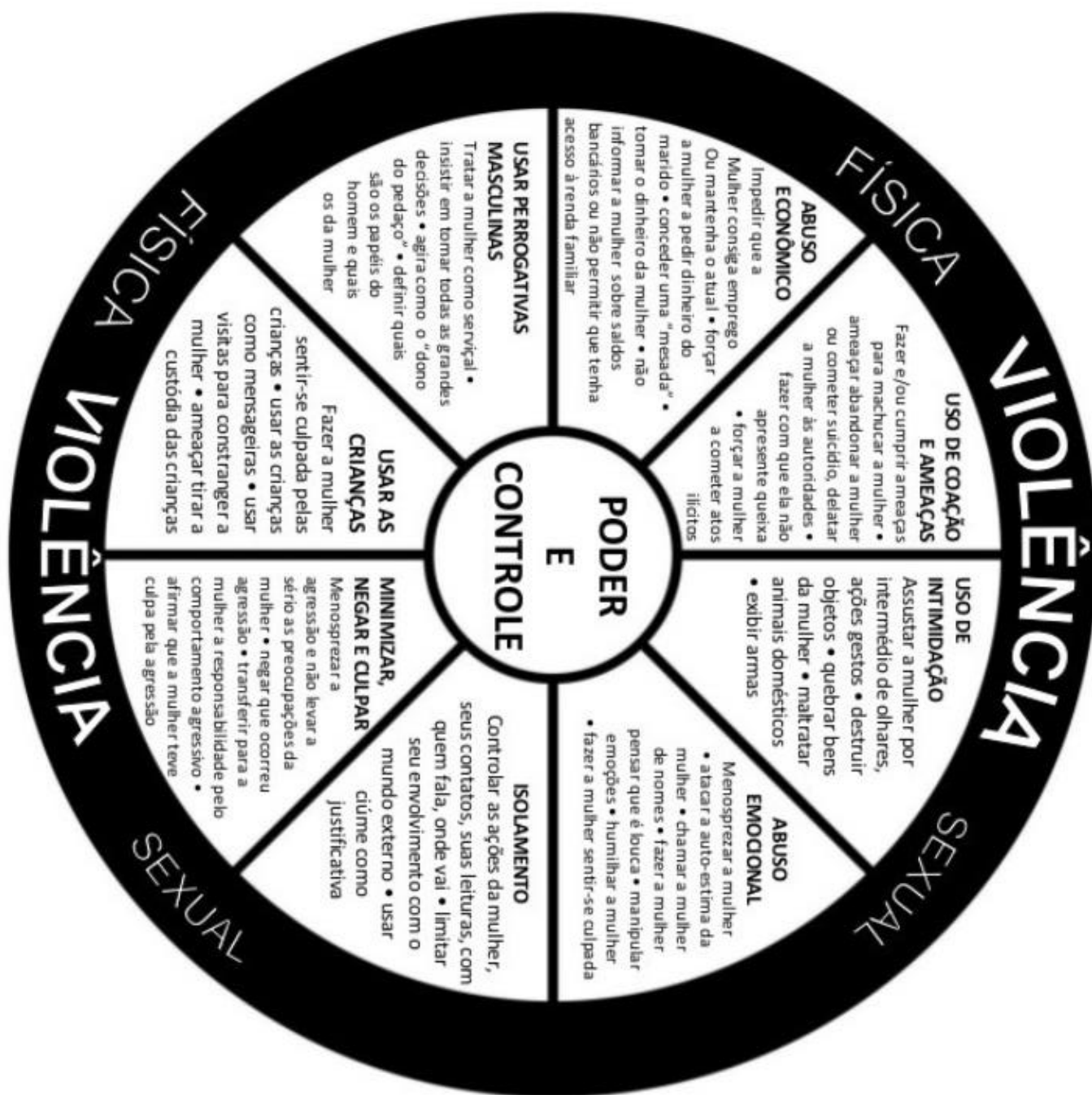
- Peled, E., Eisikovits, Z., Enosh, G., & Winstok, Z. (2000). Choice and empowerment for battered women who stay: Toward a constructivist model. *Social work*, 45(1), 9-25.
- Pina, M. (2013). Violência doméstica e mediação penal em Portugal: da incompatibilidade à possibilidade de convivência. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, 283-298.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 de 12 de dezembro: V Plano Nacional Contra a Violência Doméstica. *Diário da República*, 1, 7017-7035.
- Riggs, D. S., Caulfield, M. B., & Street, A. E. (2000). Risk for domestic violence: Factors associated with perpetration and victimization. *Journal of clinical psychology*, 56(10), 1289-1316.
- Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (1995). *Qualitative interviewing: The art of hearing data*. Sage.
- Shen, A. C. T. (2011). Cultural barriers to help-seeking among Taiwanese female victims of dating violence. *Journal of interpersonal violence*, 26(7), 1343-1365.
- Shoham, S. G., Knepper, P., & Kett, M. (Eds.). (2010). *International handbook of victimology*. CRC Press.
- Short, L. M., McMahon, P. M., Chervin, D. D., Shelley, G. A., Lezin, N., Sloop, K. S., & Dawkins, N. (2000). Survivors' identification of protective factors and early warning signs for intimate partner violence. *Violence Against Women*, 6(3), 272-285.
- Shutte, N. S., Malouff, J. M., & Doyle, J. S. (1988). The Relationship Between Characteristics of the Victim, Persuasive Techniques of the Batterer, and Returning to a Battering Relationship. *The Journal of Social Psychology*, 128(5), 605-610.
- Strube, M. J. (1988). The decision to leave an abusive relationship: empirical evidence and theoretical issues. *Psychological bulletin*, 104(2), 236.
- Ulrich, Y. C. (1991). Women's reasons for leaving abusive spouses. *Health Care for Women International*, 12(4), 465-473.
- Walker, L. E. (2009). *The battered woman syndrome*. Springer publishing company.
- Wemmers, J. A. M. (2003). *Introduction à la victimologie*. PUM.



- Wengraf, T. (2001). *Qualitative research interviewing: Biographic narrative and semi-structured methods*. Sage.
- Wiehe, V. R. (1998). *Understanding family violence: Treating and preventing partner, child, sibling and elder abuse*. Sage publications.
- Zimmerman, M. A. (1990). Toward a theory of learned hopefulness: A structural model analysis of participation and empowerment. *Journal of Research in Personality*, 24, 71-86.
- Zink, T., Regan, S., Jacobson Jr, C. J., & Pabst, S. (2003). Cohort, period, and aging effects: A qualitative study of older women's reasons for remaining in abusive relationships. *Violence against women*, 9(12), 1429-1441.

## Anexo A

### Roda do Poder e do Controle



Fonte: Domestic Abuse Intervention Programs (2017). The Duluth Model. Consultado em: Dezembro 2017. Disponível em: <https://www.theduluthmodel.org/wheels/>

## Anexo B

### Roda da Igualdade



Fonte: Domestic Abuse Intervention Programs (2017). The Duluth Model. Consultado em: Dezembro 2017. Disponível em: <https://www.theduluthmodel.org/wheels/>

## Anexo C

### Características das participantes do estudo

	%	n
<b>Idade</b>		
20-29 anos	14,3	3
30-39 anos	23,8	5
40-49 anos	14,3	3
50-59 anos	28,6	6
60-69 anos	19,0	4
<b>Estado civil (no momento de recolha)</b>		
Solteira	23,8	5
Casada	33,3	7
Divorciada	42,9	9
<b>Nível de escolaridade (no momento de recolha)</b>		
4ª classe	19,0	4
1º ciclo	4,8	1
2º ciclo	14,3	3
3º ciclo	14,3	3
7º ano	4,8	1
8º ano	4,8	1
Ensino secundário	19,0	4
Ensino superior	19,0	4
<b>Duração da relação</b>		
Até 5 anos	19,0	4
6-10 anos	4,8	1
11-20 anos	33,3	7
21-30 anos	19,0	4
31-40 anos	14,3	3
41-50 anos	9,5	2
<b>Duração da vitimação</b>		
Até 5 anos	28,6	6
6-10 anos	19,0	4
11-20 anos	14,3	3
21-30 anos	9,5	2
31-40 anos	23,8	5
<b>Denúncia realizada por</b>		
Própria	90,5	19
Terceiro	9,5	2
<b>Historial de separações</b>		
Sim	52,4	11
Não	47,6	10

## Anexo D

### Guião de entrevista semi-estruturada

<u>Dimensão</u>	<u>Subdimensões</u>	<u>Tópicos/Questões</u>
<b>1. Experiências diretas e indiretas de violência doméstica<sup>13</sup></b>	<u>Historial de violência familiar</u>	<p>Questão introdutória: Poderia falar-me um pouco do seu ambiente familiar quando era criança?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Relação com os pais/cuidadores: Como descreveria a sua relação com os seus pais/cuidadores?</li> <li>○ Relação entre os pais/cuidadores: Como descreveria a relação entre os seus pais/cuidadores?</li> </ul> <p>- Exposição à violência/vitimação vicariante</p> <p>- Ambiente familiar na infância/adolescência</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Modelos familiares relacionais abusivos</li> <li>○ Recorda-se de algum episódio de violência no seu seio familiar?</li> </ul>
	<u>Historial de vitimação</u>	<p>- Relações passadas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Fale-me um pouco das suas relações íntimas (de namoro, de maior intimidade) passadas ...</li> </ul> <p>- Relação abusiva recente/atual</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Como descreveria/caracterizaria a sua relação atual/mais recente?</li> <li>○ Crenças acerca da violência/relação/casamento: Quais eram as suas expectativas relativamente ao seu casamento/à sua relação? Em que aspetos tais expectativas se desviaram/foram diferentes na realidade?</li> <li>○ Formas de violência</li> <li>○ Separações: Recorda-se da primeira vez/de alguma vez ponderar a separação? Que situação/situações a levaram a separar-se do seu parceiro?</li> <li>○ Estratégias do agressor: Como descreveria o comportamento do seu parceiro no seio da relação? Quais eram os sinais que lhe indicavam que a situação estava mais calma ou mais agressiva?</li> </ul> <p>- Nível de risco percebido</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Depois da separação, ponderou/pondera voltar a ter novamente uma relação com o seu (ex)parceiro/marido?</li> </ul>

<sup>13</sup> A utilização neste ponto da noção de violência doméstica prende-se com a necessidade da abrangência da questão à violência presenciada durante a infância no seio familiar, i.e., podendo ultrapassar os abusos entre (ex) cônjuges ou (ex) parceiros.

2. Processos envolvidos na tomada de decisão	<u>Triggers para a denúncia</u>	<p>Questão introdutória: Qual foi o momento em que se apercebeu que estava envolvida numa relação violenta e abusiva?</p> <p>- <i>Turning points</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ O que a levou a considerar denunciar a situação? OU O que levou X a denunciar a situação?</li> </ul>
	<u>Pós-denúncia</u>	<p>- Mudanças na dinâmica da relação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Após a denúncia, que mudanças sentiu na relação?</li> <li>○ Outras mudanças: Que outras mudanças identifica na sua vida após a denúncia? O que mudou após o seu reconhecimento formal como vítima?</li> </ul>
	<u>Razões percebidas</u>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Do seu ponto de vista, quais terão sido as principais razões para que tenha abandonado/permanecido/regressado à relação com o seu parceiro?</li> </ul>
3. Rede formal e informal de apoio	<u>Procura de apoio (formais e informais)</u>	<p>- Apoios recebidos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Poderia falar-me um pouco dos apoios e ajudas (se os/as teve) durante todo este processo?</li> <li>○ Como foi a sua experiência/contacto com as instituições e recursos de apoio às vítimas?</li> <li>○ Em que que a sua experiência difere das expectativas que tinha relativamente aos serviços de apoio a vítimas?</li> <li>○ Qual a influência que esses recursos tiveram na tomada de decisão de permanecer/abandonar/regressar à relação?</li> </ul> <p>- Avaliar o conhecimento da relação abusiva por parte da rede de apoio</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Qual a extensão do conhecimento da situação por parte dos seus familiares e amigos e até que ponto estão envolvidos?</li> </ul> <p>- Suporte familiar</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Os seus familiares e amigos procuram apoiá-la na sua decisão?</li> <li>○ Como se posicionam os seus familiares e amigos sobre a sua relação?</li> </ul>
	<u>Impacto na tomada de decisão – experiências subjetivas</u>	<p>- Influência do apoio (ou falta dele) na tomada de decisão</p> <p>- Importância/peso da rede primária de apoio</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Qual foi o peso que a opinião e apoio dos seus familiares e amigos teve quando ponderou abandonar/permanecer/regressar à situação?</li> <li>○ Continuidade da disponibilidade do apoio informal (apoio inicial vs continuado)</li> </ul> <p>- Expectativas vs. Realidade</p>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Qual era a sua expectativa relativamente à posição dos seus familiares e amigos sobre a sua relação?</li> </ul> <p>- Significado individual (interno) dos apoios</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Sem/com esse apoio dos seus familiares e amigos, consideraria que a situação teria tido outro rumo?</li> </ul>
<b>4. Futuro</b>	<u>Motivações</u>	<p>Fale-me um pouco de como imagina o seu futuro depois de ter passado por esta experiência ...</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Quais são as suas motivações pessoais? O que a faz continuar?</li> </ul>
	<u>Expectativas para a relação e para outras dimensões da vida</u>	<p>Relativamente à sua relação mais recente/atual, quais são as suas expectativas para a mesma no futuro?</p> <p>OU</p> <p>Quais as expectativas para a sua nova relação?</p> <p>OU</p> <p>Quais as expectativas para estabelecer uma nova relação no futuro?</p> <p>- Qual o impacto desta experiência nos vários aspetos da sua vida?</p> <p>- Que expectativas tem relativamente à sua capacidade de ultrapassar esta diferença?</p>

## Anexo E

### Apresentação dos resultados por grupo de análise

	n			Citações
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	
<b>I. Experiências diretas e indiretas de violência doméstica</b>				
I.1. Historial familiar				
Com experiência direta de violência	2	1	1	V7 <i>“Ele até a nós nos chamava nomes feios ... pronto, foi sempre mesmo muito violento.”</i>
Com experiência indireta de violência (exposição à violência)	3	2	4	V13 <i>“Eu sempre assisti em criança a essa violência.”</i>
I.2. Relações íntimas passadas				
Com violência	-	1	2	V5 <i>“Foram sempre um bocadinho obsessivas as relações com outros namoradinhos, coisas assim mais simples.”</i>
<b>II. Relação abusiva</b>				
II.2. Explicações para a violência				
Personalidade do agressor	3	7	4	V11 <i>“Ele pensa nele em primeiro lugar, se tem muitas amigas ou poucos, quantas mais melhor. Eu acho que ele que está com 47 anos e pensa que é um adolescente. Comporta-se como um adolescente completamente.”</i>
Patologia do agressor	2	1	1	V15 <i>“Já se sabia que ele era bipolar. Manipulava os médicos (...) saía de lá com diagnóstico de depressão.”</i>
Ciúmes por parte do agressor	5	2	4	V12 <i>“Ele começou-me a bater por ciúmes. Eu não podia comentar ninguém, não podia nada.”</i>
Comportamentos aditivos	3	4	4	V14 <i>“Ele chegava mais bêbado a casa, implicava muito comigo.”</i>
Relação com a família	1	1	2	V15 <i>“São homens em situações difíceis com as mães.”</i>
Desemprego	-	2	-	V4 <i>“(…) ficou desempregado e isso eu confesso que lhe alterou um bocadito o sistema.”</i>
Questões financeiras	-	-	2	V13 <i>“Mas o dinheiro andava sempre ... lá está, para ele o dinheiro é o problema maior.”</i>
II.3. Formas de violência				



Violência física	6	6	5	V17 “Tive no hospital por causa de uma agressão física.”
Violência verbal e psicológica	5	8	7	V7 “Era uma tortura terrível, terrível, terrível. Aquilo além da tortura, era psicologicamente, verbalmente (...) era de toda a maneira.”
Violência financeira	1	-	1	V9 “Conseguiu arranjar maneira de ficar com tudo e eu não fiquei com nada a não ser com cinco filhos para sustentar.”
Violência sexual	-	3	2	V13 “Comecei a minha vida sexual com ele aos 13 anos (...) pronto, primeiro não queria, houve uma vez inclusive que me deixou ficar onde eu estava por eu não querer.”
Isolamento social	-	5	5	V15 “Eu não podia sair, não podia comprar comida, não podia comprar cereais, iam lá as pessoas levar as coisas a casa.”
<b>II.4. Consequências da vitimação</b>				
Físicas	2	2	4	V17 “Este corte enorme que tenho aqui no lábio (...) tinha aquilo tudo negro à frente com os pontos.”
Psicológicas	3	8	7	V1 “Eu nem dormia porque aquilo apoderava-se do meu cérebro.”
Sociais	1	-	2	V20 “Isso manifesta-se depois também nas minhas relações pessoais, no trabalho, na minha vida pessoal ... parece que estou sempre de pé atrás com tudo, com medo de ser enganada.”
A nível laboral	-	1	2	V14 “Foi para o meu trabalho e eu fiquei sem trabalho por causa dele.”
<b>II.5. Crenças sociais e culturais e expectativas relativamente à relação, casamento e papel da mulher</b>				
	3	6	4	V6 “O meu marido tem-me como uma propriedade dele. Eu sou dele está a perceber. De vez em quando eu já sei que tenho que fazer o papel de cordeirinho se quiser ter a minha ... há algumas coisas que não vale a pena fazer barulho.”
<b>III. Tomada de decisão</b>				
<b>III.1. Triggers para a denúncia</b>				
Escalada da violência	3	1	2	V14 “Andava atrás de mim para todo o lado e eu tive que ir fazer queixa dele porque eu não estava sossegada.”
Necessidade de quebrar o medo	-	1	3	V2 “Eu tive que ... eu andava com muito medo e se eu disse ‘se não for fazer queixa isto vai continuar assim, eu nunca mais vou conseguir deslarga-lo (...) eu tenho que

				<i>fazer queixa deste homem porque este homem vai-me matar’.</i> ”
Existência de filhos	1	1	-	V19 “ <i>Eu só apresentei queixa quando eles [o agressor e familiares deste] me tiraram o filho.</i> ”
<b>III.2. Mudanças pós-denúncia</b>				
Positivas	-	-	3	V11 “ <i>Senti mudança após denúncia, consegui ser eu mesma ...</i> ”
Negativas	-	2	2	V14 “ <i>Depois da queixa ficou mais agressivo, mais ... a seguir-me mais para todo o lado, a tentar-me controlar ... piorou.</i> ”
<b>IV. Motivos percebidos</b>				
<b>IV.1. Para a permanência</b>				
Dependência emocional	4	-	-	V19 “ <i>O gostar dele, ainda gosto dele, apesar de tudo ainda gosto dele.</i> ”
Habitação	4	-	--	V12 “ <i>Tenho que ter um suporte para procurar casa.</i> ”
Acomodação	3	-	-	V12 “ <i>Comecei a entrar naquele ritmo (...)</i> ”
Questões financeiras	3	-	-	V6 “ <i>Eu devia ter sido fria quando ele esteve lá fora e eu podia ter uma boa conta bancária e podia agora ter hipóteses de me desligar dele.</i> ”
Desemprego	2	-	-	V16 “ <i>Sem emprego, sem nada...</i> ”
Esperança de mudança do comportamento do agressor	2	-	-	V19 “ <i>Eu imagino que ele possa mudar, tenho esperanças disso. E sim, imagino que possamos ter uma vida diferente, sim.</i> ”
Medo	2	-	-	V16 “ <i>Ameaçou-me e disse-me ‘olha, tu olha bem para mim, eu mato-te a ti e depois mato-me a mim, não tenho problema (...)</i> ”
Doença	2	-	-	V12 “ <i>Estive para sair porque ele, entretanto, foi internado porque ele sofre de esquizofrenia (...)</i> ”
Ausência de apoio formal	1	-	-	V8 “ <i>A minha proteção neste momento passava por tirá-lo de casa e não a nós.</i> ”
Desconhecimento dos direitos	1	-	-	V6 “ <i>Eu quero ver se arranjo um advogado (...) que me elucide bem quais são os meus direitos.</i> ”
Pressão de terceiros	1	-	-	V12 “ <i>(...) a dizer que se eu fosse embora era o mesmo que deixar uma criança.</i> ”
Existência de filhos	1	-	-	V19 “ <i>Depois disto tudo, se não houvesse um filho ... não sei, talvez já não houvesse mais relação.</i> ”
<b>IV.2. Para o abandono</b>				
Infidelidade do parceiro	-	4	-	V10 “ <i>Ele teve um caso com outra pessoa (...) aceitei sempre tudo, mas a partir dessa</i>

				<i>data comecei a acordar, o encanto quebrou-se e fiquei mais fria.”</i>
Insinuações de infidelidade	-	4	-	V4 “Casamento é para a vida, mas é quando ... até poderia ser para a vida se não houvesse violência psicológica, se não me tivesse acusado de nada disso. Feriu-me tanto a minha integridade, isso não.”
Existência de filhos	-	3	-	V11 “Foi esse o meu motivo da separação. Não quis saber dos filhos, maltratava muitas vezes o meu filho que tem problemas durante a noite.”
Expectativas relativamente ao conceito de família	-	2	-	V5 “A parte de abandonar, sem dúvida a minha noção de família.”
Escalada da violência	-	2	-	V20 “Já tinham acontecido uma série de episódios e houve uma situação em concreto (...) ele perdeu as estribeiras e disse ‘eu dou-te um filho da puta de um tiro nos cornos que te mato (...)’. Pronto, a partir daí eu disse que me queria separar.”
Violência perante terceiros	-	2	-	V3 “Foi à frente da minha mãe que ele me agrediu e eu fiquei revoltada.”
Autonomia financeira	-	2	-	V9 “Se eu já tenho que fazer tudo sozinha para garantir em termos financeiros a subsistência minha e dos cinco, eu não preciso de ti para nada, pronto.”
Violência sexual	-	1	-	V4 “Ele foi assim ‘olha, já que não tá cá ninguém, tamos só nós os dois sozinhos, vamos, vamos ... e enquanto isto não se resolve, vamos ali para o quarto dar umas fodas’. E aquilo para mim foi ... eu só me lembro de ter ido para o quarto da minha filha (...) fechei a porta à chave e ao outro dia fui para a minha mãe.”
Receio de contágio de DST	-	1	-	V7 “Os meus filhos começaram a vê-lo a ir a prostitutas na zona onde eu morada e eu com medo das doenças e tudo parei.”
Comportamentos aditivos	-	1	-	V20 “O nosso problema sempre teve a ver com o problema do álcool. Houve ali uma fase em que a dependência do álcool já estava muito assumida, já estava grave (...) o tema separação já tinha sido abordado várias vezes.”
IV.3. Para o retorno				
Medo	-	-	3	V2 “Era o medo. Era o medo.”
Dependência emocional	-	-	3	V17 “(...) ligou-me, já não falava com ele há muito tempo ... aquilo mexeu comigo e eu quis estar outra vez com o X.”

Pedido de desculpas e segundas oportunidades	-	-	2	V11 <i>“Eu como tinha uma enorme capacidade de perdoar, perdoava sempre.”</i>
Solidão	-	-	1	V1 <i>“(…) eu sozinha pensei em abortar, sabia que não ia aguentar a vida assim. Tava a ser muito difícil. Mas ele voltou e eu aceitei-o outra vez.”</i>
<b>V. Expectativas para o futuro</b>				
Medo	-	4	4	V3 <i>“Tenho medo que de hoje para amanhã que ele me siga na rua ou que a cabeça dele vire outra vez, tenho medo disso.”</i>
Aumento da autoestima	-	-	1	V17 <i>“Gosto muito mais de mim agora.”</i>
<b>V.1. Motivações para o futuro</b>				
Emprego	1	1	3	V15 <i>“Arranjar emprego e mudar de vida.”</i>
Família	3	4	5	V4 <i>“É assim, agora quero ver a minha filha formada (...) quero-a ver, como se costuma dizer, arrumadinha.”</i>
Habitação	1	3	2	V7 <i>“É o que eu mais quero, é não perder a minha casa (...)”</i>
<b>V.2. Ponderar retomar a relação abusiva</b>				
Sem possibilidade	-	5	4	V3 <i>“Ai não não. O que eu quero agora é distância dele. Quero é distância.”</i>
<b>V.3. Sensação de paz e liberdade</b>				
	-	7	6	V16 <i>“Estou a pensar viver a vida com paz que eu nunca tive.”</i>